



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

MARIA CAROLINA FONSECA BARBOSA ROSEIRO

**DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CURRÍCULOS
DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: DOS PERCURSOS MARGINAIS
ÀS LINHAS TRANSVERSAS**

VITÓRIA/ES
2022



Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

MARIA CAROLINA FONSECA BARBOSA ROSEIRO

**DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CURRÍCULOS
DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: DOS PERCURSOS MARGINAIS
ÀS LINHAS TRANSVERSAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, na linha de pesquisa Educação, Formação Humana e Políticas Públicas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em



Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

Educação.

Orientadora: Prof. Dr^a. Maria Elizabeth Barros de Barros

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)



Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

F676d FONSECA BARBOSA ROSEIRO, MARIA CAROLINA, 1980-
DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS
CURRÍCULOS DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA : DOS
PERCURSOS MARGINAIS ÀS LINHAS TRANSVERSAS /
MARIA CAROLINA FONSECA BARBOSA ROSEIRO. -
2022.
131 f.

Orientadora: MARIA ELIZABETH BARROS DE
BARROS.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Psicologia. 2. Currículos. 3. Gênero e sexualidade. 4.
Subjetividade. 5. Formação. 6. História Oral.. I. BARROS DE
BARROS, MARIA ELIZABETH. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA CAROLINA FONSECA BARBOSA ROSEIRO

DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: DOS PERCURSOS MARGINAIS ÀS LINHAS TRANSVERSAIS

Tese apresentada ao Curso de
Doutorado em Educação da
Universidade Federal do Espírito
Santo como requisito parcial para
obtenção do Grau de Doutor em
Educação.

Aprovada em 19 de setembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Maria Elizabeth Barros de Barros
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Carlos Eduardo Ferrazo
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Alexsandro Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Pedro Paulo Gastalho Bicalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor Doutor Marco José de Oliveira Duarte
Universidade Federal de Juiz de Fora

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação/CE/UFES - Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória-ES
Telefone: (27) 4009-2547/4009-2549 (fax) / E-mail: ppgeufes@yahoo.com.br



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Ata da sessão da defesa de Tese do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, do discente **MARIA CAROLINA FONSECA BARBOSA ROSEIRO**, candidata ao título de Doutora em Educação, com defesa realizada às 14:30 do dia 19 de setembro do ano dois mil e vinte e dois, presencial e remotamente por meio de videoconferência, conforme recomendado pela Portaria Normativa 03/2020 da PRPPG. O presidente da Banca, Maria Elizabeth Barros de Barros, apresentou os demais membros da comissão examinadora, constituídos pelos Doutores: Carlos Eduardo Ferraço, Alexsandro Rodrigues, Pedro Paulo Gastalho Bicalho e Marco José de Oliveira Duarte. Em seguida, cedeu a palavra à candidata que em trinta minutos apresentou sua Tese intitulada **“DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: DOS PERCURSOS MARGINAIS ÀS LINHAS TRANSVERSAS”**. Terminada a apresentação da aluna, o presidente retomou a palavra e a cedeu aos membros da Comissão Examinadora, um a um, para procederem à arguição. O presidente convidou a Comissão Examinadora a se reunir em separado para deliberação. Ao final, a Comissão Examinadora retornou e o presidente informou aos presentes que a Tese foi **APROVADA**. O Presidente alertou que a aprovada somente terá direito ao título de Doutora após o cumprimento de todas as obrigações Curriculares e Regimentais do PPGE e da homologação do resultado da defesa pelo Colegiado Acadêmico. Então, deu por encerrada a sessão da qual se lavra a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora.

Vitória, 19 de setembro de 2022.

Professora Doutora Maria Elizabeth Barros de Barros
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Carlos Eduardo Ferraço
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Alexsandro Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Pedro Paulo Gastalho Bicalho
Instituto Federal do Rio de Janeiro

Professor Doutor Marco José de Oliveira Duarte
Universidade Federal de Juiz de Fora

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação/CE/UFES - Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória-ES
Telefone: (27) 4009-2547/4009-2549 (fax) / E-mail: ppgeufes@yahoo.com.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

REGISTRO DE JULGAMENTO DA TESE DO CANDIDATO AO GRAU DE DOUTOR PELO PPGE/UFES.

A Comissão Examinadora da Tese de Doutorado intitulada **“DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: DOS PERCURSOS MARGINAIS ÀS LINHAS TRANSVERSAS”** elaborada por **MARIA CAROLINA FONSECA BARBOSA ROSEIRO**, candidata ao Grau de Doutora em Educação, recomendou, após apresentação da Tese, realizada no dia 19 de setembro de 2022, que a mesma seja (assinale um dos itens abaixo):

Aprovada

A banca considerou que a tese se caracteriza pela originalidade do no que diz respeito ao campo dos estudos sobre currículos com os cotidianos. Destaca, ainda, a relevância da tese no que tange ao campo das dissidências para pensar os currículos no âmbito da formação em Psicologia. Sugere, ainda, que o título seja mudado e passe a ser formulado da seguinte forma: **“DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CURRÍCULOS DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: DOS PERCURSOS MARGINAIS ÀS LINHAS TRANSVERSAS”**

Reprovada

Os membros da Comissão deverão indicar a natureza de sua decisão através de sua assinatura na coluna apropriada que segue:

Aprovada

Reprovada

Maria Elizabeth Barros de Barros

Carlos Eduardo Ferraço

Alexsandro Rodrigues

Pedro Paulo Gastalho Bicalho

Marco José de Oliveira Duarte

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação/CE/UFES - Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória-ES
Telefone: (27) 4009-2547/4009-2549 (fax) / E-mail: ppgeufes@yahoo.com.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
CARLOS EDUARDO FERRACO - SIAPE 99991944
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/CE
Em 21/09/2022 às 07:26

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/564973?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ALEXSANDRO RODRIGUES - SIAPE 1790121
Departamento de Teorias de Ensino e Práticas Educacionais - DTEPE/CE
Em 21/09/2022 às 15:13

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/565567?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por MARIA ELIZABETH BARROS DE BARROS - SIAPE 6294811
Departamento de Psicologia - DP/CCHN
Em 22/09/2022 às 10:15

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/566092?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
WAGNER DOS SANTOS - SIAPE 2374772
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/CE
Em 27/09/2022 às 13:35

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/569767?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Agradeço a paciência e o tempo dedicado, com amorosidade, por tantas boas companhias que tive a sorte e a bênção de poder caminhar junto. Agradeço a impaciência também, a inquietude. Agradeço o desassossego, de mãos dadas, porque assim também se acolhe. Agradeço as orientações, desde a graduação, ao presente, das professoras e professores, educadores que são, que me acompanharam nessa formação, até aqui e por diante. Agradeço, professores Maria Amélia Lobato Portugal, Robinson Rômulo Gemino Lima, Alexandro Rodrigues, Maria Elizabeth Barros de Barros. Agradeço aos grupos de estudos e pesquisas que foram alimento e terreno para essa caminhada. Agradeço, GEPS e NEPESP. São muitas as pessoas que passaram por estes grupos antes, durante e depois do vivido nesta pesquisa. Sou grata ao que recebi e ao que deixei com vocês. Direi aqui alguns nomes que seguem mais próximos, mas com eles agradeço também os que ficaram mais distantes. Agradeço a Pablo Rocon, Sérgio Rodrigo, Anderson Cacilhas, amigos, amados. Agradeço à turma de estudantes de psicologia da UFES que esteve presente nesse percurso, desde a dissertação. Agradeço, dessa turma, Castiel Brasileiro, Mônica de Nadai, Carolina Rachel, que hoje são colegas de profissão. Por elas, espero transmitir minha gratidão a outras, que a memória não nomeia. Agradeço às amigas que me ensinam tanto pela presença, pelo reconhecimento, e por resistirmos juntas. Agradeço Tammy Andrade, Juliana Brunoro, Sabrina Ribeiro, Marina Bernabé, Suzana Gotardo, Ana Cláudia Barreto, Edireusa Fernandes, Mirna Borges. Agradeço, amigos, porque vocês são aliados na resistência, Thiago Machado, Márcio Bertaso, Diemerson Sacchetto, Gabriel Alvarenga. Agradeço e dedico esta tese aos Plurais – Paulo, Luiz Cláudio, Gabi, Maria Inês e o singular Jésio. Agradeço meu companheiro de um tudo, Getulio Souza. Agradeço meus filhos, Gabriel, Davi e Isaac. Agradeço famílias de berço, Barbosa e Roseiro. Agradeço família de acolhida, Souza Pinto. Agradeço tanto. Declaro-me, amores, sou grata, por chegar aqui com vocês.

RESUMO

Neste trabalho buscamos acompanhar movimentos antidisciplinares (Certeau) na formação em psicologia, por meio de entrevistas cartográficas, propostas como conversação com as pessoas participantes da pesquisa, a partir das interferências dos ativismos de gênero e sexualidade nas práticas curriculares hegemônicas, como dissidências ao paradigma da normalidade que fundamenta a disciplinarização deste campo de saber-poder. Buscando transversalidades contradispositivas destes regimes de verdade normalizadores e disciplinares dos saberes psi, intencionou-se a transcrição em narrativas compostas entre-conversações, como atualização de memórias dos cotidianos formativos, em história oral. Acompanhando uma perspectiva crítica às práticas disciplinares na produção de conhecimento, de acordo com Foucault e Certeau, consideramos alianças, rupturas e intercessores referenciais entre ativismos e vivências dos gêneros e sexualidades nos processos formativos na graduação em psicologia, buscando compor conversações que se agenciaram como movimentos antidisciplinares no campo. A proposta metodológica se orientou por uma atenção cartográfica e como pesquisa com os cotidianos, aliada à história oral, por meio de tecnologias online de comunicação, tendo em vista o distanciamento social e o contexto de aulas e atividades remotas no período da realização do campo de pesquisa, pela condição de emergência sanitária da pandemia da Covid-19. Na busca por uma cartografia de cotidianos, as conversações agenciaram-se como atualização de memórias, que se compõem na experiência vivida narrada, entre práticas docentes, proposições curriculares e processos formativos disparados pelas interferências de ativismos feministas e LGBTI+ nas políticas educacionais da graduação em psicologia. Situamos este campo de pesquisa em narrativas da graduação em psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), entre os anos 2000 e 2020, sendo realizadas entrevistas que, em composição com a voz narrativa da autoria de pesquisa, contornaram-se como sete personas narradoras, por meio da transcrição. Conclui-se que os paradigmas de neutralidade e de normalidade na produção de conhecimento e na formação em psicologia são tensionados com modos de ocupação dos espaços-tempos da universidade que se expandem com a presença dos corpos dissidentes do gênero, da sexualidade e da racialidade hegemônicas, ampliada nesse período não somente pelas políticas de cotas e de acesso à graduação pública federal, mas também pela ampliação das transversalidades e dispositivos formativos no cotidiano do currículo praticado e vivido. Corpos em aliança, como nos referenciamos com Butler, para afirmar, nos processos formativos, políticas de reconhecimento e movimentos discursivos que estão em permanente luta contra a condição precária dos percursos marginais à normalidade curricular e subjetiva, assim como em expansão dos modos de subjetivação que articulam-se em linhas transversas de práticas de resistência pelo direito de aparecer nos espaços-tempos e nos discursos da formação, não mais como objetos e desvios de curso, mas como corporificação vivida que produz sua formação e formas de solidariedade que contestam as fronteiras da precariedade como campos de privação de reconhecimento e de produção de conhecimento.

Palavras-chave: formação; psicologia; estudos de gênero e sexualidades; subjetividade; cotidianos e história oral.

RESUMEN

En este trabajo, buscamos acompañar los movimientos antidisciplinarios (Certeau) en la formación en psicología, a través de entrevistas cartográficas, propuestas como una conversación con las personas participantes de la investigación, a partir de la interferencia del activismo de género y sexualidad en prácticas curriculares hegemónicas, como disentar del paradigma de normalidad que subyace a la disciplinarización de este campo de saber-poder. Buscando transversalidades contradispositivas de estos regímenes normalizadores y disciplinarios de verdad del saber psi, la intención fue transcrear narrativas compuestas entre conversaciones, como actualización de memorias de la cotidianidad formativa, en la historia oral. Acompañando una mirada crítica a las prácticas disciplinares en la producción de conocimiento, según Foucault y Certeau, consideramos alianzas, rupturas e intercesores referenciales entre el activismo y las experiencias de géneros y sexualidades en los procesos formativos en cursos de pregrado en psicología, buscando componer conversaciones que actuaron como movimientos antidisciplinarios en el campo. La propuesta metodológica estuvo guiada por la atención cartográfica y como una investigación con la vida cotidiana, combinada con la historia oral, a través de tecnologías de comunicación en línea, teniendo en cuenta el distanciamiento social y el contexto de clases y actividades a distancia durante el período en que se realizó el trabajo de campo, debido a la condición de emergencia sanitaria por la pandemia del Covid-19. En la búsqueda de una cartografía de lo cotidiano, las conversaciones actuaron como una actualización de memorias, que se componen en la experiencia vivida narrada, entre prácticas docentes, propuestas curriculares y procesos formativos desencadenados por la interferencia del activismo feminista y LGBTI+ en las políticas educativas de los cursos de pregrado en psicología. Situamos este campo de investigación en narrativas de pregrado en psicología en la Universidad Federal de Espírito Santo (UFES), entre los años 2000 y 2020, realizando entrevistas que, en composición con la voz narrativa de la autoría de la investigación, resultaron ser siete personas narradoras, a través de la transcreación. Se concluye que los paradigmas de neutralidad y normalidad en la producción de conocimiento y formación en psicología hacen tensión con formas de ocupar los espacios-tiempos de la universidad que se amplían con la presencia de cuerpos disidentes de género, sexualidad y racialidad hegemónica, ampliados en este período no sólo por las políticas de cuotas y acceso a la graduación pública federal, sino también por la ampliación de transversalidades y dispositivos formativos en el cotidiano del currículo practicado y vivido. Cuerpos en alianza, como nos referimos a Butler, para afirmar, en los procesos formativos, políticas de reconocimiento y movimientos discursivos que están en permanente lucha contra la precaria condición de caminos marginales hacia la normalidad curricular y subjetiva, así como en la expansión de los modos de subjetivación que se articulan en líneas transversales de prácticas de resistencia por el derecho a aparecer en los espacios-tiempos y en los discursos formativos, ya no como objetos y desvíos de rumbo, sino como corporeidades vividas que producen su formación y formas de solidaridad que interpelan los límites de la precariedad como campos de privación de reconocimiento y producción de conocimiento.

Palabras clave: formación; psicología; estudios de género y sexualidad; subjetividad; la vida cotidiana y la historia oral.

SUMMARY

In this research, we seek to accompany anti-disciplinary movements (Certeau) in psychology academic education, through cartographic interviews, proposed as a conversation with the people participating in the research, about the interference of gender and sexuality activism in hegemonic curricular practices, such as dissent from the paradigm of normality that underlies the disciplinarization of this field of knowledge-power. Seeking contradispositive transversalities of these normalizing and disciplinary regimes of truth of psi knowledge, the intention was to transcreate narratives composed between conversations, as an update of memories of formative daily life, in oral history. Accompanying a critical perspective to disciplinary practices in the production of knowledge, according to Foucault and Certeau, we consider alliances, ruptures and referential intercessors between activism and experiences of genders and sexualities in the formative processes in undergraduate psychology courses, seeking to compose conversations that acted as movements anti-disciplinary in the field. The methodological proposal was guided by cartographic attention and as a research with everyday life, combined with oral history, through online communication technologies, due to the health emergency condition of the Covid-19 pandemic, in view of social distancing and the context of remote classes and activities during the period in which the fieldwork was carried out. In the search for a cartography of everyday life, the conversations acted as an update of memories, which are composed in the lived experience narrated, between teaching practices, curricular propositions and training processes triggered by the interference of feminist and LGBTI+ activism in the educational policies of undergraduate psychology courses. We situate this field of research in psychology undergraduate narratives at the Federal University of Espírito Santo (UFES), between the years 2000 and 2020, conducting interviews that, in composition with the narrative voice of the research authorship, turned out to be seven personas narrators, through transcreation. It is concluded that the paradigms of neutrality and normality in the production of knowledge and training in psychology are tensioned with ways of occupying the space-times of the university that expand with the presence of dissident bodies of hegemonics gender, sexuality and raciality, expanded in this period not only by the policies of quotas and access to federal public graduation, but also by the expansion of transversalities and training devices in the daily life of the curriculum practiced and lived. Bodies in alliance, as we refer to Butler, to affirm, in the formative processes, recognition policies and discursive movements that are in permanent struggle against the precarious condition of marginal paths to curricular and subjective normality, as well as in expansion of the modes of subjectivation that are articulated in transverse lines of practices of resistance for the right to appear in space-times and in training discourses, no longer as objects and course deviations, but as lived embodiment that produces their training and forms of solidarity that challenge the boundaries of precariousness as fields of deprivation of recognition and production of knowledge.

Keywords: formation; psychology; gender and sexuality studies; subjectivity; everyday life and oral history.

LISTA DE SIGLAS

CALPSI – Centro Acadêmico Livre de Psicologia

COVID-19 – Doença do Coronavírus, 2019

DCE – Diretório Central de Estudantes

DSTs/ISTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis / Infecções Sexualmente Transmissíveis

ENEP – Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia

ENUDS - Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual

GEPS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades

GLS – Gays, Lésbicas e “Simpatizantes” (sigla não utilizada desde os anos 1990)

HIV / AIDS – Vírus Da Imunodeficiência Humana / Síndrome da Imunodeficiência Humana

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero

LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Intersexuais, o símbolo “+” abarca as demais orientações sexuais e de gênero, representando pluralidade

LGBTQIA – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexuais, Assexuais

MEC – Ministério da Educação

PEPSIC – Periódicos Eletrônicos em Psicologia

PPGPSI – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. Apresentações.....	06
1.1. <i>Campus</i> da pesquisa	06
1.2. Ponte da Passagem.....	20
2. No curso da memória.....	29
2.1. Linhas transversas, desvios heterotópicos.....	29
2.2. Roda de conversa.....	31
2.2a. Passarelas, portões e paredes.....	34
2.2b. Fileiras, janelas e corredores.....	40
2.2c. Andadas.....	52
2.2d. O que fica de fora, o que se segue.....	68
2.2e. Feitas de trauma e fé.....	82
3. Das margens que já fomos.....	93
3.1. Dispositivos de travessia.....	93
3.2. “Um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar.....	100
3.3. “Não serei o poeta de um mundo caduco”	104
3.4. “inventar e fabricar... paraquedas coloridos...”	108
“Dona do Mangue é Nanã”	115
O olho do elefante.....	118
Referências.....	122

1. Apresentações

1.1 - *Campus da pesquisa*

O presente trabalho dispôs-se à continuidade dos estudos e intervenções realizados durante o curso de mestrado, concluído em abril de 2017, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGPSI/UFES. A pesquisa prévia foi voltada às práticas curriculares e produção de discursos em psicologia, com a orientação do Prof. Dr. Alessandro Rodrigues, vinculado ao Centro de Educação e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (GEPS) na UFES. Considerou-se, então, as dissidências sexuais e de gêneros na problematização das disposições normalizadoras e patologizantes neste campo de saber-poder. Como situamos anteriormente:

O termo dissidências tem sido utilizado pelos estudos e ativismos *queer* referindo-se a grupos e ações não normatizados, autogestionados ou independentes, que são críticos aos objetivos assimilatórios do movimento LGBT, os quais reforçariam o contexto sócio-cultural das normatizações heterossexistas. As dissidências dizem respeito às expressões de gênero e sexualidade que são identificadas como abjetas, marginais, não convencionais em relação ao modelo de uma heteronormatividade, que afirma a heterossexualidade ‘enquanto um regime político compulsório’ (COLLING, 2015, p. 244) normalizador das expressões de gênero e sexualidades.” (ROSEIRO, 2017, p. 23).

Queer é uma expressão de língua inglesa que foi cunhada como insulto contra LGBTs. A palavra foi ressignificada a partir da década de 1970, como autodenominação, referindo-se a atitudes e pessoas contestatórias à heteronormatividade e ao binarismo de gênero cis-heterossexista. Os estudos *queer* emergiram “em fins da década de 1980, em oposição aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e gênero” que “tratavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade [...] e terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual” (MISKOLCI, 2009, p. 150-151). Portanto, tais estudos de gênero e sexualidades produziram-se por uma via crítica às políticas essencialistas das identidades, a partir dos trânsitos que pesquisadores tiveram nas suas vivências como corpos dissidentes, nas ruas, nas relações e rompimentos familiares, nos espaços de construção de comunidades LGBT, ainda que antes da sigla, assim como na participação em mobilizações sociais por direitos e por visibilidade pública, tendo por marco a Revolta de Stonewall, em referência

a um bar de Nova Iorque, frequentado por gays, lésbicas e pessoas transgênero na década de 1960.

A Revolta de Stonewall não foi mobilizada por uma vanguarda de militantes ou pesquisadores vinculados a grupos organizados para contestação. As travestis que iniciaram a resistência contra os policiais não eram filiadas a partidos, movimentos sociais ou palavras de ordem reconhecidos como “revolucionários” naquele tempo. “I have my civil rights too” – “Eu tenho meus direitos civis também”, elas gritaram, sendo acompanhadas por gays e lésbicas que ousaram confrontar-se com a repressão policial. Marsha P. Johnson foi uma dessas travestis que, a partir de então, reconheceram-se como ativistas, lutando por nada mais ou nada menos que o direito de existirem. Marsha era negra, pobre e nunca frequentou universidade alguma. Em toda sua vida não se utilizou de nenhuma intervenção médica para se identificar como feminina. Suas expressões de gênero, sua vida sexual, seu modo de viver e de fazer políticas, eram desaprendizagens que se recusavam ao crivo de sentidos comuns e de especialismos. Não é sobre Marsha que escreveram Butler e outros doutores *queer*. Escreveram a partir de Marsha, de Stonewall, de suas gays, sapatonas e travestis, de sua revolta, de sua diversão, de seus ativismos, de seus modos de viver (ROSEIRO, 2017, p. 24).

O percurso dessa pesquisa-intervenção do mestrado, que se propôs à análise de implicações nos processos formativos de um estágio em docência, orientou-se a acompanhar, por uma atenção cartográfica, os currículos praticados nos cotidianos quanto às multiplicidades das expressões de gênero e sexualidade, colocando em análise os referenciais de um *pensamento hetero*¹, com o qual se coaduna um sujeito epistêmico universal – do qual são signatários saberes psi normalizadores da diferença, na produção de desigualdades. Propomos, pela presente pesquisa, compreender as transversalidades de ativismos de gênero e sexualidades, em suas dissidências da normalização, articulando-se as concepções de *antidisciplina* e das *táticas praticantes*, em Certeau (1998), com a *profanação dos dispositivos*, em Agamben (2005).

No praticar dos cotidianos é que se busca afirmar as composições de uma antidisciplina, no diálogo com a concepção de currículos pensados e exercidos como aposta política, partindo da proposta de Nilda Alves, ao compreendermos as práticas curriculares como redes de conhecimentos, que se abrem para as práticas formativas “em um processo, a que poderíamos chamar de tessitura de conhecimentos em redes, [mediante o qual] tecemos nossos conhecimentos com os conhecimentos de outros seres humanos, permitindo, assim, a produção/criação de novos conhecimentos” (ALVES, 2015, p.185).

Essa concepção de uma rede de práticas e táticas articuladas nos cotidianos faz deslocar o binarismo que viria a situar movimentos transversais ou de transversalização

¹ Título de Monique Wittig, 1980.

como o negativo de um *espaçotempo* disciplinar. Certeau (1998) não se demora a traçar definições e contornos para o que apresenta como *antidisciplina*, como se empenha e se ocupa em considerar os processos de inconformidade com os mecanismos disciplinares, que se fazem como “atividade de formigas” e que, assim, tomam parte nesses procedimentos, não como contraposição externa, e sim por “inúmeras e infinitesimais metamorfoses” que corrompem o jogo, que criam suas regras e seguem seus interesses, que consomem essa ordem disciplinar fazendo uso dela como uma profanação.

Interessa-nos, neste campo, tensionamentos e articulações, alianças e rupturas mobilizados nos agenciamentos das práticas curriculares e dos ativismos na formação em psicologia, como rede que faz vazar, que gera interferências nos modos disciplinares, produzindo-se porosidades nos desenhos curriculares e na perspectiva da sua terminalidade. Essas aberturas e interferências, que se fazem não somente por conexões, mas também por cisões e atritos, por afastamentos e rompimentos, inscrevem os ativismos como intercessores nas práticas curriculares, por um movimento de transversalização que profana o dispositivo disciplinar.

No diálogo com Certeau, podemos partir do entendimento que os ativismos se situam entre as marginalidades e a chamada “cultura popular”, campos de saber que fizeram eclodir interrogações sobre as práticas cotidianas. O autor propõe que essas práticas não sejam marcadas negativamente, por sua delimitação como “contracultura”, que localiza a diferença cultural nos grupos identificados por essa bandeira (CERTEAU, 1998, p.38). Desse modo, Certeau dispôs-se a considerar os usos e consumos que se constituem como táticas de fabricação poética das produções culturais e sociais.

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde *outra* produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (CERTEAU, 1998, p.39).

Dessas “maneiras de fazer” que escapam aos procedimentos disciplinares, aos seus mecanismos de dominação e vigilância totalizantes e normalizadores, que buscaremos acompanhar o que Certeau considerou como “a rede de uma antidisciplina” (CERTEAU, 1998, p.42), que se inventa e se compõe, de modos dispersos e bricoladores, por meio de “táticas articuladas sobre o cotidiano”, atentando aos efeitos que produzem usuários ou praticantes quando “se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” (CERTEAU, 1998, p.41).

Por este caminho, articula-se a proposição de Certeau com a profanação dos dispositivos, entre esses, o disciplinar, como afirma Agamben (2005). A profanação tem o sentido de devolver à comunidade humana aquilo que foi subtraído ao uso comum pela sacralização. Compreendemos que é este o movimento em que usuários ou praticantes dos currículos fazem, dos ativismos, táticas formativas que retiram as disciplinas do seu templo – essa ordem do discurso que situa regimes de verdade como instrumentos de dominação pela objetivação de tudo aquilo que venha a lhes escapar ao desenho do que se determina como regular. Desses ativismos, acompanhamos aqueles que incidem sobre as questões de gênero e sexualidades como dispositivos que evidenciam a naturalização da normalidade como paradigma moderno da verdade e da dominação.

Ao mesmo tempo em que encontramos nessa concepção de praticantes, em Certeau, um caminho metodológico para uma pesquisa em educação que se dispõe a acompanhar movimentos de processos formativos, compreendemos que essa é uma proposta para pensar a formação em psicologia também pelos seus cotidianos, pelos seus usos e práticas não somente na graduação ou em formações continuadas que poderíamos mapear nos espaços ou áreas de atuação profissional. Propomos que esses movimentos praticantes da psicologia se constituem entre *saberes-fazeres* (FERRAÇO; SOARES; ALVES, 2018) que não se delimitam por fronteiras entre teoria e prática, pelas quais a formação teria início, meio e fim pré-estabelecidos, seja na graduação, seja em espaços-tempos formativos que sucedem este período, num percurso profissional. Desse modo:

Na direção apontada, gostaríamos de destacar a potência da concepção de currículo como redes de conversações que criam novas formas de comunalidade expansiva, o que implica assumir a ideia de "potência de ação coletiva", ou seja, da capacidade de indivíduos e grupos se colocarem em relação para produzirem e trocarem conhecimentos, gerando, então, o agenciamento de formas-forças comunitárias, [...] nas coletividades locais, bem como no interior de redes cooperativas de todo tipo, ou seja, debater os "possíveis" do currículo a partir dos conhecimentos, linguagens, afetos e afecções que estão em circulação nas práticas discursivas, em redes de conversações no cotidiano escolar (CARVALHO, 2009, 2011a) (FERRAÇO; CARVALHO, 2012, p. 5).

Compreende-se, assim, que este campo do *cotidiano escolar*, como tem sido pesquisado e construído nas práticas pedagógicas e educacionais, se inscreve também em *espaçotempos* formativos de uma *escolauniversidade*, como propõe Mariano (2013, p.26). Portanto, assim iremos pensar uma formação universitária considerando *redes de conversações* que se produzem e que se atualizam nestes *espaçotempos* delimitados para os processos formativos, mas também por narrativas que se fazem não mais ali, não mais

agora, e que, no entanto, seguem atravessando as práticas e políticas curriculares e de formação na graduação em curso, nos discursos produzidos e reproduzidos nestes cotidianos, implicando-se nas vivências de outros sujeitos, ainda que pela composição e atualização de memórias. Dessa forma, com Ferraço e Carvalho (2012, p. 6), entende-se que este campo de pesquisa se constrói por conversações e narrativas “para além do processo de individualização, ou seja, concebidas como agenciamentos (redes de conversações e ações complexas) que potencializam acontecimentos inscritos nos modos coletivos”. Voltamos, assim, a um campo de pesquisa em educação que se faz pela transversalidade nas práticas curriculares como “um eixo de torção que desloca e deforma o plano enrijecido de ensino-pesquisa-extensão”, sendo por essas “rasuras e tensões, que se fazem *extensãopesquisa-pesquisaensino-ensinoextensão*, e que se desfazem desses limites também” (ROSEIRO, 2017, p.57-58). Esta pesquisa propõe-se a acompanhar essas articulações e fissuras curriculares, que não se restringem ao *espaçotempo* de aula, mas aos processos formativos que perpassam ativismos sociais e práticas docentes nas políticas educacionais negociadas e tensionadas nos cotidianos.

A pesquisa, enquanto atividade de acompanhar processos, opera com e entre os agenciamentos, os quais se compreendem como um tipo de simpatia, pela composição de corpos em afecção mútua (BARROS e KASTRUP, 2009, p. 57). Enfatizando produções de subjetividade que emergem e atravessam os processos de formação em psicologia, seguimos pelas pistas do percurso de um método cartográfico:

Sempre que o cartógrafo entra em campo há processos em curso. A pesquisa de campo requer a habitação de um território que, em princípio, ele não habita. Nesta medida, a cartografia se aproxima da pesquisa etnográfica e lança mão da observação participante. O pesquisador mantém-se no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial. Conforme aponta Aaron Cicourel (1980), além de observar, o etnógrafo participa, em certa medida, da vida delas, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado pela experiência etnográfica (BARROS e KASTRUP, 2009, p. 56).

Acompanhar processos é expressão fundamental de uma pesquisa que se afirma entre as intervenções de um percurso cartográfico, que foi se constituindo nos contornos e nas rasuras do campo ao qual se dispõe colocar em análise. A proposta metodológica afirma-se por esta atenção cartográfica na produção de memórias de processos formativos, disparados pelas interferências de ativismos de gênero e sexualidade nas políticas educacionais da graduação em psicologia, mas em seus cotidianos, práticas, consumos e

táticas, considerando o que se produz nas práticas curriculares por esta rede de uma antidiplina.

Compreendendo-se a cartografia como um percurso etnográfico, situa-se esta pesquisa no campo dos cotidianos formativos em psicologia, na perspectiva de acompanhar processos que se constituem pelo relato, compondo narrativas em história oral (RODRIGUES, 2019), tendo por ferramenta a entrevista como conversação. Utilizamos tecnologias digitais de comunicação para as entrevistas, e a composição de narrativas foi elaborada por transcrição, como discutiremos adiante.

Nesse percurso metodológico, considerando o prolongamento das medidas de distanciamento social em resposta à pandemia que ainda nos assola, produz-se interferências ao recurso da entrevista cartográfica com a mediação de tecnologias digitais para encontros e comunicação. Desse modo, consideramos que, embora estejam suspensos os usos dos espaços presenciais de formação na universidade, o que inviabilizaria uma pesquisa com cotidianos como vinha se realizando até então, afirmamos que os cotidianos dos processos formativos podem se fazer presentes por meio dessas conversações, ainda que mediadas por plataformas digitais, com as quais encontram-se vias de composição de uma história oral.

Após uma primeira entrevista, feita para o processo de qualificação da pesquisa, colocou-se em questão, pelos referenciais e projetos com os quais essa pesquisa se alia, como situar as pessoas entrevistadas como objetos ou mesmo como campo, se esta pesquisa se dispõe a tratar do deslocamento desses lugares na produção de conhecimento. Buscamos, desse modo, compor conversações que possibilitassem entre as entrevistas uma condição de polifonia e de análise de implicações, intencionando-se que participantes não sejam objetos da pesquisa, mas que as narrativas ou o processo de elaboração narrativa constituam o campo em pesquisa. Foram escolhidas seis pessoas graduadas em psicologia pela UFES com experiências de atuação profissional ou de formação em psicologia tendo como intercessores ativismos feministas e LGBT, que possam comparecer nas narrativas compostas com as entrevistas como produção de uma história oral dos cotidianos nos processos formativos. Trata-se de uma proposta metodológica que reconhece um caráter performativo para a entrevista cartográfica, o que orienta esse procedimento para uma disposição criativa que advém de um plano compartilhado da experiência.

No caso da entrevista, como procedimento cartográfico, (...) ela pode ser capaz não só de acompanhar processos como também, por meio de seu caráter performativo, neles intervir, provocando mudanças, catalisando instantes de passagem, esses acontecimentos disruptivos que nos interessam conhecer. (...) os processos e suas transformações consistem em forças cuja condição de possibilidade e efeitos surgem

do plano coletivo, indicaremos ser a experiência, presente nesse plano de coengendramento entre pesquisador e campo problemático, o principal objetivo da entrevista. Sem eliminar outros dispositivos, proporemos a entrevista como ferramenta eficaz na construção e acesso ao plano compartilhado da experiência (CALIMAN; SADE; TEDESCO, 2013).

As narrativas compostas por meio dessas entrevistas cartográficas, como experiência coletiva textualizada, foram situadas em uma série histórica de graduação entre 2000 e 2020. Assim sendo, também realizamos revisão sistemática de artigos publicados nesse mesmo período, em periódicos de psicologia, que trataram de gênero e sexualidade e que apontaram questões para a formação. A revisão sistemática foi realizada por pesquisas² na plataforma PEPSIC – Periódicos Eletrônicos em Psicologia – apontando para uma ampliação de temas e referenciais na última década, sendo mais frequentes nos artigos mais antigos o referencial da psicanálise ao tratar de sexualidade e a presença do gênero como objeto ou como aspecto secundário na conclusão de resultados. Nos artigos mais recentes, em especial a partir da virada para a segunda década do século XXI, gênero e sexualidade aparecem como temas principais e com referenciais próprios, sendo mais frequente a inter ou transdisciplinaridade.

Considera-se que as vias da disciplinarização e dos especialismos, ao manterem as sexualidades e as questões de gênero, entre outros campos das lutas minorizadas, enquanto objetos de alguns domínios acadêmicos, restringem a sua transversalidade como vivências “extra-acadêmicas”, subalternizadas pela égide do “senso comum” ao qual associam-se os saberes engendrados nos ativismos e movimentos sociais dessas lutas e pautas. Dessa forma, afirmamos as práticas e processos educacionais junto aos ativismos minoritários como um exercício de contrahegemonia do pensamento por seus efeitos profanatórios da disciplinaridade. Operam como contradispositivo, em seus movimentos de destituição de uma autoridade acadêmica hegemônica, na administração e na apropriação do conhecimento, gerando interferências nos modos normalizadores de formação que atravessam a produção de subjetividades.

Nesse sentido, a docência aqui se afirma como *ethos* que também pode atuar junto a essas interferências nas políticas educacionais, de modo que não se circunscreve pelas práticas relativas a ementas e conteúdos disciplinarizados, como se estivessem situadas as práticas docentes somente em protocolos formativos. Ao considerar-se que toda afirmação teórico-metodológica emerge de um plano ético-estético-político, inerente à produção de saberes, investe-se na construção coletiva de conhecimento, apostando-se em processos

² A busca na PEPSIC foi realizada no mês de abril, em 2021.

formativos que promovam coalizões dissidentes e que façam funcionar outros modos de saberes-poderes, não apenas pela assimilação de ativismos e coletivos como se fossem conteúdos extra-acadêmicos.

Na medida em que as práticas educacionais são regidas, prioritariamente, com base nos moldes burocráticos, tutelares e regulamentadores, fragiliza-se a autonomia de professores e alunos, o que não significa eliminá-la. Movimentos de “insubmissão” também se efetivam e viabilizam invenção de formas variadas de educação e redes de cooperação. Investir nessas estratégias pode ser uma maneira de viabilizar movimentos que, ao recusarem os modos prescritivos em educação, podem usar novas possibilidades de luta nesse campo, que resistem às estratégias de massificação e controle da criação (BARROS, 2003, p. 11).

As práticas docentes e as políticas acadêmicas, assim como os ativismos minoritários de gênero e sexualidades, a participação discente, movimentos estudantis e outros movimentos sociais na universidade, constituem este dispositivo que é a formação acadêmica, tanto em seus vetores disciplinares quanto nos fluxos que os transversalizam – isto é, tanto na segmentaridade das áreas de produção do conhecimento, entre essas, a psicologia e suas concepções de desenvolvimento humano, normalização dos sujeitos e patologização dos “desvios”, quanto nas práticas que se atualizam ganhando e perdendo forma, a todo instante, que concernem às subjetividades e processos de subjetivação envolvidos nas relações e espaços formativos e na tarefa educacional.

Para compreendermos essas estratégias prescritivas, regulamentadoras da disciplinarização das práticas educacionais, voltamos-nos às afirmações de Foucault (2004) quanto a uma produção política dos discursos e dos sujeitos do conhecimento, bem como dos seus processos de objetivação, considerações fundamentais ao tratarmos de relações de poder na constituição dos saberes que se articulam, no dispositivo da sexualidade, enquanto objeto legitimado aos especialismos disciplinares acadêmicos. Considera-se, portanto, uma produção social e histórica de verdades, constituindo discursos e sendo constituída por práticas discursivas, que se faz em coengendramento com “processos de subjetivação e de objetivação que fazem com que o sujeito possa se tornar, na qualidade de sujeito, objeto de conhecimento” (FOUCAULT, 2004, p. 235-236).

Por estes regimes de verdade, calcados pela concepção de sujeito da modernidade, constituíram-se as ciências humanas, entre essas, a psicologia, como um campo disciplinar em que, seguindo as tradições epistemológicas racionalistas, cartesianas e as metodologias experimentais e positivistas das ciências naturais, a produção de conhecimento opera pela cisão binária entre o sujeito cognoscente e o objeto a se apreender e analisar em sua

neutralidade. Este binarismo fundamenta-se pela cisão primordial entre a natureza, que é essencial, neutra, aculturada, objetiva, e uma racionalidade, que é humana, civilizada, cultural. Neste polo da racionalidade, para que se alcance a ciência objetiva e neutra, capaz de apreender a realidade natural e verdadeira, o sujeito cognoscente deve buscar por padrões e atribuir aos desvios e variações o estatuto de falsidade e de aberração. Portanto, quando este paradigma científico se ocupa de fenômenos humanos, não se definem somente os objetos deste campo, mas a distinção que situa alguns sujeitos como capazes de conhecer.

Pretende-se, a partir dessas considerações, abordar os processos formativos nas porosidades entre saberes, acompanhando a fluidez que faz deslocar as suas fronteiras demarcadas – fronteiras que situam os ativismos ora na objetivação pelos debates conceituais, e não como ferramentas dessas produções, ora no salvo conduto da veracidade de um vivido, particularizado, que estaria apartado de qualquer “referencial teórico”. Essa dicotomização estanque, esses binarismos, tais como militância/acadêmico ou teoria/senso comum, no entanto, deslocam-se a todo momento, sendo vivenciados em “um desfiladeiro estreito como uma borda ou uma fronteira que vai fazer do conjunto uma multiplicidade, independentemente do número das partes” (DELEUZE, 1998, p.107). Esta é a multiplicidade do plano da experiência, que acolhe tanto as hegemonias e cristalizações quanto os devires minoritários nas composições dos processos formativos, de modo que interessam a essa pesquisa as relações de forças de um poder que é produtivo, além do seu aspecto coercitivo nas polarizações.

As interdições advêm de relações de poder que são positadoras mais do que repressivas, de modo que o discurso prolifera onde aparentemente pretende-se ocultar (FOUCAULT, 2003, 2012). Interessa-nos afirmar o caráter produtivo do poder na constituição de discursos e de sujeitos, de modo que as posições de protagonismo ou de subalternidade, quanto às relações entre ativismos e processos formativos hegemônicos, não serão compreendidas estritamente por mecanismos repressivos de interdições.

Esse mesmo pensamento binário está presente no engendramento dos discursos sobre a sexualidade, constituindo a normalização de uma heterossexualidade compulsória, que se desdobra em outro dualismo, entre sexo e gênero, pelo qual se compreende o sexo como natural, politicamente neutro, enquanto o gênero seria culturalmente construído, um conjunto de significados culturais que se inscrevem no corpo sexuado “pré-discursivo” (BUTLER, 2015, p.26-27). Desse modo, ainda que se reconheça a variação dos gêneros entre culturas distintas, a inteligibilidade dos gêneros se faria pelo binarismo naturalizado

dos sexos anatômicos, marcando as identidades de gênero, assim como a naturalização normalizadora do sexo, pelo discurso hegemônico de uma racionalidade universal.

Assim, não basta invertermos as posições discursivas para a desconstrução dos regimes de verdade que situam na autoridade científica a legitimidade de um saber sobre o outro. O deslocamento dos modos de subjetivação e dos saberes que se ocupam das subjetividades, não encontra necessariamente uma forma contrahegemônica no discurso das identidades minoritárias de gênero e sexualidade. Essas identidades se produzem pelo mesmo sistema binário que investe nas relações de saber-poder processos de dominação e de normalização. Importa-nos, portanto, como se constituem essas relações de saber-poder e como se produzem essas identidades a partir dos campos disciplinares que as tomaram como objetos, para que a inversão discursiva não seja uma armadilha circular que nos deixe sem saídas para os problemas de gênero do feminismo e para os ativismos das sexualidades dissidentes de uma matriz heterossexual compulsória, sendo esta a aposta por psicologias que confrontem sua tradição normalizadora disciplinar.

Feitos tais contornos, como passagem por uma fronteira mapeada, esperamos traçar a seguir uma narrativa que é cartográfica de cotidianos, de margens, desvios, mas também de formas que se compõem, que ganham consistência, como processos de formação. Esse é o sentido da transversalidade em que nos dispomos, um sentido produzido em análise de implicações.

1.2 - Ponte da Passagem

No tempo em que vivemos, relatar a si mesma é um ato de coragem e de amor ao mundo, tendo-se a dizer de memórias e de intencionalidades futuras o que temos a entregar e o que temos a não transmitir aos seguintes depois de nós – o que pode partir de qualquer pessoa interessada em algo além do que seu breve momento vivente. No campo dos saberes acadêmicos – científicos, filosóficos, artísticos, políticos – temos ainda o compromisso com a análise, que não se faz em um espaço neutro e apartado do tempo e espaço vividos. Assim sendo, voltamo-nos ao tempo em que vivemos sendo vivido, antes das análises e durante. Compreendemos que as análises andam dispersas e aturdidas porque temos vivido e interpretado este tempo rápido demais. Nessa velocidade, tendem a emergir as leituras de mundo atuais de interpretações já prontas, de análises que oscilam entre o particularismo – de um só lugar e instante – e o generalismo – de todos os lugares e a todo instante. Resta pouco a se fazer de singularidades e da experiência.

Nessa equação que parece da profética anomia de Durkheim (2004), as normas, ou a normatização da vida, acontecem nesse ritmo no modo exacerbado extremo ou na extrema lassidão, o que de todo jeito são formas de invalidação da experiência vivida, por inércia ou por aceleração. Nesse sentido, por outros caminhos e ritmos, traremos nossos relatos como fragmentos de análises, com uma atenção cartográfica, crítica ao presente, deixando a composição de uma síntese analítica para tempos em que este período cronológico que vivemos possa ser compreendido em sua amplitude e pluralidade de tempos e espaços. Porque a tarefa presente da normatização tem se dado, nessa velocidade tão intensa que por vezes nos paralisa, no contrafluxo de uma hegemonia anômica, o que tanto se anuncia, em muitos meios e modos, como crise das instituições.

Não teremos neste trabalho a discussão do que seja a crise, e do que seja não crítico nas instituições. Precisamos, porém, situar a pesquisa neste tempo, em que esse debate nos toma também este campo, o da formação humana, das políticas educacionais e da produção acadêmica nas universidades públicas. Tratar de ativismos minoritários neste tempo é necessariamente nos somarmos a um contrafluxo, também na defesa das instituições, mesmo que pela resistência ao que elas carregam ou reforçam de hegemônico. Pela análise institucional, os ativismos, assim como as subjetividades em ativismos, não escapam às instituições, mas as compõem, em seus movimentos instituídos e instituintes. Processos que podemos acompanhar pela via das análises de implicações, isto é, dos modos como as instituições atravessam a produção de subjetividades e como por esses modos, as instituições também continuamente se produzem e reproduzem.

Quando se fala em instituições democráticas, para a análise institucional, estamos nos ocupando de algo bem distinto do que sejam as leis e os estabelecimentos de um Estado democrático. Estamos considerando relações de forças, instituídas e instituintes, que se materializam em um campo, como este, das organizações estatais, ou das políticas públicas, ou mesmo das interações sociais que se atualizam, a todo instante, na forma e na ação democráticas. Do mesmo modo, sendo este um trabalho institucionalista, no qual nos ocupamos da formação em psicologia, no campo dos currículos e das políticas educacionais, vamos compreender que esta formação se constitui como instituição, o que não coincide com as organizações, estabelecimentos ou serviços educacionais nem tampouco com seus modelos e desenhos instituídos. Nessa conjuntura de pesquisa, compreendemos que a composição do campo entre políticas educacionais precarizadas por golpes contra os direitos sociais democráticos deve ser evidenciada, porém, situada nesse percurso institucionalista, que busca acompanhar processos de transformação.

A análise, desse modo, não se conduz às totalidades, mas à composição de um conjunto – como processo, antes de ser forma. Buscaremos nesse campo analisadores, que também são compreendidos como cartográficos, já que não partem de mapas prontos, nem se dispõem a desenhá-los como espaços já dados. Os analisadores são “manifestações de não conformidade com o instituído” (LOURAU, 2004, p. 69), mas dessa não conformidade, por sua atividade instituinte, apresenta-se aí o instituído em sua desnaturalização.

Todas essas regras, normas, costumes, tradições, etc., que o indivíduo encontra na sociedade, são o que está instituído e que o sociólogo pode estudar de maneira objetiva. Esta ordem do instituído foi privilegiada tanto por aqueles que têm uma concepção objetiva do direito quanto pela sociologia positivista. [...] Em todas estas teorias de Durkheim a Parsons, escotomiza-se uma dimensão importante da instituição, que é o instituinte, ou seja, o fato de que a instituição, embora se apresente como um fato exterior ao homem, necessitou de seu poder instituinte. Além disso, se o homem sofre as instituições, também as cria e as mantém por meio de um consenso que não é somente passividade diante do instituído, mas igualmente atividade instituinte, a qual, além disso, pode servir para pôr em questão as instituições (LOURAU, 2004, p. 72-73).

Importante pontuar que estamos compreendendo as instituições não como nível ou instância de análise, mas como dimensão da sua transversalidade. De acordo com Lourau (2004, p. 76) “não podemos considerar a instituição como um nível, porque se encontra presente também em todos os outros. Trata-se de uma dimensão fundamental que atravessa e funde todos os níveis da estrutura social”, sendo definida por tais atravessamentos, como interconexões entre o que se poderia delimitar como instâncias das formações sociais – “níveis” econômicos, políticos, ideológicos e tantos outros que possam importar ao pesquisador desse campo, que é o das instituições e que, para esta pesquisa-intervenção, seria de fato campo aberto às implicações, e não delimitado por elas.

Desse modo, nos situamos nesse tempo em que se anuncia a crise das instituições, entendendo que essas instituições não se restringem a leis ou estruturas de governo. A pesquisa, em análise institucional, ocupa-se das instituições pelos efeitos que produzem nos cotidianos, e pelo engendramento cotidiano das instituições como práticas que se fazem instituídas, mas que também se transformam, nos processos instituintes. Engendramento, práticas e processos que se fazem em contextos sociais e históricos, que são atravessados por vetores econômicos, culturais, e que se expressam nas formas macro e micropolíticas – portanto, que têm efeitos singulares nesses cotidianos. O que não se trata de particularismos, mas dos modos de subjetivação produzidos em uma conjuntura situada no tempo, no espaço e na experiência. A crise, portanto, ou a dimensão crítica para essa concepção das

instituições, é inerente e é fundamental para a análise, sendo dessas crises que podemos acompanhar as linhas que transformam, e que por isso mesmo mantêm as instituições.

Por essa via, a análise institucional se dispõe como modo de produção nas ciências que sempre será o de uma pesquisa-intervenção, porque se ocupa da atualização de práticas e processos que se fazem no tempo presente e em espaços contextualizados como campos de forças em relação.

Nesta pesquisa, temos uma condição especial quanto ao tempo presente, por termos vivido um período de suspensão dos modos de produção vigentes em nosso campo de intervenção. Os cotidianos da formação presencial em psicologia foram suspensos, durante quatro semestres do período que tivemos para a realização dessa pesquisa; manteve-se alguma produção, mas pelo uso de tecnologias para comunicação remota, nem sempre síncrona. E mesmo quando síncrona, essa comunicação pelas telas dificilmente promove o encontro sensível entre os corpos, o que nos conectava dispersos por muitos cotidianos distanciados, tantas vezes isolados entre si. Foi um período em que as memórias, a atenção ao passado nos ocuparam tanto quanto a expectativa, diariamente renovada e refeita, de um futuro retorno ao cotidiano presencial – para muitos, a expectativa de um futuro “novo normal”.

O futuro é matéria de que tratamos em formação, ainda que as fronteiras de um desenho curricular não determinem um lugar a se partir e a se chegar. O futuro, quando não é um ponto de chegada, é um projeto, é um vir a ser. E é desse futuro, como projeto a se compor, no caminhar, que cuidamos nesse campo de pesquisa. Nesse sentido, ocupamo-nos da tarefa de compor uma narrativa “aos que virão depois de nós”³, quando os relatos se tornarão quadros de história, quando os processos históricos já tiverem uma duração. Apesar de estarmos cuidando de memórias, todas são desfeitas e refeitas, como é o comum dos relatos, mas intensificada a entropia desse sistema vivo que é a história, no contorno que está se fazendo agora, porque também atravessamos por essa demanda que temos por interpretações de um tempo já sendo. Não é fácil reconhecermos o que tem de nosso, dessa geração vivente, na produção de um fascismo contemporâneo, que é o nome mais honesto para essa anomia apontada como crise institucional, que não só faz revisionismo da história, como repete os revisionismos que já estiveram nesse palco dos dramas humanos, há décadas, gerando guerras e, talvez ainda pior, ligados à tragédia da economia ultraliberal em escala global.

³ Referência ao poema *Aos que virão depois de nós*, de Bertolt Brecht.

No desvio dessa trajetória, vamos compor nossos relatos, como Sontag (2020), contra a interpretação. Este é um esforço por nos ocuparmos das aparências, porque assim nos encontramos no ato da experiência, que pode ser pouco ou nada inteligível por vezes, mas é sempre um fazer-se sensível, e é dessa sensibilidade, atualizando-se, que intencionamos nos ocupar. Se estamos trilhando um percurso por narrativas de uma história oral, estamos cuidando das vidas das pessoas que compõem essa narratividade. Alguma forma de tradução dessas vidas acontece, pelos recortes que fazemos das falas transcritas e pela elaboração da escrita, como registro de história oral. Portanto, a interpretação está presente nesse processo de tradução. Afirmamos, porém, que a vida é feita obra, é uma invenção, é uma arte, não um objeto manipulável como utensílio. “A vida não é útil”, disse Krenak (2020a). Interpretar é fazer utensílio da vida, e queremos deixar a vida, como a arte, insubmissas, indóceis, em paz, nessa intercessão com os ensaios de Sontag, vindos dos anos de 1960, até hoje.

Vivemos numa época assim, em que o projeto de interpretação é em larga medida reacionário e sufocante. Como a emissão de fumaça dos automóveis e da indústria pesada que polui a atmosfera urbana, hoje a proliferação de interpretações da arte envenena nossas sensibilidades. Numa cultura cujo dilema já clássico é a hipertrofia do intelecto em detrimento da energia e da capacidade sensual, a interpretação é a vingança do intelecto contra a arte. Mais do que isso. É a vingança do intelecto contra o mundo. Interpretar é empobrecer, esvaziar o mundo – para erguer um mundo paralelo de “sentidos”. É converter o mundo *neste* mundo. (“Este mundo”! Como se houvesse outro). O mundo, nosso mundo, já está suficientemente esvaziado, empobrecido. Acabemos com todas as suas duplicatas, até voltarmos a vivenciar de maneira mais imediata o que temos (SONTAG, 2020, p. 21).

Imediatamente, gostaríamos de compor essas narrativas, o que nos convoca para o discurso livre, direto ou indireto, que parte de uma primeira pessoa, singular ou plural, no desafio de fazer a transcrição das vozes e dos silêncios das entrevistas, como conversações, isto é, por uma voz que também é própria, com a qual me particularizo, mas buscando nessas linhas um vivencial que se faz comum, e que desse comum se faz história, se faz agenciamento coletivo. Os agenciamentos que acompanhamos são de desvios inventivos dos cotidianos que aparecem, que são aparentes nessas memórias, assim como Certeau (2014, p.85) propõe do fazer da escritura como maneira de fazer sucata, uma arte ordinária, que é tática para subverter a fabricação em série científica, posto que esta máquina, a serviço de um sistema econômico que é de exploração dos corpos viventes e de nosso tempo, nos impede de acessar o vivido, onde situamos nossas expressões de gênero e sexualidades, onde se produzem os modos de subjetivação.

Subverter a fabricação científica é também direcionar as suas forças de produção para outros sentidos de formação, das alianças cotidianas de corpos viventes que resistem. E porque resistem, ensinam a transgredir os modos que reproduzem a exploração. Aprendemos esse pensamento quanto aos processos e espaços formativos com Bell Hooks, que afirma a contrahegemonia como prática de liberdade na educação, com os referenciais de Paulo Freire. No entanto, Hooks recusa como contrahegemonia uma política de “inclusão” pela qual as pessoas negras, em escolas de maioria branca, teriam que o tempo todo reagir aos “pressupostos racistas dos brancos” (HOOKS, 2013, p.12).

A resistência não se encontra, embora também tenha parte, nesse confronto direto contra situações de violência, praticadas cotidianamente por pessoas, mas também pela institucionalidade estrutural do racismo, assim como do machismo, da transfobia, da homofobia, da bifobia e das segregações de classe. A resistência está nas práticas de reconhecimento desses corpos viventes, o que tem nos confrontos a sua face de oposição à hegemonia, necessária, mas que ocorre enquanto já se produzem outros modos de viver na ocupação pública dos espaços – que são espaços públicos somente por essa ocupação humana viva, ou seriam, como foram durante o tempo de distanciamento pandêmico, propriedades de controle territorial, esvaziadas de sua potência – a dos encontros. A resistência está em seguir vivendo, e isso não é pouco para esses corpos, vivendo e aprendendo nesses espaços que ganham sentidos públicos de resistência desse modo, subvertendo-se seus usos hegemônicos, ainda que pela mesma máquina de fabricação, porque quem opera a máquina já não são mais sempre os mesmos corpos.

De Bell Hooks também acompanhamos a escrita em conversação⁴ e a disponibilidade para corrermos riscos, junto com nossas companheiras e companheiros de campo de pesquisa, sejam autores referenciados como bibliografia, seja as autorias que se somam em uma bibliografia que é de práticas, relatadas como memória, que não apenas construiremos nesse percurso de pesquisa, mas que disputamos, juntas, em nossas conversações.

Dessa forma, faremos marco temporal dos anos 2000 até 2020 para essas memórias da graduação, partindo da minha vivência de ingresso no curso de psicologia até o momento em que foram interrompidos os cotidianos nos espaços presenciais de convívio da formação. Embora a experiência formativa seja atravessada pela constituição pregressa do curso e não

⁴ Refiro-me ao capítulo *Paulo Freire*, que se inicia com a apresentação que se segue: “Este é um diálogo lúdico em que eu, Gloria Watkins, converso com bell hooks, minha voz de escritora. Quis falar sobre Paulo e sua obra deste jeito porque ele me proporciona uma intimidade – uma familiaridade – que não me parece possível alcançar na forma de ensaio” (HOOKS, 2013, p. 65).

se encerre com o término da graduação, o que está presente nas conversações que fizemos para essas narrativas, delimitar este período é um modo de acompanhar os trânsitos por esse espaço-tempo formativo de práticas curriculares, inclusive situando o contexto em que ele se desdobra como espaço não presencial antes mesmo do distanciamento pandêmico, que não teria sido tão “naturalmente” aceito se antes não tivessem sido criadas as condições para essa naturalidade.

Ocorre-me que, para marcar o ingresso em tempo, espaço, memória de tempo-espaço e narrativa desse percurso de formação em psicologia, posso dizer que, de minha parte, busquei o curso por afinidade e interesse com um vocabulário, não só acadêmico, mas literário. Tinha algum conhecimento de quem eram Freud e Reich, porque havia lido romances de Roberto Freire⁵, e a partir desses livros e do modo como se contavam as histórias e como se desenhavam personagens, fui pesquisar o que essas outras personagens, Freud e Reich, andaram falando antes de Freire. Ainda não era o ano 2000, estávamos em 1996 e 1997, quando a internet discada, além de lenta e muito cara, era difícil de acessar pela sua interface, bem mais complicada do que hoje se tem. O modo como se buscava fontes ainda era muito mais voltado não só aos livros, que se localizavam em bibliotecas e livrarias, mas também às conversas com pessoas mais velhas, que tinham a sua vivência para relatar e referenciar. Assim, conversei com uma estudante de psicologia, tia de uma amiga com quem eu fazia aulas de teatro, estudando clássicos antigos, como Édipo Rei e Antígona⁶, o que me ajudou muito a ler Freud. Por essa fonte humana, mesmo que também muito jovem, mas referencial de experiência para mim, tive acesso a Jung, podendo folhear e ler partes do *O Homem e seus Símbolos*, que é um livro com muitas belas e fortes imagens que impressionam e seduzem o interesse. Sendo assim, talvez o que me tenha feito escolher o curso de psicologia como graduação, além dos privilégios de acesso a bens culturais afins ou pertencentes a este campo, tenha sido uma atração por esse gosto estético, no ano de 1998, com o que circulava nos meus espaços de convívio e de produção de cultura.

Lembro-me dessa escolha como a de uma linguagem, de um modo de experienciar o mundo e de me fazer expressar, mas também como um agenciamento, como efeito de bons encontros, que passam pelas personagens dos livros, por seus enredos, pelos autores, assim como pela identificação com uma mulher mais velha como referência de vir a ser. Assim,

⁵ Roberto Freire foi médico psiquiatria, que em sua experiência terapêutica, mas também na literária, inspirou-se na escritura de Wilhelm Reich. Na época, eu havia lido *Cléo e Daniel* e *Coiote*, romances de publicação original em 1966 e 1986, respectivamente.

⁶ Textos disponíveis em: <http://portaleinstein.com.br/uploads/7910sofoclestrilogiatebanapostadoem27.fev.pdf>

tempos mais tarde, se faz nítida a percepção de que essa escolha e esse agenciamento foram atravessados por processos de reconhecimento de gênero e de sexualidade. Na época, porém, minhas vivências de gênero e de orientação sexual não eram nomeadas, nem me importavam que fossem. A condição feminina era determinada por um sexo designado no nascimento, mas como algo que nem se diz, por ser entendido e ensinado como fato natural, fixo e inquestionável. Não era o nome de uma identidade.

Esse gênero vivido, quando ainda sem nome, posso afirmar que muito se contornava e se conformava por andar entre os meninos, sem pensar se era um deles ou não. Queria ser como as meninas, que entendia como femininas, com seus rosas e cabelos longos, e bonecas e brincadeiras gentis. Queria ser, pois sabia que não era. Assim como sabia que não era um dos meninos, mesmo andando entre eles. Não me encontrava nem de um lado, nem de outro, e não entendia que de todo jeito atuava o reconhecimento de gênero na minha vida, no meu corpo, com a minha consciência ou não. Os meninos subiam mais alto nas árvores, iam mais fundo no mar, fugiam de perto dos adultos, faziam suas aventuras em represas, ribanceiras, beira de estrada, areais, matagais. Eu ia junto sempre, às vezes com medo, meio para trás, com os meninos mais novos, nós, os mais fracos. As meninas com quem tinha amizade, de vizinhança ou de escola, eram as de cabelos mais curtos, as que não usavam vestidos, as que não tinham modos. Não que estivesse em dúvida sobre ser ou não mulher, em momento algum. Tenho apenas a nítida recordação, desde as primeiras memórias, de que me preocupava que os outros não me reconhecessem como menina, por não expressar aqueles atributos de docilidade, passividade e suavidade que fui ensinada a designar como femininos, ao mesmo tempo em que fui ensinada que não desenvolvê-los faria de mim mais masculina, ou insuficientemente feminina; o que até me incomodava, mas ao mesmo tempo também não queria ser diferente dos meninos, que viviam de um jeito que me interessava mais. Enquanto isso, sentia-me mais à vontade com as experiências iniciais de sexualidade entre meninas do que com os meninos, embora eles também me interessassem sexualmente. Estamos falando aqui justamente do que é a vivência da performance de gênero, mas também do seu reconhecimento por essa inteligibilidade de acordo com uma heterossexualidade compulsória. Sendo designada como menina e me interessando sexualmente por meninos, devo manter uma coerência, uma unidade entre sexo/gênero e desejo, por essa compulsoriedade.

O gênero só pode denotar uma *unidade* de experiência, de sexo, gênero e desejo, quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero – sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do eu – e um desejo – sendo o desejo

heterossexual e, portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição ao outro gênero que ele deseja. A coerência ou a unidade internas de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem assim uma heterossexualidade estável e oposicional (BUTLER, 2015, p. 52).

Essa unidade suposta por um sistema binário oposicional de gênero é traída por sua própria inteligibilidade, já que “seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero”, portanto, a produção dessa coerência do gênero é sempre falha, já que a identidade se constitui “pelas próprias ‘expressões’ que são tidas como seus resultados” (BUTLER, 2015, p. 56).

Ainda que essas leituras já estivessem circulando pelo mundo, quando comecei a graduação em psicologia, mal reconhecia a bissexualidade como uma condição diferenciada, sendo ainda muito próximo o tempo da sigla GLS, com a qual tinha pertencimento, mesmo que não fosse gay nem me identificasse como lésbica, mas me juntava ao armário de amigas e amigos, pela letra S, de simpatizantes, que era uma das senhas para o gueto em que se vivia. E eu já vivia nesses guetos, quando entrei na universidade, por convívio e pelos espaços, que eram bem delimitados: nas boates, na casa de cultura onde o homem gay da cidade de interior era meu professor de dança, nas aulas de teatro com a professora lésbica, nas casas de amigos e amigas, onde ouvíamos Madonna, mas também porque já vivenciava o segredo de ter experiências sexuais com mulheres, um segredo que também era lido como uma indefinição e não como uma sexualidade e um desejo que não fossem heterossexuais.

Por essas leituras e identificações que havia vivido, até o ano 2000, ainda não me importava com a minha condição de gênero nem de orientação sexual, ou antes, decidia continuamente não me importar. Para a sexualidade, não tanto pelas leituras, mas também por elas, talvez mais por músicas, filmes e pelos espaços por onde andava, antes de “entrar na UFES”, já entendia que não era hetero, ainda que não fosse lésbica, porque me apaixonava e me interessava por homens. Não havia, porém, uma convocação para a identificação com esse desejo, de uma bissexualidade, que hoje tem outros nomes, e na época quase não tinha nenhum. Era algo a ser escondido, isso todas compreendíamos, sem dizer, as pessoas que não se relacionavam sexualmente somente com o seu aparente oposto.

Aparência, essa dimensão tão desprezada como uma falsidade, para quem se desvia do que se julga padrão, do que se padroniza norma, é uma condição sempre em disputa, e a disputa é pelo que pode ou não ser realidade, no reconhecimento do outro. Porém, essa disputa só vai ser evidenciada quando se ocupa algum espaço onde antes não havia a vivência em corpos presentes, isto é, quando se disputa um sentido público de

reconhecimento. O domínio da universidade, no ano 2000, não era palco dessas disputas, como espaço público, ainda que ela estivesse ali, nas suas coxias, nas vivências privadas, particulares de cada uma e cada um de nós. Para algumas de nós, as coxias bastavam. Bastaram, até que outros corpos apareceram, com outras formas de entrada, com outras cores e outras identidades ou expressões de gênero, raça e classe. Vamos conversar com esses tempos e interseccionalidades diversos, em uma roda de percursos que se cruzam, uns mais, outros menos, pela abertura de caminhos que estamos aqui a acompanhar.

Das conversações, em roda composta nessa narrativa, encontramos a ocupação desses corpos em aliança. Essa expressão, que faz parte do título de Judith Butler⁷ para obra publicada originalmente em 2015, com tradução brasileira de 2018, se apresenta mais de três décadas após a publicação original de *Problemas de Gênero*. Chega como uma conversa, com o público leitor, sobre o percurso da autora e dos seus dizeres, que carregou aquele outro livro, o primeiro, como uma profanação de muitos altares, ao longo desse tempo. Em 1990, Butler publicou uma forma de provocação ao meio acadêmico e às políticas de gênero do feminismo, fundadas pela metafísica da identidade. Foi criticada por movimentos e ativistas feministas, pelo meio acadêmico e fora dele, por psicanalistas e escolas de psicanálise, assim como também pelo mesmo campo que buscou afirmar, da subversão das identidades de gênero, sendo apontada uma desatenção sua com a corporeidade da performance do gênero na sua escrita. Enquanto isso, Butler estampou boa parte das campanhas mundiais que visaram renomear os estudos de gênero e sexualidades como “ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2018), pânico moral bastante útil à ascensão de governos e mandatos legislativos de discursos fundamentalistas (LIONÇO, 2016).

Na conversa de Butler com essas histórias percorridas, afirma-se que corpos dissidentes do gênero normalizado, como uma das condições de vidas precárias na exclusão neoliberalista, encontrarão na assembleia, na ocupação dos espaços de forma coletiva, nas manifestações públicas, “formas de performatividade que operam apenas por meio das formas de ação coordenada, cujas condições e cujo objetivo são a reconstituição de formas plurais de atuação e de práticas sociais de resistência” (BUTLER, 2018, p. 15). Assim, Butler nos explica que está bem menos interessada na distinção entre corpo e discurso ou entre biologia e identidade, do que algumas de suas críticas ao longo do tempo fizeram entender. Do mesmo modo que, desde 1990, já afirmava que, ao falarmos do gênero como uma categoria a se colocar como problema, não será mais de nosso interesse as dicotomias

⁷ *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.*

entre natureza e cultura, ou entre corpo e mente/alma/razão. O que importa, quando se cuida de vidas, precárias ou não, são os corpos que vivem e como vivem. Será dessa matéria que também cuidaremos nas narrativas que compomos.

O que se pretende é registrar aqui a intencionalidade de compor com o texto uma experiência em que corpo e pensamento não existam como, ou não insistam como apartados. O que tem beirado o impraticável, porque é preciso sim, muitas vezes, ignorar ou mitigar a sensibilidade de um tempo pandêmico para concluir um processo de pesquisa com problemas e questões de antes da pandemia. Mesmo que esses problemas e questões ainda façam sentido nesse mundo pandêmico, não somos mais os mesmos corpos, nem temos mais pensamentos que seguem o mesmo curso, em termos muito radicais e pragmáticos. Nos ocuparemos de traçar essa ponte, é a tarefa que temos, entre o que nos indagávamos e o que apontávamos como horizonte antes, em meio ao luto disso, com os problemas e horizontes que temos a cuidar hoje, neste mundo que temos: contaminado, sequelado, pandêmico, enlutado, mas vivo, vivendo.

E o que vivemos? Vivemos os encontros. Ainda enquanto estivemos distanciados, quarentenados, ou enquanto havia também o isolamento “do lado de fora”, daqueles que tiveram de se manter trabalhando no meio público, expostos aos riscos que não eram sabidos. Estávamos aliançados como multidão. O que nem sempre é um bom encontro, pois há multidões que se formam não por reivindicarem a viabilidade das vidas, mas para linchamentos e formas violentas de congregação, inclusive nos meios online. Nossas conexões, durante esse tempo de vazios nas ruas, na universidade, nas formas coletivas de ocupação dos espaços públicos, nos situaram como multidão, que não apenas buscava a possibilidade de mudanças futuras, como atuava pelo presente “desejo de produzir uma nova forma de sociabilidade imediatamente” (BUTLER, 2018, p.200).

Formamos nossas assembleias, ainda que pela enunciação dos espaços que deixamos vazios. Não foram vazios silenciosos, apesar de tantos silenciamentos operando. Estamos falando aqui de resistência, porque os corpos que estão na condição precária também estão na condição de resistência, embora nem sempre se converta a vulnerabilidade a uma atuação coletiva. No entanto, pela exposição das vulnerabilidades e da precariedade que vivenciamos nesses tempos, nos mobilizamos em uma resistência que se faz justamente quando se expõe necessidades de apoio em uma dimensão pública, “uma forma deliberada e ativa de resistência política, uma exposição do corpo ao poder na ação plural da resistência”. Foi o que vivemos nos nossos bons encontros durante esse campo de pesquisa, diante de um

luto imensurável, que fez de cada vida, nesses tempos, inegavelmente, uma luta (BUTLER, 2018, pp. 199-200).

A partir desses corpos que resistem e que se expõem, hoje, e que já resistiam e se expunham antes desse tempo de distanciamentos e telas, por suas/nossas dissidências de gênero e sexualidade, compomos a narrativa por encontros que, por meio de entrevistas, foram propostos como convites a uma autoria de conversas, que não é anônima, que se identifica, mas também não é vinculada a um agente unívoco de enunciação, mas que se enuncia por agenciamento, pelo que se passa como diferença e não como comum, que se faz como a dupla-captura que Deleuze (1998) contorna, em *Diálogos* com Parnet, pela imagem da orquídea e da vespa, também a nos dizer da solidão que é inexorável, mesmo em uma conversa:

Quando se trabalha, a solidão é, inevitavelmente, absoluta. Não se pode fazer escola, nem fazer parte de uma escola. Só há trabalho clandestino. Só que é uma solidão extremamente povoada. Não povoada de sonhos, fantasias ou projetos, mas de encontros. Um encontro é talvez a mesma coisa que um devir ou núpcias. É do fundo dessa solidão que se pode fazer qualquer encontro. Encontram-se pessoas (e às vezes sem as conhecer nem jamais tê-las visto), mas também movimentos, idéias, acontecimentos, entidades. Todas essas coisas têm nomes próprios, mas o nome próprio não designa de modo algum uma pessoa ou um sujeito. Ele designa um efeito, um ziguezague, algo que passa ou que se passa entre dois como sob uma diferença de potencial: "efeito Compton", "efeito Kelvin". Dizíamos a mesma coisa para os devires: não é um termo que se torna outro, mas cada um encontra o outro, um único devir que não é comum aos dois, já que eles não têm nada a ver um com o outro, mas que está entre os dois, que tem sua própria direção, um bloco de devir, uma evolução a-paralela. É isso a dupla captura, a vespa E a orquídea: seque algo que estaria em um, ou alguma coisa que estaria no outro, ainda que houvesse uma troca, uma mistura, mas alguma coisa que está entre os dois, fora dos dois, e que corre em outra direção. Encontrar é achar, é capturar, é roubar, mas não há método para achar, nada além de uma longa preparação. Roubar é o contrário de plagiar, de copiar, de imitar ou de fazer como. A captura é sempre uma dupla-captura, o roubo, um duplo-roubo, e é isso que faz, não algo de mútuo, mas um bloco assimétrico, uma evolução a-paralela, núpcias, sempre "fora" e "entre". Seria isso, pois, uma conversa (DELEUZE; PARNET, 1998, pp.6-7).

O que buscamos com esse modo de autoria, pela conversa, é desviarmos do assujeitamento de entrevistas que visam interpretar as falas recortadas do vivido como figuração em objeto para a pesquisa que já teria algo a dizer, a argumentar como repetição, como imitação ou como uma novidade que serve apenas ao propósito de sustentar autoridade para o pesquisador. Se há objeto nesse trabalho de pesquisa, constitui-se como um campo que é de modos de subjetivação, que é de produção de subjetividades situadas no encontro.

Precisamos destacar, porém, o quanto ainda nesse espaço, que é o da escritura, há corpos que se arriscam mais do que outros. O sigilo da participação na pesquisa, nessa composição narrativa, não só como cuidado ético para resguardar um anonimato que daria mais confiança para a expressão livre, mas também o sigilo como ponto de partida para invenção de personas, para uma ficção do real, que produz enunciação coletiva, são condições bem menos acessíveis e acessáveis por corpos que são únicos ou primeiros em um espaço-tempo delimitado, no qual sempre que se situa o lugar de fala, se colocam sob as marcas de uma vulnerabilidade compulsória, porque a fala se designa a uma oposição do que é geral, do que é comum ou suposto comum para as demais pessoas. A exceção dos corpos nesses espaços, inclusive da escritura, é uma reprodução de assujeitamentos.

O que nos leva a reparar que sujeitar-se é uma expressão curiosa. É sujeito a pessoa, a posição em uma sentença, o lugar em um discurso, que é agente em um evento, seja praticando ou sofrendo a ação do enunciado. Sujeitar, porém, não é um verbo que permite o sentido de posicionar-se como agente da enunciação, mesmo quando se coloca nessa voz passiva, sujeitar-se, referindo-se sempre a uma condição de violência, de um desaparecimento. Sendo assim, como se traduz uma conversa para uma escrita cartográfica sem com isso sujeitar as falas a um enquadramento de objeto, a essa violência que o discurso pode promover? Como compor essa escrita em forma e modo de conversação?

Há uma espacialidade na escrita, um percurso, que nos habituamos a manter alinhados pela forma do enunciado, como se fosse a escrita o ponto de chegada, uma conclusão, que prescindiria de todos os estratos de tempo e espaço que a produzem. A escrita, desse modo, é representativa de um sujeito, mas não expressa subjetivação. Assim, pensar a história de uma formação como um relato de conteúdos e de suas assimilações, representaria uma sujeição da rede de linhas que atravessam esse percurso a um apagamento da sua polifonia no enquadramento autoral da suposta neutralidade da função de pesquisa. O que se passa na história desses intercessores do gênero e da sexualidade na formação em psicologia que nos interessa acompanhar, necessariamente está na transversalidade dos processos de subjetivação, sempre parciais e heterogêneos, que não se reduzem a um único foco de enunciação.

Então não se poderá mais falar do sujeito em geral e de uma enunciação perfeitamente individuada, mas de componentes parciais e heterogêneos de subjetividade e de Agenciamentos coletivos de enunciação que implicam multiplicidades humanas, mas também devires animais, vegetais, maquínicos, incorporais, infrapessoais (GUATTARI, 1992, p.162).

O que estamos compondo, portanto, não é um somatório de relatos ou um levantamento estatístico dessa história de uma formação. Não é dessa dimensão descritiva que encontramos linhas para este campo de pesquisa. Buscamos compor uma duração, na diacronia do testemunho, que se produz não apenas pela interlocução da entrevista, mas pela passagem à expressão de uma intencionalidade que não está nem no sujeito, nem no objeto, mas na polifonia dos modos de subjetivação, uma multiplicidade de tempos que se atualiza no relato presente, que se singulariza, porém, na intercessão com territórios existenciais coletivos (GUATTARI, 1992, p. 27-29).

Nesse sentido, trata-se de praticar a história oral como dispositivo epistemológico-político-narrativo, uma poética que possa transversalizar “o pretense lugar imutável do analista” (RODRIGUES, 2019, p.25). Transversalidade, portanto, não como estratégia temática, como modo de produção de conteúdo para desenhos curriculares, mas como vetor de deslocamento do lugar do mestre, dos especialismos, da distinção disciplinar.

Transversalidade: terceira via ou linha de fuga frente às alternativas dilemáticas da verticalidade dos organogramas burocráticos e da horizontalidade dos atomismos individualizantes (ou interindividualizantes), seja na produção, seja na análise. Para os burocratas da existência, a necessária passagem da horizontalidade à verticalidade é contratual. [...] Nesse sentido, a fim de elaborar uma análise que não seja qualquer uma, é preciso transversalizar, igualmente, o pretense lugar imutável do analista, julgado objeto privilegiado de uma transferência congelada na dimensão contratual. Se, como diz Felix, a transversalidade é uma tentativa de análise do centralismo democrático, o conceito de analisador pode favorecer uma análise crítica do contratualismo dual, terapêutico ou militante (RODRIGUES, 2019, p. 25).

Podemos incluir entre esses contratualismos duais o compromisso burocrático do entrevistador com o entrevistado de um anonimato vinculado à suposta neutralidade, que também serve para a sustentação de uma análise especializada e de uma objetivação de narradores. A esse respeito, Rodrigues (2019) referencia a Alessandro Portelli interpelações quanto às relações entre entrevistadores e narradores:

[...] na virada dos anos 1970 para os anos 1980: os historiadores orais, antes ridicularizados como grupo de tolos que acredita em histórias insignificantes, passam a ser vistos como grupo de espertos capaz de dar conta, via história (científica) da memória, daquilo que tolos insignificantes, prisioneiros de ilusões ou ideologias – os narradores –, pensam ser verdadeiro. Tal modificação costuma ser atribuída exatamente à presença da reflexividade do pesquisador: virtude exclusiva deste, ela estaria ausente no narrador, movido, quanto à memória, por dimensões ou forças que ele próprio ignoraria. O artigo intitulado *Oral history as genre* contém uma alternativa a essa empedernida díade. Ali Portelli enfatiza que na história oral não está em pauta a passagem de uma *crença cega* na memória a um *descrédito iluminista* relativo a esta, e sim a percepção de que “a história oral é um discurso dialógico, criado tanto pelo que os entrevistados dizem quanto pelo que os historiadores fazem – pela presença dos historiadores no campo e pela apresentação

do material pelos historiadores” (PORTELLI, 1997b, p. 3) (RODRIGUES, 2019, p. 266).

Buscamos por essas entrevistas, para composição de história oral, essa multiplicidade dialógica, que não se restringe à interlocução entre pessoas, mas que convoca interseções “entre tempos, imaginários, ideias, corpos, experiências, vozes, imagens diferentes. E deve ser nessa, com essa e para essa diferença que deve acontecer o diálogo” (CALDAS, 1999, p.100). Desse modo, a narrativa em tese se constrói como conversação (Deleuze, 1998). Nesse sentido, as análises de falas transcritas, intercalando fragmentos da transcrição oral com análises impessoais da pesquisadora, seria uma tradução muito distante da elaboração de sentidos que se intenciona como transcrição.

Para essa narrativa em transcrição, foram realizadas seis entrevistas, sendo a primeira delas realizada em 2021, para proposições à qualificação, e as demais entrevistas foram realizadas em fevereiro e março de 2022. Os relatos abarcam experiências da graduação em psicologia, todas na Universidade Federal do Espírito Santo, no período de 2000 a 2020, antes da pandemia da Covid-19. Também comparecem relatos de práticas docentes em psicologia e na pós-graduação, porém, numa perspectiva de memória mais vinculada à vivência estudantil. O processo de transcrição passa da transcrição à textualização e da textualização à composição narrativa-transcrição, partindo da conversa gravada a uma conversa com o texto gerado, no qual a pesquisadora intervém com a escrita, mas mantendo os relatos sem recortes analíticos, isto é, buscando articular a escrita com os sentidos e estéticas desses relatos, sendo as intervenções entrecortadas nos diálogos como parte da narrativa dessa memória comum. Certamente se fosse outra a escolha da primeira entrevista ou desse grupo de pessoas entrevistadas a seguir, teríamos diferentes narrativas e análises.

Não é por acaso, portanto, que o primeiro entrevistado, entre corpos dissidentes, seja de um homem gay, cis e branco, o primeiro entre nós a ingressar na docência nesta mesma universidade em que nos graduamos. Não por acaso, a vivência dissidente deste corpo não situa na universidade um espaço de sofrimento, embora também aponte a sua heteronormatividade nos discursos. Finalmente, não por acaso entre todos os relatos possíveis nesse período, não somente entre as pessoas nessas entrevistas, a maioria seria de pessoas brancas e só mais recentemente haveria um plural de pessoas trans, binárias ou não binárias.

Considerando que nem todas as partícipes da pesquisa fizeram a opção de prescindir do anonimato, para resguardar o sigilo todo o texto foi mantido nessa condição de

anonimato pelo uso de pseudônimos, de nomes fictícios, sendo identificados apenas três docentes mencionados nos relatos porque essas menções se referiram a projetos e grupos de pesquisa ou extensão que se apresentam nessa narrativa como marcos relevantes para a pesquisa, isto é, quanto à formação vinculada a estudos de gênero e sexualidades. Neste período abrangido, no curso de graduação em psicologia da UFES, referimo-nos a: projeto de extensão com oficinas de prevenção de DSTs/ISTs, na coordenação da Profª Maria Amélia Lobato Portugal; Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades, o GEPS, na coordenação do Prof. Alessandro Rodrigues; projeto de estágio supervisionado em psicologia, “Clínica da Diversidade Sexual e de Gênero”, na orientação do Prof. Jésio Zamboni.

2. No curso da memória

2.1 - Linhas transversas, desvios heterotópicos

Houvesse o tempo em que tivéssemos nos encontrado, não seria pelos corredores e gramados de um mesmo cotidiano vivido na graduação; porque não estivemos como estudantes nesse mesmo espaço ao mesmo tempo. Uma roda de conversa que fizéssemos teria que atravessar diferentes gerações e diversos os modos de estarmos na universidade, no presente ou anos atrás. A escrita, porém, com a sua virtualidade, nos permite esses encontros não havidos. Assim como a história oral e o relatar a si nos permitem reencontrar cotidianos de um convívio que já houve e enquanto não pudemos nos encontrar.

Esperávamos poder compor narrativas com dispositivos grupais, pesquisando com os cotidianos do currículo na formação em psicologia, e nos confrontamos com a ruptura e distanciamento dos cotidianos presenciais, pelas medidas sanitárias no tempo de campo de pesquisa, com a Covid-19. Afirmamos que ainda seja este o nosso campo, da pesquisa com os cotidianos, pelo encontro de memórias costuradas pelo discurso indireto livre, que se propõe como voz narrativa cartográfica do percurso de pesquisa. Por essa narrativa, a seguir, passaremos por modos de grupalidades que destacamos a partir dos relatos das entrevistas; conversações que se dispuseram a produzir cartografias. Atravessaremos o *campus* da universidade, partindo da sala de aula, como grupalidade de ensino e suas transversalidades, compreendendo que seus contornos são porosos e transbordam, mesmo no que se pretende delimitar. Dessas experiências em narrativa, vamos compondo nossa

roda de conversa, que também é dispositivo grupal, muito presente na atuação profissional da psicologia, embora pouco presente nos relatos da graduação.

O terceiro dispositivo grupal vai se apresentar como estratégia que, por meio da narrativa, se proponha como espaço-tempo de decisões coletivas, de posicionamentos ético-políticos, quanto aos desenhos curriculares. Este dispositivo seria o dos corpos em assembleia (BUTLER, 2018), um modo de organização de forças que não está necessariamente ausente de outros espaços e tempos formativos, mas que em sua intencionalidade decisória se diferencia de outros dispositivos grupais, como a sala de aula e a roda de conversa. As assembleias aparecem de modos diversos, não necessariamente pelos tempos e lugares delimitados para uma deliberação coletiva. A coletividade e seu poder de deliberação comparecem também nos *espaçostempos* de salas de aula, e em tantos outros. Desse modo, pelos efeitos que se produzem, vamos afirmar a assembleia como mais um dos dispositivos grupais dessa narrativa, mesmo que não se distinga como forma-unidade nos relatos, o que só diferenciamos aqui para o fluxo do texto, mas que buscamos transversalizar com as outras formas e modos de grupalidade, além dos relatos de assembleias vividas no percurso formativo das pessoas que participaram dessa transcrição em tese. Concluiremos esse caminho cartográfico e narrativo compondo uma voz que ultrapassa as grupalidades que também podem ser individualizantes. Acompanhando a composição ética-estética-política nessa memória transcrita comum, chegaremos à voz coletiva que é de uma territorialidade histórica, geológica, ancestral e futura.

Nesse fluxo, da memória em texto, volto a dizer. Queria andar entre os meninos, sem pensar se era um deles ou não. Queria ser como as meninas, que entendia como femininas, com seus rosas e cabelos longos, e bonecas e brincadeiras gentis. Foi mais ou menos dessa forma que comecei os estudos em psicologia, na graduação. O gênero não me interessava, a não ser como um estorvo, algo a se envergonhar, como quando começam a nos interpelar, as meninas, a cobrir os peitos, mesmo quando eram ainda iguais aos dos meninos. Quando isso ocorreu comigo, eu tinha uns oito anos, e reagi com desdém. Estava no quintal da casa de uma amiga, que tinha a mesma idade, com o irmão mais novo dela. Tiramos as camisas para brincar com banho de mangueira, em uma cidadezinha quente, no interior norte do ES. Na hora, ignorei os meninos da rua, que nos olhavam de fora e zombavam, ao mesmo tempo que nos apontavam, como aprenderam com os adultos, como se estivéssemos nos oferecendo com interesse sexual. Apesar de desdenhar e ignorar, como reação do momento, entendi que deveria me esconder quando quisesse fazer o que não me parecia em nada ser errado, que era molhar o corpo sem camisa, para poder me vestir depois com a roupa seca.

Portanto, a partir de então, não deixei de agir dessa forma, de buscar os meus jeitos de não ser limitada pelo meu gênero. Para isso, porém, também tive que aprender a buscar os lugares e as pessoas com as quais eu pudesse assim conviver; ou seja, no modo do segredo e, fora desses círculos, do desdém, que era uma forma de reagir a essas interpelações violentas de gênero, como se pudessem ser ignoradas pela indiferença.

Assim eram os nossos tempos de formação na universidade nos anos 2000. Uma formação que indiferenciava os gêneros e as sexualidades, a partir dos segredos ou dos desdém. Mesmo nos referenciais e nas ações que se reconheciam como posicionadas politicamente em relação a direitos e lutas sociais, as violências de gênero e contra expressões de sexualidade fora da heteronorma não eram colocadas como problemas na formação, seja em seus conteúdos e ementas, seja nos cotidianos em que os currículos são praticados. Este é o ponto de partida, no recorte de tempo que nos propomos a acompanhar com esta pesquisa-narrativa.

A composição que buscamos é de uma narrativa que parte de relatos transcritos dessas entrevistas, mas que se apresentam como personas de conversação, estratégia para trazer relatos de cotidianos da formação nesses tempos e espaços diversos, preservando sigilo para quem somou-se a esses relatos, ao mesmo tempo em que deslocamos os transcritos do lugar de objetos de pesquisa, de fragmentos para uma interpretação unívoca, inserindo-se as falas na autoria em primeira pessoa, no singular com as personas, ou no plural, quando necessário para o fluxo da composição analítica da escrita. Buscamos, assim, trazer ao texto uma tradução-interpretação que mantenha-se aberta à produção de sentidos, que não seja de uma única direção, da autoria para a recepção. Desse modo, seguimos na linha do tempo com os percursos de quem vivenciou e concluiu a graduação como estudante nos anos dessa série histórica da pesquisa, até 2020.

2.2 - Roda de conversa

Para se formar uma roda de conversa, é preciso entrar em um espaço limitado, com um tempo combinado e o pacto entre as pessoas presentes de que as trocas sejam feitas em confiança. No espaço da escrita, porém, temos a virtualidade dos encontros, que se atualiza em narrativa, mas mantendo-se abertas as linhas de possibilidades de trocas, a serem feitas por cada leitura. Estaremos aqui presentes, logo a seguir, neste texto, nessa roda heterotópica da escrita, empregando a palavra como Foucault (2013), para indicar um *contraespaço* contornado, mas também dobrado e rompido por linhas de memórias.

Vamos convocar a heterotopia na transcrição de nossas conversas como nomeação de uma estética que já está presente nas memórias relatadas a compor essas conversações. Uma estética de modos de subjetivação e processos formativos que expressam a permeabilidade inerente dos currículos praticados nos *espaçostempos* das salas de aula, como pontos de referência que também atravessam toda a vida fora delas. Acessamos por essas conversações um trânsito de territorialidades que passam por topologias reconhecidas como enquadramentos – dentro-fora das salas, dentro-fora da graduação – assim como por espaços utópicos e heterotópicos que estão presentes a todo tempo, mas que nem sempre ocupam nossa atenção e afetos, o que a duração de um relato de memórias faz emergir. Foucault nos descreve esses trânsitos por espacialidades múltiplas:

Não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus de escada, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas. Há regiões de passagem, ruas, trens, metrôs; há regiões abertas de parada transitória, cafés, cinemas, praias, hotéis, e há regiões fechadas de repouso e moradia. Ora, entre todos esses lugares que se distinguem uns dos outros, há os que são *absolutamente* diferentes: lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. São como que *contraespaços*. As crianças conhecem perfeitamente esses contraespaços, essas utopias localizadas. [...] A sociedade adulta organizou, e muito antes das crianças, seus próprios contraespaços, suas utopias situadas, esses lugares reais fora de todos os lugares. Há, por exemplo, os jardins, os cemitérios, os asilos, as casas de tolerância, há as prisões, as colônias de férias do Clube Mediterrâneo, e tantos outros. Pois bem, sonho com uma ciência – digo mesmo uma *ciência* – que teria por objeto esses espaços diferentes, esses outros lugares, essas contestações míticas e reais do espaço em que vivemos. Essa ciência estudaria não as utopias, pois é preciso reservar esse nome para o que verdadeiramente não tem lugar algum, mas as *hetero-topias*, espaços absolutamente outros; e, forçosamente, a ciência em questão se chamaria, se chamará, já se chama “heterotopologia” (FOUCAULT, 2013, p. 19-21).

Queremos afirmar como heterotópica essa permeabilidade das salas de aula a uma produção de saberes e currículos pelos cotidianos. No entanto, a cartografia dessas memórias, quando situadas em conversa, indicam que os pontos referenciais para as dobras que não reproduzem o modelo de enquadramento fechado para o espaço do ensino, para a sala de aula, são encontros, são relações, que fazem emergir ou emergem de um reconhecimento possível para as pessoas que narram, da sua posição de autoria nesse campo de produção de conhecimento. Assim, para acompanharmos essas dobras, vamos colocar em diálogo essas narradoras e narradores, pela memória de seus percursos, entre salas de aula e outros espaços, inclusive os espaços online, que se tornaram também lugares de trânsito e de encontros, portanto, lugares de formação.

Contamos que essa composição em diálogos, da qual também participo com voz em primeira pessoa, entre as demais narradoras, traga para a leitura uma perspectiva analítica em aberto, como propõe Sontag, contra a interpretação. Queremos retomar a experiência sensorial, que aproxima a memória, sempre mediada, do imediato da experiência nos cotidianos. *Contra a interpretação* faz parte de uma série de artigos de crítica literária, escritos entre 1962 e 1965. Contudo, o que incidiram e ainda incidem quanto às artes, tem a ver com a falácia de um realismo platônico, que vai considerar a forma como acessória de um conteúdo essencial, que nos enquadra na convenção de traduzir toda forma de expressão por sentidos ocultos, que não estariam acessíveis à aparência da forma. Assim, com essas memórias, vamos aderir a narrativa às formas e às expressões aparentes que foram enunciadas, sendo designadas as enunciações ao que propomos como personas transcriativas, isto é, à criação de personas que enunciam os relatos, mas não necessariamente identificados com um mesmo nome fictício, que seria atribuído sempre à pessoa que fez o relato. Essa forma visou o resguardo do anonimato para a ética do sigilo⁸, mas também a dispersão dos relatos entre as personas fictícias, abarcando essa orientação estética de uma contra-interpretção. Ou seja, buscamos não somente o sigilo, mas desidentificar os relatos como enunciações particulares, a serem analisadas e transformadas em discurso disciplinar. A conversação se apresenta em texto já como análise em processo, que emerge do que é singularidade coletiva, por advir da análise de implicações.

As descrições de identidade de gênero, de autoidentificação de raça e cor e de orientação sexual serão feitas como foram declaradas nas conversações, mantendo-se as falas transcritas e nos momentos em que foram ditas, quando foram ditas, preservando-se, assim, o modo como esses marcadores aparecem para cada contexto de fala e de posicionamento das pessoas com as quais partilho essa narrativa. O processo da transcrição está colocado pela escolha das falas destacadas, dispostas como conversa entre as narrativas, e pelas imagens de percurso que foram desenhadas como articulação das conversas feitas separadamente, que ganham pareamento na escrita. O roteiro para as entrevistas foi feito a partir de questões disparadoras, mas não foram registradas a seguir uma sequência de respostas, sendo a disposição das falas e os tópicos dessa conversa já apresentados em desdobramento da transcrição, articulando-se as análises das implicações na ficção dessa roda de conversa com as personas. Em outros momentos do texto, a transcrição se agencia

⁸ <https://www.redalyc.org/journal/4758/475861379008/html/>

com os percursos dos referenciais de leitura que foram intercessores até aqui. As questões disparadoras foram as seguintes:

1. Como foi sua experiência com a formação em psicologia na graduação? Como os ativismos de gênero e sexualidade incidiram nessa formação?
2. Quais foram suas escolhas de leitura ou de referencial de formação?
3. As vivências de gênero e sexualidade durante e após a graduação, como foram as interferências? Como se davam na universidade, no espaço-tempo da universidade?
4. Após a graduação, seu trabalho se manteve ligado a gênero e sexualidade? Como foi?
5. O que ficou de fora na graduação e/ou após a graduação?

Seguimos agora em roda, com as conversas.

2.2a - Passarelas, portões e paredes

Quando nós chegamos, ainda havia uma passarela⁹. Atravessar a Avenida, em frente ao campus-mangue era uma caminhada com subidas, descidas, curvas, rampas, olhares de passeio, vista do horizonte, sobre a velocidade letal das máquinas: era uma interseção. E uma proliferação de intercessores com a biomassa rizomática do *campus*, no bairro Goiabeiras, em Vitória. Essa localidade, de latitude, longitude e governabilidade, ao descermos a passarela e atravessarmos os portões, sucumbia aos passos sobre o aterro, fazendo-se território de contínuas transições. Ainda hoje, um dia desses, estampada num ponto de ônibus, estava a notícia de que Vitória tem o maior mangue urbano do Brasil. Esse é o manguezal que abraça a Universidade Federal do Espírito Santo, nesse seu *campus* central, por todos os lados. Inclusive pelas camadas de tempos sob os pés. Às vezes, voltam os ares e lamas do mangue aterrado, com as chuvas.

Estamos passando por essa entrada nos anos 2000, já que a passarela foi demolida em 2007, ampliando a pista, o volume e a velocidade de carros, os atropelamentos e a nossa pressa, ritmada pelos semáforos e pelas formaturas. E dizemos dessas entradas, no tempo de

⁹ Em frente à UFES, na Avenida Fernando Ferrari, havia uma passarela de pedestres, entre os anos de 1976 e 2007. Foi demolida para obras e ampliação dessa Avenida, que se tornou uma via de maior velocidade para os carros, aumentando o risco de atropelamentos e causando mortes de estudantes da universidade.

formação e no espaço do *campus*, começando pela passarela que não há mais, pelo mangue que sempre houve, mesmo deixando de haver, pelo aterro, em parte grama, em parte asfalto, porque no princípio, fizeram-se as margens.

A imagem da passarela é, para essa heteropia narrativa, atravessada também por quem chegou depois de 2007, como entrada nesse espaço-tempo da memória. Foi no caminho até a passarela que meu primeiro companheiro de conversação, na produção dessa pesquisa, recordou ter atravessado para um outro lugar de si, uma outra posição no mundo. Ele já havia entrado e saído muitas vezes por aqueles portões após a passarela, pelas salas de aula, bibliotecas, cinema, pátios e outros espaços da universidade e por onde a universidade habitava fora dali. Nesse dia, ele estava saindo do campus, o curso já ia ao meio, assim como já estávamos no meio da nossa conversa.

Jésio – Eu tive namoradas, namorei [uma colega da graduação]. Era muito estranho, porque eu separava minha sexualidade da minha afetividade, digamos assim. Eu não me percebia homossexual, mesmo tendo atração, mesmo pensando em homem, mas o meu relacionamento afetivo eu desenvolvia com mulheres. Lembro perfeitamente do momento em que eu estava saindo de uma tarde de aulas na UFES, indo pegar o ônibus ali na passarela, foi como se eu sentisse a ficha cair. De ter alguma coisa errada, alguma coisa que não está certa. Eu percebo muito do efeito das aulas e da formação em psicologia, mesmo com todos esses problemas, muito por efeito do curso, não só das aulas, também do C.A. [Centro Acadêmico], da convivência com os colegas que eu ia encontrando e conhecendo.

Atravessamos por essa passarela, que nos ingressa em um reconhecimento de gênero e sexualidade, dentro ou fora da formação em psicologia, de modos diferentes, mas dificilmente será narrado algum tipo de espanto, de ruptura, para as pessoas que são reconhecidas e que se reconhecem como cisgênero e heterossexuais. No entanto, espantar-se com a condição de gênero e sexualidade é uma passagem, uma transição para essa formação em psicologia, no curso do tempo, na duração que vamos percorrer com essa roda de conversa, que já começa, na primeira entrevista, com uma convocação para que a pesquisadora se misture com a sua memória. “Você estava lá”, foi o que ele me disse, e será o único identificado com seu próprio nome nessas conversações, por ter permitido nomeá-lo e por ser um dos professores da UFES que precisam ser mencionados nessa história da expansão das dissidências de gênero e sexualidade na graduação em psicologia, situada nessa universidade. O único, além desta primeira voz singular da pesquisadora, que estarei

entre as personas nessa conversa, com meu nome próprio, mas feitas as falas também em transcrição.

Jésio – Você conhece bastante a minha história, de formação em psicologia, porque você estava lá, bem no comecinho, entrando na UFES. A gente se conheceu logo nos primeiros dias. No trote, eu era “o pão da vida”. Eu tive uma formação muito forte na igreja na adolescência, fui muito vinculado à igreja. Mas foi uma vinculação interessante também, porque era muito ligada à teologia da libertação. Então, meu interesse na religião, na igreja, sobretudo era por esse caminho. Óbvio que a comunidade que eu participava não era só isso. Era uma mistura de teologia da libertação com catolicismo mais tradicionalista, popular, aquele mais típico nosso, e uma onda de renovação carismática, que ia aumentando. Olhando para trás, acho que uma das coisas que me vinculou fortemente à igreja foi, depois de fazer a primeira eucaristia, o grupo de adolescentes. Eu tinha uns doze anos de idade, aprendi a usar camisinha no grupo de adolescentes. Os coordenadores faziam encontros sobre sexualidade e, nessa onda da teologia da libertação, eles não ligavam muito para o Papa, para os dogmas, pegavam uma banana e ensinavam. Fora isso, tinha muita dificuldade. Tive amigos bem mais velhos, que eram gays, mas que não falavam. Era algo muito escondido, eles sofriam muito. Dois deles, especialmente, que tinham muito problema com álcool, o que tinha um tanto a ver com a homossexualidade, que não podia ser falada, não tinha um espaço. Eu mesmo só fui perceber isso, me dar conta de que isso estava ligado à homossexualidade, já com dezessete, dezoito anos.

Carolina – A questão da sexualidade era muito difícil de aparecer. Você se lembra, como muitos de nós, da sua geração ou mais velhos, de ter seus primeiros entendimentos com a sexualidade pelas aprendizagens da prevenção – de infecções, de gravidez, de relações sexuais que pudessem trazer algum problema. Essas lembranças são primeiras não só em grupos de igreja, ou de escolas, que ensinavam o uso de camisinha, mas também na universidade.

Jésio – Então, eu chego na UFES, com a camisa [escrito] “eu sou o pão da vida”, mas já era um momento em que eu estava me afastando bastante da igreja. Eu já não frequentava, os meus vínculos eram cada vez mais frágeis. Quando você pergunta “o que é a formação em psicologia em relação a gênero e diversidade sexual” para mim, a minha formação em psicologia, os primeiros semestres, mexeram muito comigo. Embora durante toda a

graduação eu não tenha tido uma disciplina que trabalhasse diversidade sexual e de gênero, de uma forma que entrasse, de fato, no currículo. Esse tema, as discussões do campo, do que é esse campo, do que tem a ver com lutas sociais, conhecimentos também produzidos a partir dele, não tinha, nunca teve. Uma das poucas coisas que eu tive próximas disso foram as oficinas de sexualidade da [professora] Maria Amélia, e que eu nem participei da extensão, propriamente, não fui extensionista. Eu fui um usuário da extensão, que você foi extensionista durante um bom tempo. E era você coordenando a oficina que eu participei, que eu gostei muito. No currículo, não tinha praticamente nada. Ainda assim, aquela formação dos primeiros períodos, ela ia me provocando a pensar coisas que eu não dava conta de pensar na minha vida.

Gal – Quando entrei no curso de psicologia [em 2005], tive referenciais teóricos que possibilitaram ampliar e fazer análises relacionadas a gênero e sexualidade. Com ativismos de gênero e sexualidade eu tive contato pelo Plural [que não era um grupo da psicologia, e era auto-organizado]. Lembro da minha vontade de participar, mas não consegui. Em algumas disciplinas de psicologia social eu tentava trazer as temáticas de gênero, mas era uma dificuldade, porque a maior parte dos trabalhos eram em grupo e era difícil ter uma entrada. Não via nenhuma objeção direta de professores, mas também não sentia nenhum suporte teórico. Estudei muito psicologia social, fiz pesquisa, extensão, na área de psicologia social, na residência terapêutica, em saúde mental e no estágio em clínica com abordagem fundamentada na esquizoanálise. Não tinha uma identificação com docentes. A forma como lidavam, parecia mais fechado. Não era pelo referencial teórico, mas como se davam as relações. Já me identificava como feminista na graduação, lia blogs, buscava conversas com amigas e amigos de fora da psicologia inclusive. Tinha um professor que tentava o tempo inteiro trazer o preconceito e as discriminações dele; em sala de aula, tive que ouvir que as mulheres tinham menos neurônios que um homem e que isso explicava uma série de diferenças e desigualdades sociais. Obviamente barraco eu fiz, a turma fez, porém, era isso.

Monique – Eu sou do interior do estado... e me mudei para Vitória quando passei na faculdade, ... [com 18 anos, em 2015]. Já saí do armário no ensino médio, como sapatão, e ao mesmo tempo como feminista, então, eu cheguei na UFES, de certa forma, com esses embasamentos, e acho que foi uma primeira questão quando eu cheguei. Eu estava no primeiro período, [quando houve] toda aquela questão e confusão com relação ao machismo

no curso, e tudo isso aconteceu exatamente quando minha turma entrou, no primeiro período, foi na minha turma toda a confusão que envolveu... enfim, você sabe né?! Foi quando a gente criou o [coletivo] “Filhas de Gaia”. Então, primeiro tive que me deparar com muitas professoras, mulheres que eram incríveis, que eu admirei de cara e ao mesmo tempo me deparei com o fato de que elas não se viam como feministas, nem se reconheciam assim e eu que era alguém de fora da universidade [já me reconhecia assim].

Sara – Eu escolhi psicologia quando estava fazendo ensino médio ainda, eu tinha um blog de moda, e nesse blog, eu na época me identificava como um menino gay. Então, nessa época não tinha Instagram, mas tinha as blogueiras, e não tinha meninos. Eu era um dos poucos meninos [que fazia blog sobre moda] e ali já começava a acontecer alguma coisa, muitas coisas relacionadas a gênero, era algo bem importante para mim. Eu estudava com esse blog o interesse de como as pessoas se relacionavam, na verdade como as tribos urbanas se identificavam e se comunicavam a partir da roupa, da experiência estética. Então, era um blog para pensar arte, moda e estética, mas com esse viés meio que de psicologia social, o que em contato com a faculdade fui entendendo melhor. Um grande desejo que eu tinha quando comecei a fazer o pré-vestibular e entender que queria entrar na psicologia, era como alguns grupos sociais se comunicam e criam sistemas de comunicações a partir da vestimenta. Antes do pré-vestibular, eu sempre deixei meu cabelo crescendo, mas cortava. Sempre gostei de pintar meu cabelo colorido. No pré-vestibular, que eu fiz em uma escola particular de Vitória, eu fui deixando meu cabelo crescer bastante, aí chegou um momento em que as pessoas, os professores me confundiram, me chamavam de menina, e isso me despertou algumas coisas, foi um dos primeiros momentos que me chamaram no feminino... sem ser um xingamento. Depois, eu entrei na psicologia, em 2015, e fui procurando algum grupo. Entrei na formação e alguém falou do GEPS, então, eu comecei a procurar esse projeto, GEPS, um grupo de estudos. Eu estava no segundo ou primeiro semestre, no segundo eu já estava no GEPS mesmo, e fui até o quarto ano de graduação. O que foi o GEPS para mim... em ressonância ao GEPS, eu também fiz parte de um curso de extensão, de um mestrando em psicologia, que estava fazendo sobre pessoas trans, eu lembro até hoje, foi o primeiro grande grupo, grande grupo não... um grupo de extensão mesmo... sobre pessoas trans, sobre tratamento, coisas básicas naquele tempo para mim, sobre nome, pronome. Chegou um momento do curso em que ele começou a falar de nome, que as pessoas trans não se identificavam com o nome, aí fui me identificando e me perguntando

“o que é isso” [Risos]. Então, em 2016 eu mudei de nome, pela questão da não binaridade. Eu pensei “nossa, me identifico com isso”.

Martin – Eu me formei em 2007, a gente entrou em 2002, eu acho... entrei em 2002/02, porque formei em 2007/02, e são 5 anos. E fui lá pensar se tinha alguma matéria que falasse sobre diversidade sexual, e eu não consegui me lembrar. Falar deliberadamente sobre esse assunto, em nenhum momento a gente falou sobre o tema da sexualidade de maneira mais específica, sabe? Nenhuma, nada mesmo. Aí, fui tentando lembrar figuras que rondavam, e foi uma questão meio deslocada, porque a única coisa que eu consegui pensar é que a nossa formação com todas as professoras, especialmente as mulheres, com Foucault, Deleuze, Guattari e da psicologia social, estava sempre falando alguma coisa de marginalidade, de subjetividade dissidente. A gente falava com muito conforto da loucura, e na minha experiência, estava junto com LGBTQ(ueria)+, eu queria mais, mas eu não sabia que queria. [Risos.]

Carolina – [Risos.] A gente tinha professoras e professores que eram lésbicas ou gays ou bissexuais, mas nunca foi colocado como discussão [a sexualidade ou orientação sexual nos debates da graduação, nesses anos até 2007]. A gente lia psicanálise, lia Foucault, e isso era estudar sexualidade. Algumas amigas se apresentavam como feministas, nas ciências sociais, na militância dos partidos. Participavam de ações da UNE, do Fórum de Mulheres. Nada disso se entendia como parte da formação. Entramos na graduação no início de 2000, a maioria se formou em 2005-2006. Só depois disso que começaram os encontros estudantis e as pautas no movimento estudantil mais próximas da diversidade sexual e do feminismo. O reconhecimento, para mim, de que ler Freud e Foucault não bastava e que as questões de gênero importavam, veio da experiência com as oficinas de prevenção de DSTs, primeiro como projeto de extensão, depois como estágio supervisionado. O projeto me interessou por trabalhar com saúde coletiva e com grupos. Apesar de passar por muitas situações no movimento estudantil e na graduação que me faziam questionar a desigualdade de gênero, foi só a partir desse trabalho que fui reconhecer, na minha formação, as marcas do gênero e da sexualidade. E como essa experiência contou muito para o meu currículo nos primeiros contratos de trabalho, segui com esse interesse e sempre fiz nos espaços de trabalho ações relacionadas a prevenção de DSTs e gravidez na adolescência, mas falando também das questões de gênero e sexualidade. Então, em 2013, decidi voltar a estudar para o mestrado e

fui atrás do GEPS, que era um grupo que Jésio frequentava e divulgava, e sempre quis conhecer.

Sara – Eu comecei, no segundo período [em 2015] a ir religiosamente a todas as reuniões do GEPS, e você sempre estava lá, Carol. Foi muito importante para mim, porque hoje eu vejo algumas inseguranças que eu tinha naquele momento, naquelas reuniões que eu não conseguia dar conta. A sua presença era importante por conta disso. Era sempre uma presença feminina forte, e que batia de frente com aquele mundo de homens... então, eu sempre lembro que ia com as minhas amigas e a gente falava muito de você depois das reuniões, a gente ficava esperando você dar algumas respostas antes, porque a gente não conseguia elaborar algumas coisas, lá no começo de tudo, e você sempre elaborava da maneira que a gente gostaria. O GEPS para mim foi crucial, porque no meu curso em si de psicologia não teve nada, é triste falar, mas é uma formação profundamente traumática para mim, tanto em relação a sexualidade como em relação a raça. Teve uma disciplina da faculdade que, em um momento, eu e uma grande amiga a gente foi pensar saúde da população negra, aí o professor simplesmente virou e disse “não existe isso”. Aí tivemos uma grande discussão. Na minha turma também foi interessante porque em 2015 aconteciam algumas mudanças no Brasil né... Djamila Ribeiro que é o marco também. Então, a minha turma, por mais que tenha sido composta majoritariamente por mulheres, meninas de classe média, classe média alta, super desconectadas da realidade, ou melhor, conectadas em outra realidade, existia uma onda feminista acontecendo na minha turma, que foi bem importante para mim. Também acompanhamos um processo jurídico de um professor contra uma aluna, que foi bem difícil e bem importante para minha formação. Minha amiga mais próxima da graduação, que é minha amiga até hoje, ela ser uma mulher negra e ter estudado desde o início a produção de intelectuais negras [também foi importante para a minha formação]. Bati de frente com o movimento negro também, dizendo da misoginia e do machismo que existe dentro dos próprios movimentos, tendo em vista que também participamos de um movimento que chamava “Negrada”. Essa jornada me possibilitou, me conduziu para que pudesse me relacionar com o gênero de uma outra forma, e com as políticas de sexualidade e tudo mais. [Aquele] professor, o que abriu processo contra uma aluna, ele também foi superviolento com a nossa turma, ele era um homem cis branco e ele cooptava alguns colegas da turma, de ser violento e assediar mesmo. Ele se propôs também a construir um grupo de estudo de sexualidade que eu

participei, foi bem importante para mim, mas também foi violento. Nesse momento eu estava fazendo parte do GEPS já, lendo livros e tal...

2.2b - Fileiras, janelas, corredores. E depois, as redes.

É bem comum que, nas primeiras aulas da graduação em psicologia, se pergunte como foi feita essa escolha. O que geralmente se responde a partir de interesses de estudo ou profissionais. Não foi feita essa pergunta em nossas conversas, mas quando indagamos sobre a relação dos ativismos de gênero e sexualidade com a graduação, todas retomamos algum ponto ou conexões de referência com o ingresso no curso, por vivências anteriores ou por uma falta de reconhecimento dessas vivências com expressões e identidades de gênero e sexualidade. Entre essas conexões, há uma virada para o espaço online quando o ingresso na graduação se aproxima mais da segunda década, ou já adentrando os anos 2010. O acesso a blogs e canais no youtube aparece como referência para uma entrada no curso com mais atenção não somente aos ativismos, mas à própria condição de gênero e expressão de sexualidades dissidentes à heteronorma.

A distinção quanto às identidades cis e trans só aparece após 2015, e não antes da graduação, embora não se remeta ao curso de psicologia, e sim a outros espaços e vivências acadêmicos, transdisciplinares, o reconhecimento dessa distinção. Esses outros espaços são relacionados a modos de ativismos que interferem na formação com outros referenciais de leitura e de atuação, que não se vinculam, nos relatos, à psicologia da graduação. Acompanhamos também um processo de desnaturalização de um silêncio, de uma invisibilidade e de uma insensibilidade para a multiplicidade do gênero e das sexualidades na formação. Vamos às conversas.

Jésio – Para mim, a experiência da UFES foi um choque, em relação ao que era a vida da escola. Eu não sei se você teve essa experiência também, de chegar e não ter aquela coisa de controle da hora que você entra, da hora que você sai. É de uma autonomia que não existia na vida escolar. [...] Eu podia escolher não fazer algumas disciplinas. Eu podia, se eu não quisesse continuar assistindo a aula, eu podia sair no meio da aula.

Carolina – Era uma experiência corporal, com o espaço da universidade, que era muito forte. Aquele espaço que tinha suas regras, sua gestão própria, formas de convívio próprias e, como não estava ainda disseminada essa comunicação de redes sociais, a forma das

peças conviverem, se falarem, se encontrarem, era ficando ali naquele espaço, era circulando por aquele espaço. Para as atividades acadêmicas, certamente poderiam ser agendados os encontros para trabalho em grupo em outros lugares, mas havia a Biblioteca, a necessidade maior do acesso aos livros impressos, havia laboratórios de informática, com impressoras e internet, o que nem todos tinham acesso em casa, havia a possibilidade de permanecer ali e contar com as refeições do Restaurante Universitário, havia os projetos de pesquisa e de extensão, os estágios supervisionados, que eram atividades desenvolvidas não somente dentro do *campus*, mas que tinham boa parte do tempo dedicado a orientações, estudos e encontros que aconteciam no *campus*. Era muito intensa a presença no *campus*, e o deslocamento pelo espaço da universidade, para quem participava de ações estudantis. Não necessariamente dos Centros ou Diretórios Acadêmicos, embora fossem pontos de organização e mobilização importantes para a vivência estudantil em seus modos e formas mais autônomas da institucionalidade acadêmica. Como Jésio relata, um Centro Acadêmico era muito menos um núcleo de representação do que uma rede de encontros, de convívio e de movimentação. Não eram poucas as pessoas que frequentavam os lugares dos Centros Acadêmicos e do DCE [Diretório Central de Estudantes] que não tinham nenhuma vinculação com seus papéis representativos ou mesmo com a participação de base. O que havia nesses espaços de movimento estudantil eram trânsitos, muito diversos. Portanto, essa experiência corporal de que falamos era de uma experiência de ocupar lugares que não eram fixos, que nos colocavam em movimento. Movimento de pernas, braços, falas, escutas, música, ruído, silêncio. Caminhávamos longas distâncias para isso. E, no trajeto, poderíamos encontrar pessoas ou acontecimentos que nos desviassem do ponto de chegada previsto.

Jésio – Eu nem tinha celular nessa época, fiquei alguns períodos sem ter celular. Eu fui ter celular, um dos motivos, era porque os colegas insistiam, questionavam como iriam falar comigo para fazer um trabalho, para se reunir. Não só na UFES, mas em outros lugares, a pressão foi crescendo, então, eu resolvi ter um celular. E tem realmente isso, era uma coisa de conviver. Você falando, eu me lembro, por exemplo, das festas na UFES. O que eram as festas na UFES! Era sexta-feira você tinha quatro, cinco festas ao mesmo tempo, virando a noite. E eram momentos, assim, de convivência, de conhecimento entre a gente mesmo, das pessoas, outros espaços. Eu, que passei adolescência dentro de uma igreja, eu me colocava num outro universo, assim, de relações, de práticas.

Alon – A minha matrícula foi no começo, porque foi em 2014 a leva toda, mas eu fiquei seis meses aguardando começar as aulas mesmo. A gente criou um grupo do whatsapp e ficou conversando, quando chegou [o início das aulas] parecia que as turmas já se conheciam, porque a gente ficou muito tempo conversando virtualmente, o pessoal chegou lá todo cheio de empolgação. Eu me lembro de questões, que penso na formação, mais relacionadas ao conteúdo e à experiência, provocações que a gente já sentia desde a entrada, que a gente começou a pensar, a levar para sala de aula, em relação a alguns textos e coisas que a gente lidava. Eu me lembrei de muitos colegas que foram chegando e tendo essas primeiras experiências de pensar a respeito de gênero e sexualidade, até por umas cutucadas que a gente recebia de quem era veterano e já tinha passado por momentos de reflexão e depois de ter convívio com outros colegas, de estar muito em festas, de começar a se abrir e querer experimentar um pouco mais, questionar um pouco os seus interesses e tudo mais. Então, teve gente que passou por mudanças, e por ter passado dava uns cutucões na gente quando estávamos chegando. Uma coisa que eu acho superengraçada, o pessoal também achava engraçado, era os questionários que a gente fazia, logo que o pessoal chegava. Criava-se um grupo no facebook, que era o grupo de recepção dos calouros e calouras, e aí o pessoal colocava lá o questionário para gente poder se apresentar e se conhecer, e é engraçado porque dava para acompanhar as etapas, fazia esse questionário primeiro online pelo facebook, e aí tinha perguntas como o nome, de onde a pessoa era, a sua orientação sexual, e se tinha lugar para festa em casa, era a mais importante das perguntas, e gostos de músicas, de filmes... sempre alguém comentava que todo mundo costumava responder “heterossexual”, em relação ao gênero e a sexualidade. Não tinha essa questão de responder cisgênero ou transgênero, acho que gênero não era uma pergunta do questionário, era mais a orientação sexual, e todo mundo respondia “hetero”. Chegava no dia da matrícula e eles faziam o questionário de novo, porque isso ficava registrado no grupo do facebook, já tinha um pessoal que pendia mais para um lado e para o outro porque eles davam opções, como: hetero, gay, bi, lésbica ou amor livre. Essa opção “amor livre”, tinha gente que nunca se declarou amor livre, mas quando era apresentado na matrícula preferia se identificar assim, e quando a gente era veterano começou, não sei se foi com a minha turma ou com outra turma, a ter o hábito de os veteranos se apresentarem aos calouros no facebook também, porque no princípio eram só os calouros respondendo questionários, e alguém achou interessante que a gente, os veteranos, começássemos a responder. Passou a ter um post só para os calouros responderem os questionários, e tinha outro só para os veteranos, e nós estávamos atualizando nossos questionários da matrícula e o anterior a ela, é muito

engraçado, todo mundo olhava e falava: “não foi isso que você respondeu quando chegou aqui!”. Então as respostas mudavam muito, e era legal ver essa mudança. Eu já era veterano, tinha uma menina que ficou meio indignada quando o pessoal respondia na parte da orientação sexual que era amor livre, ou qualquer outra coisa que não fosse hetero, o pessoal batia palmas, porque era muito difícil o pessoal falar isso nesse momento de matrícula. Depois, mais para frente, quando é veterano, já se sente mais confiante nesse espaço. Ela ficou revoltada falando que “ah, não bateram palma para mim porque eu respondi que era hetero”. Lembro que foi uma novela até explicarem para ela por que o pessoal batia palmas. Essa [história] do questionário, de ter essa pergunta no questionário gerou muitas coisas engraçadas no curso. Gerou esse questionamento que foi levando a gente para sala de aula com a inquietação.

Gal - No sexto período, um digníssimo professor falou em sala que homossexuais não deveriam atender crianças. Sinto que isso perpassa minha história de alguma forma. Fora [essas situações de] machismos de professores, não tive nenhuma disciplina com enfoque específico, mas cheguei a estudar Beauvoir. Ao mesmo tempo, com algumas amigas que participavam do Contraponto [grupo político do movimento estudantil], um pouco do movimento estudantil [nos] trazia mais isso, [com a] participação no CA, muito fora da sala, movimentos fora da sala, traziam mais dimensão de gênero e sexualidade do que do currículo em psicologia. Aliás, traziam, [no currículo] mas de uma perspectiva hegemônica. Bom, eu praticamente li de tudo, tentava estudar o máximo. Algumas disciplinas eram muito vinculadas, por exemplo, a psicologia do excepcional, a um caráter muito segregacionista. Eu me lembro de algumas falas, quando um aluno cego entrou no curso, [disseram] “esse aluno não vai se formar porque não tem condições”. Era um viés muito de reduzir o sujeito, e não de pensar as estruturas que eles estão, mais um viés patologizante, digamos assim. Nada que fosse relacionado a LGBTQIA, era muito da minha memória, do meu registro, isso era muito ignorado, até mesmo as relações e as vivências dos estudantes era uma certa continuidade da lógica do segredo, do escondido, grandes tabus. Mas, por exemplo, na primeira semana de aula foi quando eu fiquei com uma mulher, uma menina da minha sala. Isso rolou algumas vezes, então, o ambiente da universidade, o ambiente de discussão, o ambiente progressista possibilitava as relações, mas quando a gente tentava fundamentar isso, era até um pouco confuso, era possível, mas não era, e embora considere a formação muito boa de uma forma geral, tem conservadorismos, ainda existe em toda

sociedade. Eu me lembro que fiz uma imersão, na disciplina de psicologia institucional, na delegacia da mulher, e a gente tentou trazer algumas discussões. Então, existia uma abertura, mas não existia uma provocação por parte dos docentes, [nem] provocações por parte dos discentes...

Monique – Esse panorama que a gente tem, de encontrar muitas professoras incríveis que não falavam sobre isso, não nomeavam isso de nenhuma forma, nem o machismo, nem apontavam para essas práticas e nem também se colocavam como feministas, isso me gerou um certo estranhamento, mas logo quando a gente começou a fazer essa movimentação e teve aquela confusão do fórum¹⁰ [do curso], foi com a minha turma que aconteceu, então foi algo muito drástico e que envolveu muita coisa. Mesmo na nossa formação, durante o resto do curso todo, comecei a construir o Filhas de Gaia com as meninas, e foi algo que inicialmente estava muito mais voltado para esse feminismo, e a gente não conseguia fazer muita coisa pelo coletivo, porque recebíamos muitas denúncias de assédio, muitas mesmo, de várias pessoas do curso e até de fora dele. Então, a gente começou a elaborar estratégias do que fazer, a gente tentou criar um projeto de extensão para atender vítimas de assédio, a gente tentou fazer coisas, mas a gente não deu conta, não deu certo. Depois veio a ocupação¹¹, e a gente acabou se afastando, acabou morrendo um pouco a força que a gente tinha criado no início. Eu entrei no curso em 2015 com 18/19 anos, e muito no início do curso, que eu me lembre, fui chegando querendo encontrar mais disso que eu tinha até então contato apenas pela internet. Então, essa formação coletiva, sejam questões teóricas, eu vi que não tinha muito espaço no curso na época, só lembro que tinha as oficinas [no projeto de extensão coordenado pela Prof^a Maria Amélia], mas eu acabei não fazendo, porque era voltado para essa questão do HIV, e de uma sexualidade, de uma certa sexualidade. E eu lembro que cheguei muito nessa procura, de querer fazer mais coisas voltadas para gênero e sexualidade e não ter. Fui me envolvendo em outros projetos, em outras questões e entrando nesse mundo da psicologia mesmo, e de certa forma, sinto que por algum tempo essa questão do gênero e da sexualidade teve que ficar de lado, mesmo sendo algo que sempre me interessou, desde antes de eu entrar eu sabia que queria trabalhar, mas acho que por várias questões isso foi ficando um pouco em segundo plano, tinha que dar conta da

¹⁰ O fórum do curso eram eventos de assembleias na graduação em psicologia, com a participação de docentes e estudantes.

¹¹ Os movimentos de ocupação estudantil, que aconteceram primeiro com secundaristas, na educação básica, logo em seguida nas universidades, em 2016.

graduação, eu tive que entrar em outros projetos e era isso, para fazer as coisas acontecerem tinha que ser muito puxado pela gente, não tinha professores que trabalhavam com isso. Logo a professora [dos projetos de extensão com prevenção de HIV] se aposentou, não tinham projetos voltados para isso especificamente, então eu lembro muito dessa ideia de uma procura. No início, até metade do curso, eu não conseguia me adentrar tanto nesses estudos. Por exemplo, como eu falei, Filhas de Gaia era um lugar possível para gente avançar nas questões, mas a gente não conseguia, não demos conta de todas as demandas que chegaram e nem de avançar nas questões que a gente queria, ou que eu, ao menos, gostaria.

Sara – Então, defender o estudo de gênero para mim, passa por várias demandas na graduação, porque em certa medida eu estava continuando o grande trabalho que vocês já tinham iniciado na graduação, apresentando novas demandas, novos desafios, e por outro lado, pelo movimento negro da Ufes, por exemplo, eu estava sendo super deslegitimada, as pessoas diziam que eu era branca, que eu estava me embranquecendo, que eu estava traindo o movimento porque estava estudando Beatriz [Paul Preciado] ao invés de estudar Frantz Fanon, então, eu sofri tudo isso durante a minha graduação, além da minha transição também né... então, eu ficava assim, meio que em uma fronteira e isso caracterizou muito a minha produção acadêmica de estudo. Com o GEPS, passei a desenvolver muita admiração pelo professor que coordena [o grupo]. Então, a gente começou uma iniciação científica em 2017, sei que fizemos 3 iniciações científicas até o final do curso porque eu precisava de dinheiro também, para me manter. O curso de psicologia é integral, então, não conseguia trabalhar, meus avós bancaram e fizeram tudo da casa, e eu não pagava [as contas], mas também não podia pedir nada. Então, a forma que encontrei de estudar e receber o dinheiro foi com a iniciação científica.

Alon – Eu tenho a impressão de que, pelo menos para quem foi da minha época, esse percurso, esses estudos a respeito de gênero e sexualidade, era a graduação paralela, porque em relação a formação de conteúdo mesmo, de disciplina, a gente ia se questionando, e eu diria assim, até se revoltando com as coisas que a gente via em textos ou em salas de aula, até mesmo na relação com os colegas, e isso incitava a gente a procurar ler textos, alguma coisa para poder levar para sala de aula, especialmente a minha turma, que era uma turma que falava muito. Quem deu aula para minha turma vai lembrar, os professores sabem que a

gente não precisava de ser aquecido para começar uma aula, a gente tinha que botar o pé no freio, se não, não conseguia cumprir com o que tinha programado, porque a gente gostava de falar muito.

Carolina – Como era para você a experiência do curso, desse curso desenhado que não era o paralelo?

Alon – O oficial, acho que eu comecei a pensar sobre isso depois, no começo a gente está muito encantado com a novidade, a gente vai atrás de tudo que está sendo passado pra gente, e assim ficou mais para frente, para gente começar a questionar com um pouco mais de consistência, com um pouco mais de argumento. Sempre teve um estranhamento, quando a gente pega os livros de Philippe Ariès e começa a estudar sobre família e bíblia, e sobre a maternidade, enfim, outras questões ou alguns textos. Às vezes, tem textos de psicanálise que eu questiono até hoje, que eu não sei se eu não consigo colocar a questão, ou os psicanalistas que eu encontrei têm dificuldade de ouvir, mas até hoje eu tenho questões incômodas com essa coisa de função materna, função paterna, nem é sobre a função em si, mas a forma como se escreveu a teoria, como se deu nome. Então, tinha esses incômodos, no começo do curso eu já estranhava umas coisas, porque o pessoal sempre via com essa questão de se identificar, e até hoje nos cursos as pessoas são assim, estudando a teoria às vezes pensando na própria situação. Então, tinha muita *des*-identificação com o que a gente estava lendo, [pensando] como “isso aqui não funcionaria para mim” ou “como isso seria no meu caso”. Depois de um tempo eu acho que comecei a levar as coisas para sala de aula com mais argumentos para poder explicar o que eu estava querendo dizer, mas é o que eu digo, ficou sempre como alguma coisa transversal, uma nota de rodapé nas aulas, eu sentia que quando a gente colocava questões de gênero e sexualidade, a gente sempre estava dando uma pausa na aula, sempre foi um momento de, “vamos fazer uma pausa no conteúdo para poder refletir sobre essa questão”, e a gente volta à aula. Então, isso também me incomodava, mas tudo bem, a gente ia fazendo pausas seguidas. Demora um tempo para desfazer esse hábito de ensino médio. Tem isso também, a gente não chega na universidade a partir de qualquer lugar. Depois de ter passado por um ensino médio que é estudando para o Enem, você tem que saber tudo decorado na ponta da língua, as coisas são bem encaixadas, e sem questionar muito, o negócio é gravar o conteúdo até desmanchar. Tem muita turma que foi até o final do curso nesse ritmo de ensino médio, o pessoal que,

infelizmente, entrou na universidade e não se deixou experimentar outro ritmo, outra relação com o conhecimento. [...] O estranhamento com as salas de aula, veio principalmente da minha vivência mesmo, acho que desses cutucões que os nossos veteranos iam dando, por sentir que a universidade foi um espaço muito tranquilo, muito aberto, e aí, claro, dá para fazer várias ressalvas em relação, porque tem muitas pessoas que sofrem muita perseguição, e muitas coisas dentro da universidade, mas no curso que eu encontrei foi uma abertura muito grande para colocar minha história em dúvida, colocar muitas interrogações. E, enfim, experimentar outras relações mesmo. Então, eu acho que esse estranhamento partiu primeiro dessa minha experiência, chegando na universidade. Entendo que ali era outro espaço, muito diferente do que eu tinha encontrado nos outros espaços de ensino, e a partir daí a gente foi, ou digo que eu fui pegando essa experiência e buscando na teoria, nas discussões com autores, o que essa gente estava falando, de coisas parecidas com o que eu estava pensando. Foi estranhando esses textos falando sobre família, os próprios textos de psicanálise que a gente via uns termos que a gente estranhava, mas eu acho que quando eu consegui ferramentas para elaborar as minhas perguntas, bem, eu diria que foi estudando a Judith Butler e que ela foi minha formação paralela basicamente. A partir das referências dos textos dela eu ia pegando a bibliografia que ela usava, e ia procurando os textos que ela leu para ler também, ler os textos que Foucault citava e outros. De movimento social, não tinha muita coisa teórica não, não aparecia muita coisa de estudo não. A gente tinha aqueles questionamentos a respeito da vivência dos outros, as outras pessoas, movimento pessoal, quando se tratava de gênero e sexualidade. Até que, no final da graduação, estava muito cansado, porque qualquer encontro era uma catarse, um momento de desabafo, falando de seus sofrimentos e suas perseguições. Dentro do movimento social teve essa formação, ouvindo a história dos outros, mais por conta própria, e tentando juntar com um ou outro [momento] da sala [de aula], a gente ia para parte mais teórica assim, e aí foi basicamente a Butler mesmo.

Sara – Eu fiz 3 iniciações científicas sobre sexualidade, e a pesquisa era sobre crianças, crianças viadas no começo e depois fui entendendo que era uma coisa que eu queria chegar no final, na última iniciação científica eu estudei como essas crianças na verdade não são viadas, não são negras, elas vivem um momento que, para mim, é um momento de liberdade mesmo, que não corresponde às amarras identitárias, e quando essas crianças começam a sofrer racismo, sofrer pelo racismo, pela misoginia, transfobia, ali se inicia o fim de uma

infância, então fui tentando cartografar, pesquisar isso na última iniciação científica, e em contraponto, dentro do curso de psicologia, [enquanto] o curso passava por várias mudanças, que eu com muita dificuldade ajudei a construir. Teve um momento da minha formação, que foram os últimos momentos, os últimos meses, o curso de graduação no final... teve o momento que eu rachei, encerrei com o GEPS, que foi quando eu comecei a perceber que aquele grupo de estudo para a UFES, que é um grupo que pode ser visto como revolucionário, mas que não gostamos dessa palavra, mas ele está à frente de algumas coisas... aquele grupo de estudos corresponde muito mais a um desejo gay branco de estudar sexualidade, e que não se abre, a meu ver, até hoje, para outras epistemologias mesmo. Lembro que era o momento em que a Linn da Quebrada estava ficando famosa, eu a estudei na iniciação científica, então trazia bastante. E aí, naquele grupo, preferiam estudar artigos que falavam da Linn, ao invés de estudar uma música da Linn, um filme dela. Eu comecei a ver como isso era grave, perceber como o meu modo de fazer acadêmico mostrava que existe uma nova academia sendo construída. Tanto é que a minha iniciação científica, em toda a minha graduação, eu estudei outras metodologias para conseguir trazer outros tipos de plataforma de conhecimento, que não um artigo científico e que não um livro. Eu pensava assim “gente, eu quero estudar as bichas pretas, as travestis, e essas pessoas não estão publicando livros”, mas estão publicando músicas, obras de arte, e então, preciso entender como eu legítimo, dou dignidade a essa produção de conhecimento, e aí fui percebendo que o GEPS não se mostrava disposto a estudar isso dessa mesma forma.

Carolina – Acho que é por ser um grupo acadêmico, e isso se reafirma constantemente, em ciclos. Eu peguei um ciclo, você pegou outro ciclo e nesses ciclos isso se reafirma. Teve um momento em que a gente se apropriou de Butler, e junto com nossas vivências faz a gente querer buscar outras coisas, mas aí vem um outro ciclo desse circuito acadêmico, e volta para o mesmo lugar, eu tenho essa sensação com os grupos acadêmicos e de pesquisa. Com o movimento estudantil também.

Sara – Sim... acho que é isso, eu que peguei um momento em que era Butler e Paul Preciado, foi bem importante para mim... me desgraçou toda, destruiu tudo que pensava sobre gênero, e foi superimportante esses autores. No entanto, acho que houve uma saturação mesmo, a minha presença ali, que não dava mais, não faz sentido para mim, passar um semestre estudando um livro sendo que existe um bando de epistemologia

acontecendo. Também na época a Jota Mombaça estava lançando textos. Eu passei por um processo da graduação, de 2015 a 2019, que era fruto das cotas, então, a gente não estava conseguindo publicar em revista, a gente publicava em blog. E o GEPS não reconhecia isso, mas tem todas as ferramentas possíveis para conseguirmos estudar essas músicas, esses textos, que acontecem fora do ambiente acadêmico. Acho que é uma escolha mesmo. Eu parei de frequentar o GEPS, também eu entrei na umbanda, e aí mudou tudo de novo.

Jésio – Logo que eu me formei, tentei o processo seletivo do mestrado [PPGPSI], da turma três. É engraçado, porque eu fiz um projeto que tentei juntar todas as coisas que eu gostava, tentei conciliar todas elas. Então, eu gostava de esquizoanálise, o projeto era para trabalhar com a perspectiva teórica da esquizoanálise; eu via que gostava muito de psicologia do trabalho, era uma das coisas que eu mais tinha gostado na graduação, aí era uma pesquisa de psicologia do trabalho com motoristas, porque eu tenho uma história da minha vida pessoal com a questão de ser motorista. Então, propus trabalhar com teatro, fazer análise do trabalho fazendo cenas de teatro, que era uma outra coisa que eu gostei muito na graduação e que eu gostava muito na vida. Embora eu não tenha feito, mas no projeto era para fazer isso. Então, eu tentei juntar tudo, mas curioso que não entrava a sexualidade. E eu até pensei: “como eu estou juntando tudo que eu quero estudar, que eu gosto, mas não vejo a sexualidade?” Poderia caber aí a sexualidade, mas eu não via. E caberia. Hoje, eu penso que é óbvio que cabe discutir uma profissão que é, predominantemente, masculina, pensar como a questão de gênero marca o jeito de trabalhar, as questões que envolvem o trabalho. Hoje, para mim, é óbvio, mas, naquele momento, mesmo tendo o [coletivo] Plural para pensar, veja, ainda é uma coisa separada, eu não conseguia juntar. Eu conseguia juntar várias outras coisas, mas eu não conseguia juntar gênero e sexualidade. Então, ao mesmo tempo que eu tive isso na formação, é essa formação de fora. E, aí, é mais um motivo para eu dizer que eu aprendi mais fora do que dentro, porque o que eu aprendi dentro não me possibilitou fazer essa conexão.

Sara – A graduação de psicologia na UFES parece uma graduação de matemática, que você aprende uma fórmula, e se você sabe operar essa fórmula, você passa em todas as disciplinas. Então a gente se orgulha e se vende como “aquele curso que questiona”, mas questiona em um ciclo vicioso que não possibilita quebrar o próprio ciclo. Porque assim, tem as disciplinas de desenvolvimento, que é um referencial de criança e infância super

européia e classe média, e teve um dia que falei assim para minha professora “Olha só... eu quero saber como a gente vai falar dessas crianças que estão bem ali em frente a UFES, de 10 anos, vendendo paçoca no trânsito do sol de meio dia. Como vamos conseguir falar sobre elas?” Aí ela ficou “meio assim”, a turma também... e aí ficou por isso, constrangimento por constrangimento. A professora, depois fiquei sabendo que até mudou algumas coisas, mas era uma professora que eu botava fé nela, apesar de tudo... E aí, o curso de psicologia é tradicional. Vou falar escrachadamente, em vários momentos, a gente não defende a vida, a gente defende a psicologia, a psicanálise, a gente não defende a vida. Entende? É uma graduação que os pontos mais fortes que tem são com a loucura. A gente se propõe a estudar a loucura, e tem pontos bem interessantes ali. Mas você imagina se a gente for estudar a loucura em uma perspectiva que a gente entende que existe uma institucionalização em massa de pessoas negras e pessoas trans dentro do hospital psiquiátrico? Se a gente fosse contar a história da histeria, responsabilizando o Freud, dizendo que com aquelas mulheres acontecia um problema muito mais complexo do que a gente estuda nas graduações, de misoginia, de machismo, de tudo mais... então, a gente não estuda. Agora mesmo uma colega me mandou uma mensagem, falando que queria que eu desse um grupo de estudo, uma aula, sei lá, que elas estão criando sobre psicologia e negritude dentro da UFES, e ela disse que as dificuldades continuam. Então, claro que tem a perspectiva católica de que vai acontecer um momento em que a revolução vai chegar, e vai ser tranquilo e belíssimo, não se trata disso, mas que a psicologia não defende a vida em alguns momentos, como esse processo de transmutação, de transfiguração, de tornar-se nominável, de nos fazer repensar tudo que a gente já construiu ao longo da nossa formação e pensar “pera aí”, eu acho que vou ter que começar outra coisa, mas a gente não começa, Carol... a gente dá continuidade. Então, não significa que vai se abandonar tudo que estudou para começar a estudar racismo, não se trata disso. Então, é uma graduação que se propõe a construir ao longo do curso várias experiências de pesquisa e estudo muito fortes, e é muito importante. Mas, no final, não sabe pesquisar, não quer pesquisar. A única aula que eu lembro que fui respeitada, foi antropologia cultural, em que eu coloquei meu pé dentro da aula, era uma professora de fora do departamento, e ela falou assim “Qual seu nome?” eu falei meu nome e ela respondeu “Não, qual nome você quer ser chamada?” Porque tem essa coisa de ser híbrido, e eu disse a ela “Não, é [este nome] mesmo”. A única que eu não precisei falar nada, e foi a única aula que eu pude apresentar um [trabalho] racial e de gênero, fiz até uma pirâmide que inclusive

hoje eu nem concordo com nada daquela pirâmide, mas que eu apresentei a problemática do gênero e da raça que a turma inteira bateu palma para mim.

Carolina – Essa é uma matéria que dá para fazer em outros cursos, você fez como psicologia mesmo?

Sara – Foi psicologia mesmo, mas tinha outras pessoas no meio, de outros cursos.

2.2c – Andadas

Jésio – Na medida em que a questão da sexualidade, para mim, da minha homossexualidade, ela vai ganhando espaço, eu começo a namorar uma pessoa, tem um vínculo mais forte, esse vínculo ele vai se tornando público. Porque logo que a ficha caiu, eu me assumi para minha família e fui me assumindo na UFES também. Então, eu me lembro de ir em festa, em algumas festas, com meu namorado. Eu não sei como era a sua impressão, mas eu tinha a impressão de que, nesse tempo, era muito difícil alguém se assumir. E a gente tinha colegas gays, colegas bis, mas a gente não via, eles não apareciam, eu não via. Eu não sei se você via. Você via? Eu não via, era muito difícil.

Carolina – Essa diversidade [de sexualidade e de gênero], era só em ambientes, ou até conversas muito específicas. A minha vivência com esses espaços específicos, com esses espaços de gueto, vinha de antes da universidade, o que talvez me situasse também dentro da universidade onde essas vivências eram mais visíveis ou dizíveis. Ainda assim, não eram espaços acolhedores, protetivos, eram apenas espaços onde as margens eram posicionadas. Então, me lembro do dia em que eu e Jésio estávamos no CA, ouvindo um vinil do The Smiths. Fizemos uma pipoca e começamos a conversar, estávamos só nós dois, então, ele me falou que estava namorando. Foi algo que eu já tinha vivido antes, com outras pessoas, quando se percebe que está difícil de dizer, então, começa por “eu estou namorando uma pessoa”. Creio que perguntei se ele estava bem, se estava feliz. Não perguntei quem era, nem supus gênero, não tratei como óbvia uma única orientação, a heterossexual. Então, em seguida, ele completou, dizendo que estava namorando um menino.

Jésio – Eu também tenho essa mesma sensação. Um ponto que eu encontrava isso, [esse lugar onde se podia dizer, onde se podia ver a homossexualidade], era com o Luiz, por exemplo. No Plural, que eu sabia que existia, mas, fora isso... Meu primeiro projeto de extensão foi no [Hospital] Adauto [Botelho]. Eu entrei acho que estava no segundo período. E eu fiquei um ano, um ano e meio no projeto. Eu me lembro, já mais para o final da minha passagem pelo projeto, eu me lembro [de um colega] falando que uma professora era casada com outra. Eu falei assim: gente, mas como? Porque não aparecia, não era algo que era falado. E isso foi falado, assim, muito à meia boca, muito fofoca. E eu falei: gente!?! Como que tem um ano que a gente convive e eu não sei disso? Aquilo me impactou muito, me assustou, de não saber. Assim, eu fui percebendo que do mesmo modo era para os alunos também. Não se falava se alguém era homossexual, era bi, a gente não sabia. Era muito restrito. No meu caso, era assim também. Tanto que, no começo, era isso, era uma dificuldade de falar, de dizer, de onde dizer. Eu me lembro que [depois] não foi tão difícil. Eu fui falando, eu comecei a falar. Do falar, eu comecei a ir aos lugares, em festa de turma, levar o namorado. Na UFES, ele ia também, ia ao cinema comigo. E no barzinho, eu me lembro de algumas vezes ele ir ao barzinho com o pessoal. Só que eu me dava conta de que, pelo que eu via, acho que eu era a única pessoa que fazia isso. Eu não via outra pessoa próxima de mim fazendo isso. Eu me lembro, por exemplo, de contar para os meus colegas mais próximos da turma. Eu era muito próximo dos homens. Tinha as amigas, mas éramos quatro homens e a gente era muito próximo. Eu me lembro de contar para os outros três e eles ficaram, assim... Eles não acreditaram. Teve um [deles], [com quem] eu acho que falei umas cinco vezes e [ele] não conseguia entender o que eu dizia. Aquilo era, para mim, um sinal do quanto a coisa da homossexualidade, da diversidade sexual e de gênero não tinha lugar. Porque, imagina, eu conto isso para os meus colegas, eles já estão no meio do curso, eles não estão lá no começo, e eles não conseguem ouvir que um dos colegas deles é homossexual, é gay. Então, isso vai me marcando muito, como isso não tinha lugar na psicologia. E aí eu começo a me inquietar com isso, porque eu gosto de estudar. Tanto que eu acho que virei professor por isso, eu gosto muito de estudar. Então, de repente, não se estuda isso, a gente não lê disso, a gente só via pela psicanálise e mais ou menos, no meio de outras. A formação em psicanálise era muito teórica. Aprendia-se a teoria, a clínica, mas não as questões, por exemplo, para pensar a diversidade sexual para além da teoria, da clínica. Não comparecia, praticamente. E o tom que se dava também com a clínica não era, muitas vezes, não era muito bom. Era aquele tom meio de que, se a pessoa faz uma tatuagem, ela está querendo, de alguma forma, marcar lei no corpo. Era umas coisas que eu

ouvira e pensava: tudo é papai e mamãe, tudo é Complexo de Édipo. Pensar a homossexualidade por essa via, não dava conta. Embora fizesse sentido, não dava conta, era muito redutor. Daí a minha relação ambivalente com a psicanálise – é interessante, fala de alguma coisa importante, mas é redutora, naquela maneira como era [com as escolas], o que produz de olhar para gente. Então, esse é o momento que fui me aproximando do Plural, do meio para o final do curso. Entrei em 2003, final de 2003, foi em 2007, foi depois do ENEP [Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia].

Essa intercessão com os encontros de estudantes traz para a narrativa uma convergência, entre as vivências da sexualidade, as questões com a formação e suas lacunas ou reduções com a sexualidade e os movimentos ou coletivos estudantis. Dessa convergência, acompanhamos uma dobra de amplificação, de ressonância, que viria a produzir uma consistência para esses processos formativos, no sentido do campo da sexualidade e do gênero, em suas dissidências aos dispositivos da normalidade.

Martin – Do mesmo jeito que se fala de negritude, ter um professor negro, e ele se posicionar é essencial para o debate desenrolar. Com relação à sexualidade e gênero, eu não me lembro disso ser uma questão, sabe? Foi uma coisa que estava meio que incluída no debate, eram professoras lésbicas, falando sobre loucura, e isso para mim estava no mesmo lugar, só que não ganhava a relevância, a gente parecia que não precisava falar sobre isso. Acho que a nossa geração, vou desviar, mas acho que tem relação com esse impacto que eu senti, tem essa coisa do lugar, sou homem, cisgênero, branco. Eu consegui evitar diversas opressões no curso e nos lugares que a gente trabalhava por essa condição, então, para mim, talvez tenham sido assuntos um pouco mais suaves ou mais simples de assimilar. Eu fui parar no manicômio no segundo período, e lá no manicômio tem gente preta, gorda, homossexual, alcoolista. Então, eu tive contato com esse bando de marginal, digamos assim... E para mim era supertranquilo, quer dizer, tranquilo o cacete, era super usual fazer contato. Quando a gente estava em sala de aula e falava “a produção da subjetividade ela é branca, rica, hétero, americanizada, europeia”, tinha [contato com] uma população e eu me incluía junto na minha vivência que me dava uma base, e eu via que era muito diferente do que a gente estava estudando em sala de aula, só que isso não era colocado na aula, era um link que a gente fazia externo. A gente estava no [Centro Acadêmico] CA, a gente tinha contato com diversos outros cursos, a gente tinha uma experiência que não era... sei lá... tão

libertária, [mas] era mais frouxa, digamos assim... e aí essas coisas mais duras, a gente nem ouvia do professor, a gente ria. Eu me lembro que eu lia psicanálise e Freud falando da homossexualidade do invertido, e a gente cagava para isso, a gente dava risada, era relevante, mas não era nosso ponto de estudos. [...] Acho que a nossa geração tinha uma atitude meio expansiva... nossa geração é [governo] Lula também.

Carolina – É, isso que você falava de ser frouxo, invés de ser libertário, mas acho que é essa imagem mesmo, de expansão. Isso gerava uma dispersão, essa frouxidão.

Martin – Sim, porque quando a gente está na sala de aula é o momento meio que de estratégia, a gente tinha que fazer os trabalhos, tinha coisas que a gente achava interessante, mas tinha matéria que eu não faço ideia mais, não tenho a menor memória. [Psicologia do Desenvolvimento 2, de criança, fazer teste em criancinhas, objeto permanente, eu nem me lembro disso, porque a gente tinha essas experiências de Centro Acadêmico, da universidade em si, como um todo. E a gente conhecia a galera gorda, galera preta, a galera bicha, estava todo mundo ali... a gente falava disso em sala de aula, o tempo todo né?! Bom, pelo menos eu, você, a turminha do CA, eram os chatos da sala de aula. [Nas aulas] de Deleuze, falando de devir, a gente estava ali no raciocínio, e a gente pensou “ah, mas por que não tem devir homem?” E ela [a professora] estava explicando “não, por causa das linhas minoritárias, o homem já é a linha...” e a gente [respondendo] “é, mas existem vários tipos de homem”. Foi um debate ferrenho, e estavam de saco cheio, ninguém estava a fim de falar disso, mas para gente foi um terreno fértil, porque a gente estava nessas de expansão, de fazer pensar a universidade fora da universidade, mas a formação em si não teve muita mudança mesmo não, né...

Carolina – Não... ainda é acessório, esse debate.

Martin – Que loucura! Parece uma memória deslocada para mim, porque a impressão que eu tive é que tivemos aulas de movimento LGBTQIA+, e não tivemos. A gente não teve! A gente fez isso nos corredores, sei lá... nas festas, a gente fez isso de outra maneira. Eu fui ler a galera mais específica, tipo o Paul Preciado [na pós-graduação, fora da UFES]. Fui pensar algumas coisas mais específicas, sabe?! Mas até isso... é como se fosse da formação uma coisa que eu não precisasse falar, porque já estava incluída.

Monique – Minha aproximação com o feminismo foi por causa da internet, eu morava no interior, [mas tive] esse primeiro choque, e junto com esse choque vieram as falas e questões machistas que a gente se deparou logo de início. Lembro muito de, já no primeiro período, a gente sair das aulas e se sentar lá no CA. Tinha outras garotas mais velhas do curso e que faziam parte do CA. A gente começou a trocar ideias sobre essas questões, assim, muito naturalmente, foi crescendo essa ideia de construir uma carta para o fórum [do curso], que foi quando rolou toda a confusão... bom, primeiro a gente assina essa carta com as mulheres do curso, depois a gente nomeia as Filhas de Gaia e começa a organizar o coletivo. Vim do interior, e cheguei nessa universidade aqui, em Vitória, encontrando esse lugar em que eu não precisava mais, não me esconder, mas que eu podia viver essas coisas publicamente, que eu podia me relacionar com outras pessoas publicamente, que eu não precisava ter o ambiente fechado da casa para viver isso. Foi um momento de muita ruptura e de conhecer outras pessoas LGBT. Foi algo que antes eu vivia com muito mais custo, eu vivia essas coisas de outra maneira, então, eu acho que é isso... O combo dessa formação dos corredores e essa vivência que a UFES proporciona, e o que a gente vivencia em sala de aula também, por mais progressista, interessante e disruptivo que era a formação, ou uma parte dela pelo menos, é uma confusão também, pensando nesse sentido, [sendo] um espaço de ampliação das experiências, [mas também] algo bem fechado nessa heteronormatividade, assim.

Jésio – O ENEP também foi uma coisa, bem louca! Eu me lembro que teve suruba na piscina, aquelas coisas, assim, maravilhosas. E que eu não participei de nada disso. A gente [estava] trabalhando loucamente! A gente trabalhava o dia todo, dormia três horas por noite, ia participar das coisas e, ao mesmo tempo, construir as coisas..., mas tinha aquele clima do ENEP, não é? Tinha aquele clima de *Woodstock*, de loucura. Foi em 2005. Era um momento em que eu estava, cada vez mais, no Centro Acadêmico. Tanto que, por uma coisa muito louca, aquele negócio de ter que fazer o estatuto, eu dei meu nome [para o registro]. Só que o meu nome era um artifício, mas eu realmente fui me tornando o diretor do Centro Acadêmico, as pessoas foram me colocando nesse lugar e eu fui também ocupando, porque, depois do ENEP, foi um tempo em que o CA deu uma esvaziada forte. Não sei se você se lembra disso. Foi um negócio muito louco, porque foi tão cansativo, foi tão exaustivo. Eu me lembro disso, que o pessoal mais antigo – e você fazia parte desse pessoal também – eu via que deu uma cansada. Grande parte. Esse foi um momento auge... Isso impactou muito.

O CA se esvaziou, mas nessa esvaziada outras pessoas foram entrando, participando. Assim, como eu era alguém que não era exatamente do antigo, mas também não era tão novo, eu fui ficando nesse lugar de, para esse pessoal que estava entrando, uma referência. Eu me lembro que fiquei ... meio que puxando o CA. Os professores me procuravam, perguntavam: “você não é o diretor do CA?” Eu falava: “sou, mas não tem isso, porque todo mundo é diretor”. Depois de três reuniões [participando] todo mundo era diretor. Isso durou um tempo, acho que um ano, entre 2005 e 2006, quando fiquei muito vinculado ao CA. Só que o CA tinha um esvaziamento muito grande, principalmente em final de período, as reuniões esvaziavam. E, aí, eu ia para as reuniões, não tinha quase ninguém. E tinha que decidir coisas, tinha que mobilizar. Eu fui representante no DPSI [Departamento de Psicologia], no colegiado..., tinha que discutir com a base, com os colegas para definir as coisas e não tinha os colegas para fazer isso. Tem um momento em que fui desanimando também de continuar persistindo, de ocupar esse lugar de alguém que tem que liderar. Eu nunca fui muito dessa onda de liderar alguma coisa, não sou muito... não me acho bom para isso. Então, eu meio que saí do CA, mas sempre quero participar de alguma coisa. E, aí, o Plural vai ganhando mais força no meu horizonte. Eu começo a participar do Plural e é uma paixão avassaladora. Porque fui estudar coisas que têm muito a ver com a minha vida, com a minha experiência, com os meus interesses, com as minhas mobilizações, que sempre encontrei dificuldade – seja na igreja, seja na graduação em psicologia, e a gente foi estudar gênero e sexualidade, falar de sexo, falar de experiências. E, assim, eu fiquei encantado e logo fui para o ENUDS, em 2007. Na verdade, teve um ENUDS que eu acho que foi na UFES, em 2006. O ENUDS me aproximou do Plural. Eu não participei de tudo no ENUDS da UFES. Acho que, também, porque eu estava cansado. O ENEP foi uma coisa muito louca! Eu me lembro de chegar em casa e dormir uma semana [depois que acabou]. Eu me lembro do dia em que eu cheguei, eu dormi o dia inteiro, eu dormi quase 24 horas. Eu acho que todos nós vivemos isso... Eu acho que você viveu algo assim também, de estar um caco, de estar um bagaço! Não conseguia fazer nada. Ainda tinha prova, daí eu fiquei de prova final em Estatística I. Então, na época, eu não participei muito do ENUDS, mas me puxou mais para o Plural. A primeira coisa que participei de diversidade sexual, foi o ENUDS, [na UFES]. Daí eu fui participar do Plural, fiquei encantado e fui para o outro ENUDS, o seguinte, que foi em Goiás. Aí, realmente, foi uma experiência radical, para mim. Porque o ENUDS era de novo um ENEP, mas eu não estava na organização, então, dava para participar. E era um ENEP

que não era uma noite de TRANSENEP¹²... Era toda noite de festa, de um TRANSENEP muito mais potente, porque era tudo cheio de bicha, sapatão, muito sexo, muita loucura, muitas experiências. Acordava de manhã, ia para as oficinas, ia para as mesas e, à noite, ia para as festas. Eu voltei de ônibus com o pessoal do Plural e eles falaram assim: “gente... a gente não viu você...” Eu acordei para almoçar e voltei a dormir, continuei dormindo, de tão exausto. Mas foi uma experiência maravilhosa, maravilhosa demais. E eu continuei participando do Plural. Gostava muito dos meninos, gosto demais até hoje, embora a gente fosse muito implicante, uns com os outros. Sempre fomos bichas ácidas, bichas maldosas. Mas isso era muito bom também, porque era uma relação, de fato, de convivência. Nesse momento já estava no final da graduação, de 2007 a 2008. Eu me formei no meio de 2008. Foi um momento também em que eu estava pensando o que fazer da minha vida. Então, para mim, vai ganhando mais peso uma outra coisa. E o Plural também vai entrando numa crise nesse momento. O grupo do Plural foi se tornando um grupo de amigos. E isso foi muito bom, porque nos unia muito, fazia a gente conviver, de fato, junto. Então, não era aquela coisa ‘ah, a gente se uniu porque temos interesse em comum’. Não, a gente se uniu porque a gente gostava de estar junto, a gente tinha histórias, muitas histórias, juntos. Só que isso também fechou o grupo, ter se tornado um grupo de amigos. Era difícil entrar novos amigos. Assim, à medida que as pessoas foram se formando, o grupo não conseguia se renovar. Tanto que o grupo se desfez depois que o pessoal se formou. Era um pessoal que demorava a se formar, que não se formava no tempo certo. Eu ainda me formei, eu baguncei o meu período, mas consegui me formar nos cinco anos. Mas o Luiz Cláudio, o Paulo, várias pessoas do grupo não se formaram no tempo previsto, nos quatro, quatro anos e meio, cinco. Formaram-se em seis, sete anos. Esse é o momento, entre 2008 e 2009, que estão se formando e o Plural começou a se desintegrar. E eu, com a história de me formar, fui me desvinculando do Plural. Continuava tendo os amigos, mas estava preocupado com o que iria fazer da minha vida.

A passagem do coletivo de estudantes que foi o Plural, auto-organizado tanto como grupo de estudos quanto nos ativismos dos movimentos estudantil e LGBT, para a constituição do GEPS como um grupo de estudos e pesquisas com vinculação institucional à

¹² Festa que acontecia nos ENEPs, a partir do encontro realizado na UFES, em 2005, em substituição à festa ENEP Gay, que aconteceu até o encontro anterior na UFS, em Sergipe. No ENEP ocorrido novamente na UFES, em 2015, a festa foi extinta, compreendendo-se ter caráter transfóbico. Mais relatos sobre essas mudanças nos ENEPs, relacionadas a mudanças nas concepções de gênero e sexualidade nos meios estudantis, na dissertação – ROSEIRO (2017).

universidade, pelo compromisso de docência do Prof. Dr. Alexsandro Rodrigues, como narramos aqui, coincide com o período em que conclui-se a graduação para Jésio, para esta pesquisadora e para tantos outros e outras com os quais convivemos como estudantes. Ao contrário de Jésio, não consegui ingressar no mestrado, passei por mais uma gestação, e, algum tempo depois da formatura, fui trabalhar como psicóloga, de “carteira assinada”, como era uma das expectativas que meu companheiro de narrativa relatou vislumbrar para si. Contudo, Jésio conseguiu ingressar no mestrado logo após a formatura, prosseguindo continuamente no doutorado, no pós-doutorado e na docência. Por isso, prolongamos um tanto mais e escolhemos nomear essa memória, que vem do nosso encontro, online, em um momento da pandemia em que ainda seriam retomadas algumas atividades da docência como presenciais. Estávamos, Jésio e eu, nessa entrevista, muito impactados ainda pelo período de distanciamento antes das vacinas. Portanto, seja pela condição de continuidade entre graduação e docência, seja pelo colorido a mais de nostalgia que aquele momento pandêmico nos gerava, temos nessa memória um eixo da narrativa que aparece mais detalhado e aprofundado. As demais entrevistas foram realizadas em um momento em que estávamos mais desgastadas com a tecnologia de comunicação online, e foram mais breves. Também não tiveram essas linhas de continuidade com a pós-graduação e docência, mas propiciaram outras linhas para a narrativa, como as que seguiremos adiante.

Alon – Eu não sei, eu acho que eu fiz tanta coisa, eu me atarefei muito durante esse período de graduação, eu acho que eu participei de muitos grupos, muitas coisas, para sala de aula levava muitas coisas, eu era esse de fazer as longas pausas na sala para gente variar um pouco do conteúdo. Eu lembro que levei o livro da Butler para poder discutir uma parte dela fazendo críticas em relação a psicanálise, era numa aula de psicanálise, eu sei que isso aí não ia aparecer na aula e falei “ah, deixa eu levar isso aqui”, e o professor acolheu muito bem, e a gente realmente ficou lá discutindo, mesmo que ele ainda precisasse ler e estudar um pouco mais, mas é isso, começou como uma graduação paralela, mas eu não posso falar que foi 100%, que eu até ia estar esquecendo das lutas que eu participei. A gente conseguiu disciplinas, a gente conseguiu disponibilidade de horários mesmo, para poder estudar isso, então forçamos um pouco a porta e abriu, funcionou assim, lutamos até por espaço físicos, para poder discutir, fazer grupos de estudos e discutir essas questões, então não foi totalmente paralelo, teve um momento em que começou a entrar dentro da grade curricular. Aí acho que o que eu peguei mais para o final da minha graduação, que talvez tenha sido o

que, no momento, a gente estava fazendo pressão mesmo, era os estudos a respeito de raça, que aí foi mais da metade do meu curso, na metade para frente, que foi o que o movimento estudantil estava organizando para pressionar. A gente também não viu algumas coisas assim, claro poderia ter visto um pouco mais, talvez tenha ficado meio de fora, mas quando eu saí do curso, eu vi uma amiga falando que queria entrar de novo, para fazer de novo, porque a forma que o curso estava quando eu estava saindo, eu gostei muito, e eu fiquei “é, realmente acho que mudou várias coisas aqui no curso que dá vontade de fazer de novo”, assim, porque eram umas disciplinas que a gente queria ter bom conteúdo, que a gente queria ter mais, mas que bom que ficou para outros.

Carolina – Você falando isso me veio aquela imagem já batida do rio, que nunca é o mesmo, nunca se banha na mesma água do mesmo rio. Esses movimentos, a gente acaba falando movimento estudantil como se fosse só o centro acadêmico, mas o movimento estudantil é essa passagem.

Alon – Sim, tinha movimentos estudantis de corredor, também tinha movimento estudantil de boteco, várias formas dos estudantes se movimentarem.

Carolina – É, desses modos de estudantes se movimentarem, é do movimento estudantil, ter essa inauguração, sempre está se inaugurando. Eu fiquei oito anos na graduação, então eu vi isso acontecer, você acaba criando essas normatizações, como você falou do gênero e da sexualidade, isso acontece, eu acho, com os ativismos em geral, mas com o movimento estudantil mais ainda, por causa do tempo, vai ser sempre um movimento que tem um tempo geracional muito curto, quatro anos, cinco anos, quem fica muito tempo na universidade como eu fiquei, fica por seis anos, sete, oito anos, o que não é muito tempo, para uma geração. Então, eu acho que vocês conseguiram fazer muita coisa justamente por fazer esse movimento de inaugurar coisas. Eu estou aqui conversando com você para uma pesquisa que tenta sair dessa questão de dentro e fora da formação, da universidade e tudo, mas não tem muito jeito, a gente tem um currículo mínimo, você se forma, você tem um diploma, então tem um marco. A formação não acaba, mas estar na graduação é uma experiência que é muito diferente nesse processo formativo, que vai acontecendo como você falou, em uma duração que fica durando, não é uma formação de uma disciplina de um currículo, nesse período para pegar o diploma, ela vai durando. Eu tenho um livro que eu o

leio desde a graduação, até hoje, que é o *Caosmose*, do Guattari. É um livro que eu ainda fico voltando, de tempos em tempos, tendo me formado em 2007, há mais de 10 anos. E eu fico voltando nele porque ainda tem vários trechos que na graduação, não era só que eu não conseguia entender, eu não conseguia perceber, tinha coisa ali que não era só de buscar as referências, que eu sentia que precisava de um tempo mesmo para conseguir elaborar. De tempos em tempos eu volto, leio de novo, vejo os grifos de vários anos diferentes, com anotações ao longo do tempo, alguns trechos eu nem conseguia ler, acabava pulando e voltava a tentar depois. Acho que a graduação toda, a memória da graduação, é assim para nós.

Alon – Eu acho até, não sei se é porque eu estava fazendo um mestrado e ainda estou inserido no meio [acadêmico], realmente, tem horas que muitas coisas da graduação parecem que acompanham a gente, sensivelmente falando, parece que tem essa sensação que não acabou, e não é só porque você colou grau que você é 100% psicólogo. Eu participei do PET e foi um momento muito intenso para gente no grupo. A gente manteve nosso grupo de WhatsApp, apesar de que acabou virando outro hoje, nosso grupo é só de “ex-petinhos”, e ainda tem o grupo com a [professora tutora da época]. Até hoje a gente lê uns textos, compartilha [no grupo], parece que a gente ainda está participando da graduação, a gente ainda manda coisas para ela falando “lê isso aqui, ou vê esse filme aqui, para sua matéria vai ser ótimo”, a gente fica voltando, sim.

Martin – Certo, certo... É isso. Eu acho muito doido, porque eu saí do armário, a sexualidade é meio parecida com essa formação, sabe? Namorei com [uma colega] no curso, então, a gente era um casal que todo mundo conhecia. E eu estava bem-comportado, e não era uma questão, mas no meu relacionamento com ela falava sobre isso, pensava sobre isso. Quando eu saí do armário, isso virou uma questão radical, e eu agradeço. Agradeço o cacete, para violência, a gente nunca agradece, fico um pouco feliz de ter conseguido viver isso, porque é muito diferente. Eu era um homem hetero para todo mundo, e virei o homem gay. E mudam as relações, é muito rápido e muito drástico, e aí quem estava no jogo, estava todo mundo, pensando nas trans, nos pretos, nas gays. Aí eu me localizei um pouco mais. Acho que essa geração... [mesmo] com mais informação, mas continua no mesmo lugar que a gente estava de vivência, de realmente uma psicologia que se engaja, sabe?! Eu trabalhei na [faculdade] particular, e eu tive uma coordenadora que gostava do meu trabalho, então,

nunca tive nenhuma interferência direta, sempre tive liberdade para trabalhar, uma sorte, meu lugar privilegiado, e eu vou aproveitar o máximo que eu puder, passar o filme que eu quiser, mas é aquela tensão né... E você forma alunos que não estão engajados, estão ali porque tem que sair psicólogo para aplicar teste de trânsito. Pelo menos a minha sala de aula não era assim, dava para fazer uma conexão, sabe? Estava dando aula de psicologia escolar, então eu puxava desenvolvimento infantil, e perguntava “o que vocês sabem? Como a gente está chegando aqui?”

Carolina – Mas é por aí, toda a sua fala vai muito por aí, tem que ter um investimento na docência, a docência tem uma ética, tem uma tarefa, no caso da psicologia você tem a tarefa de formar psicólogo. Você não está formando só aplicador de teste, como também não está formando leitor de Foucault.

Martin – Exatamente. Estamos estudando Deleuze, Guattari para pessoal que trabalha no CRAS, no interior do Espírito Santo, interiorzão, então, minha proposta é construir com eles alguma conexão. Qual é a relevância desse modo de pensar na sua formação lá na frente? É eu conseguir ouvir a dona Maria, que tem o marido alcoolista, que está com o bolsa família cortado, e pensar que isso não é sintoma dela, que ela tem que tomar Rivotril, que ela tem um contexto social, então, isso dá uma encarnada nesses conceitos! Esquizoanálise também é outra turma, adora fazer uma viagem filosófica, mas que sempre colocaram “o negócio é prático, tem que colocar [pé] no chão!”. Alguns professores na formação sempre colocaram isso, mas muitas vezes tinha essa dificuldade de os professores fazerem essa junção. Não quero botar bomba no colo dos professores, mas também é investimento, universidade federal vai ficando para trás, vai se desarticulando.

Gal – Um amigo meu de infância era uma mulher trans, que foi assassinada, então, até compreender isso, ela tinha 18 anos e eu tinha 17, isso acaba ficando na nossa vida de alguma forma, por mais que a gente nem imagine, então, as vivências eu acho que não são só durante e depois da graduação, são antes, tem a ver com a nossa história de vida e como vamos lidar e buscar as respostas. Então, acho que isso apareceu como uma necessidade de compreender esse processo na universidade, e depois, dar conta de como aquilo aparecia. Às vezes, não tinha ninguém nos serviços, nos equipamentos, e eu ia estudar, buscar, e o feminismo sempre aparecia muito, feminismos. Eu comecei a trabalhar de forma muito

espontânea, talvez, porque não existe uma função. Acabei realizando uma série de trabalhos dentro do meu setor, os setores onde eu passava. Ninguém quer ir, ninguém quer discutir sobre orientação sexual, identidade de gênero, nada disso, sobre sexualidade, mas nem é esse o termo, e eu vou, eu incorporo isso, tento incorporar e trazer espaço e informação em qualquer lugar. Logo que eu me formei não tinha como, meu primeiro trabalho foi na política de assistência, mulheres vítimas de violência sexual, crianças vítimas de abuso e violência sexual, exploração, então, quem ocupava os serviços da assistência não tinha como, era sempre ligado à gênero e sexualidade, não tinha como não fazer essa distinção, dava para ver sempre uma dimensão, como que a violência de gênero comparecia nos equipamentos da assistência, como comparecia a relação da medida socioeducativa, como era ignorada a relação entre os garotos, tanto que isso desembocou no meu interesse por estudar masculinidades. Foi também quando eu entrei para o GEPS. Não me identifico como heterossexual, não me sinto heterossexual desde os 13 anos, acho que talvez aos 16 anos, 17 anos, a palavra bissexual comecei a construir uma identificação com esse termo. Depois que me separei, comecei a perceber que eu não era bissexual. Enfim, fui estudar motivada pelas coisas que perpassavam minha vida, fui buscar referencial.

Monique – Mais para o final do curso, para frente, eu já sabia que gostaria de trabalhar com isso, que eu queria trabalhar com isso, então eu comecei a voltar a tentar estudar isso por conta própria, geralmente esses trabalhos de finais de disciplina eram temas mais abertos. Articulando com a disciplina, eu sempre escolhia fazer com questões de gênero e sexualidade, mas na época ainda era muito um debate que não é raso, mas é ainda muito devagar, e eram trabalhos de disciplina, então eu tinha pouco tempo para escolher as referências sozinha, isso foi dificultando muito. O GEPS sempre foi um lugar que todo mundo me indicava para ir, mas eu nunca consegui acompanhar, justamente por estar em outros projetos. Eu fazia parte do PET também, que eu tinha bolsa e era algo que eu precisava para me manter aqui, então eu só fui entrar no GEPS depois do mestrado. Eu nunca fiz parte de um coletivo, especificamente de um coletivo LGBT, mas em todas as questões que eu fiz na Ufes voltavam para isso. Por exemplo, eu ajudei a organizar a conferência de ações afirmativas, e fiz parte do grupo auto-organizado LGBT que ajudava nessas questões. Esse ativismo mais formal, de um coletivo, eu nunca participei dessa forma com algum grupo LGBT, mas todos os eventos que tinha ou todas as possibilidades que tinha para isso, eu participava. E foi mais para o final do curso, na metade, foi aí que eu

percebi que era isso que eu queria, estudar mais isso, investigar mais. Então, mais para o final, teve a entrada do professor [por concurso] que era algo que a gente queria muito que acontecesse, justamente para ter um professor que trabalhasse com isso no meio do meu curso. Primeiro teve esse coletivo feminista que a gente organizou, e algum tempo depois as questões raciais começaram a aparecer, a questão das fraudes [nas cotas raciais], a questão dos professores muito embranquecidos, muito brancos, das disciplinas e referências, isso foi algo que mobilizou e movimentou o curso inteiro, e de algum modo a gente ficou muito tempo dando conta disso. Esse movimento que tinha começado [com o coletivo] Filhas de Gaia, a gente perdeu a força não por conta dessas questões, mas pelo que eu falei antes, a gente foi perdendo essa força do início, então virou algo que fiquei muito sozinha, se eu quisesse fazer algo era muito sozinha, antes desse professor entrar, já estava planejando fazer um mestrado, e já sabia que seria sobre gênero e sexualidade. Comecei a ler o Preciado, foi alguém que me acompanhou demais nessa trajetória, muito mesmo, começar a ler ele foi algo que mudou tudo, foi algo que me motivou demais, tanto a entrar no mestrado quanto a continuar pesquisando essas questões. Eu tinha algumas leituras básicas de teoria queer ou do feminismo, mais por conta desse contato com a internet, foi muito na internet que essas coisas se deram para mim. Na UFES, quando eu começo a ter esse contato com o Preciado, aí é um contato sozinha mesmo, de saber que era alguém importante de ler, ver o que era isso... foi uma leitura que me ajudou bastante, e tem a Butler também, inegável a influência dela nas teorias de gênero, atualmente, e da importância dela também, mas eram todas essas leituras que não se davam nas obrigatórias e nem nas optativas, a única optativa que eu fiz de gênero e sexualidade foi uma com o professor substituto, que eram alguns tópicos especiais em psicologia social, que ele começou a dar e teve que sair, foi assumir um cargo. Foi nessa disciplina, com a base teórica de referência que esse professor fez, que era exatamente uma disciplina que discute feminismo e as teorias de gênero e sexualidade, foi nessa disciplina que eu comecei a ter mais contato com esse campo de estudo e ativismo, muitas dessas referências eu comecei a usar depois para fazer o projeto do mestrado.

[...] Eu não sei se você quer algo mais dessa experiência com as pessoas na UFES, porque como eu falei, eu sinto que foi uma experiência muito mais solitária, não foi sozinha, mas solitária. Então, depois dessa disciplina que eu devo ter feito no 7º período, também fiz uma outra [com um professor] que tinha acabado de entrar. Ela não era específica de gênero e sexualidade, mas era uma disciplina que trazia muitas referências atuais de psicologia, textos que eram do mesmo ano da disciplina, o que era algo muito raro no curso,

normalmente as disciplinas são com aqueles textos engessados, antiguíssimos e tal... eu já tinha contato com essa leitura feminista, com o feminismo negro, mas não tinha adentrado exatamente nas questões de gênero e sexualidade especificamente, e com essa disciplina eu conheci a Monique Wittig, o texto dela que é *O Pensamento Hetero*, esse foi o texto que me virou a chavinha, de me fazer entender o que eu queria fazer no mestrado, de entender os meus incômodos com a psicologia na relação de gênero e sexualidade, que era sempre algo não dito, de se deparar com a norma heterossexual em todas disciplinas, em todas as coisas, e isso me deixava desmotivada, me deixava com uma sensação de não saber por onde começar a lidar com isso. Por exemplo, eu me lembrava muito da aula de desenvolvimento, a gente começava pela adolescência, depois a gente ia para adultos, e depois ia para casamento e divórcio, então era uma certa ideia desse adulto, hétero, que vai ser pai e mãe desse filho, fruto da relação hetero. Essa ideia completamente da heteronorma e branca, era algo que eu não sabia nem como começar a lidar, e todas as disciplinas eram assim, e isso me surpreendia muito, me deparar com isso assim. Foi depois que eu tive contato com esse texto da Monique Wittig que eu comecei a conseguir nomear melhor esses meus incômodos com as questões que envolviam formação em psicologia e as questões de gênero e sexualidade. Para o final [do curso], no meu 8º período, com o projeto da “clínica da diversidade sexual e de gênero”, nesse momento a gente elabora esse projeto, querendo mapear essas políticas que de alguma forma acolhiam pessoas trans, pessoas LGBTQs. Em geral, fiz algumas visitas, participei de alguns encontros do fórum LGBTQ do estado, o que foi muito importante. Ao mesmo tempo, comecei a ler mais, fizemos um grupo de estudo, mas também comecei a ler por minha própria conta para fazer os estudos monográficos, que eu fiz pensando na etimologia sapatão e na psicologia, justamente pensando essa ideia que a psicologia é criada não a partir dessa invisibilidade das pessoas LGBTQ, nesse caso específico das lésbicas, mas justamente usando esses sujeitos como os outros da história. Você pergunta também sobre as referências, e acho que tem isso, Castiel é da minha turma de graduação, tenho o movimento de acompanhar toda a produção dela durante esses anos, que é algo que eu uso como referência mesmo, teórica, ativista, artística e estética que eu uso como referência na clínica como um todo, e falei do Preciado e da Monique Wittig, mas acho que Castiel também é uma referência que mobilizou muita coisa pensando nessas questões, e também a Linn da Quebrada, que conheci a obra dela, não só a obra, mas conheci ela, e tive esse contato com o que ela produz, que também foi algo que ajudou muito nos momentos da graduação, assim que tudo parecia perdido e que não fazia sentido,

foram essas obras que fizeram muito mais entender as questões de gênero, não só com relação à psicologia mas em relação a mim também.

Alon – Eu não sei bem como dizer, mas eu acho que mudou muito minha forma de pensar, os meus instrumentos de trabalho, e nem digo em relação ao referencial teórico, minha escuta mesmo, a minha trajetória também, digo em um ponto de vista mais pessoal, como eu coloco as minhas interrogações hoje. Para mim, acho que teve um momento muito militante mesmo e que eu lembro de comentar com algumas colegas, acho que chegou num certo período que eu estava me sentindo muito cansado, e falava que movimento social ensina a gente a ser muito combativo, mas não ensina a gente a relaxar e descansar, então, eu acho que tive esse pique durante a graduação, hoje, depois da graduação eu olho e ouço com muito mais calma as questões de gênero, eu senti que foi muito, era uma tentativa meio dissidente, mas que acabava uma dissidência meio normatizada também, eu não sei como explicar direito. Eu tinha muitas críticas a movimentos sociais, mais para o final da graduação, eu vi que eu achava que a dissidência tinha um passo a passo de como ser dissidente, praticamente as pessoas avaliando o quão dissidente você estava sendo ou não, verdadeiramente dissidente ou não, então teve esse momento de querer me afastar um pouco disso, a entender que essa galera começou a viajar demais, e por aí esqueceu a dimensão de prazer que tem em se questionar e fazer avaliações a respeito de si, experimentar outras coisas. Aí hoje, saindo da graduação, isso contribui muito, tem coisas que a gente não muda o jeito de ouvir, e não é isso, não tem retorno, você aprende a sentir as coisas de um jeito muito diferente.

Carolina – É uma militância que tem muito a ver com sensibilidade, que tem muito com a forma que a gente se expressa, com a forma que a gente escuta, que mexe com a afetividade, porque essa expressão de gênero e expressão de sexualidade são muito fundantes da nossa sensibilidade, do nosso estar no mundo, e aí eu entendo como você traz isso, tem um desgaste psíquico, você não está só absorvendo algum conhecimento, como era quando você situou no ensino médio, e que pode acontecer na graduação também, que pode acontecer na pós-graduação, pode acontecer na vida toda da gente se botar nessa posição de absorver conhecimento, de reproduzir essa sensibilidade, de reproduzir uma expressão de si no mundo. E a psicologia tem um papel de cuidar de processos assim. Então, no momento que a gente passa da formação para a graduação, acho que é aí que eu estava querendo chegar, a

gente sai da graduação, a formação é contínua, mas a gente assume essa responsabilidade de cuidar de processos, de cuidar daquilo que causa sofrimento para as pessoas, e de cuidar daquilo que é fonte de prazer e estabilidade, então a gente cuida dessas vivências, e aí que nos colocam outras questões, pôr em prática esses saberes.

Alon – Nesse ritmo que eu tinha, que a gente tinha como estudante, de querer afirmar muitas coisas nesses espaços que a gente sentia que não tinha muito diálogo a respeito de gênero e sexualidade, para gente entrar, às vezes, a gente tinha que entrar com força no debate. Então, na necessidade de afirmar muitas coisas, eu acho que era a armadilha que a gente caía, que aí é quando eu falo que a dissidência acabava ficando meio normativa. Quer ver uma coisa que me incomodava? Eu via isso sendo incômodo em muitos eventos sobre gênero e sexualidade, ou qualquer outro evento que tinha esse espaço, é quando as pessoas pediam para gente se definir e dizer, se apresentar, e eu tenho um amigo que ele sempre se apresentava assim: “Eu sou um não hetero” e aí o pessoal ficava meio assim, porque às vezes eram rodas que eram exclusivas para pessoas LGBTs e aí todo mundo ficava meio assim “a gente acolhe ou não acolhe?”. “Essa definição vale ou não vale para esse espaço?” Então, eu não sei, às vezes eu acho que era isso, nesse momento de a gente precisar, não sei precisar, mas de querer afirmar muitas coisas, tinha pouco espaço para essas indeterminações. E aí hoje, fora da graduação, eu vejo que isso tem mais tempo, a gente não tem essa correria de uma disciplina ou dos cinco anos de graduação, então, a gente tem mais tempo para ficar nessas zonas indeterminadas quando a gente pensa mesmo a respeito de gênero e sexualidade.

Carolina – Eu senti, nesses últimos anos, um movimento assim “agora vamos estudar”, né... A psicologia da UFES, a psicologia no geral, no Brasil... mas, como estamos situando a UFES, a gente não sabe nada de questões raciais porque a gente não estudou. Então agora vamos estudar, trazer os textos, autores para as disciplinas e assim vamos resolver o problema. É importante, fez falta para minha graduação há 15, 20 anos atrás, fez falta não ter outras referências. Ao mesmo tempo me deu a impressão de que a gente, desses cinco anos para cá mais ou menos, caminhou nesse sentido de vamos estudar, vamos trazer para o currículo que já existe, e assim a gente vai resolver o problema. Você viveu isso de dentro da graduação, essa passagem de “vamos trazer pra dentro.”

Sara – Mas essa ideia de trazer para dentro é difícil, porque por exemplo, quando a gente começou a ter um embate sobre o MEC visitar o curso, a gente fez uma série de cartazes, e a diretora do departamento só não abriu nenhum processo jurídico porque não tinha jurisprudência para isso. Então, eu me senti perseguida durante a graduação, só consegui fazer projeto de iniciação científica porque o meu orientador não era da psicologia, e mesmo que trabalhe lá, ele se empenhava, e se empenha até hoje para apostar em outros tipos de estudo, em outros tipos de produção de conhecimento, porque dentro da psicologia eu não conseguia me ver tendo relação com nenhum professor, tanto é que não construí relação com nenhum mesmo. Primeiro que me deslegitimavam, me colocam no lugar de militante, e isso foi superdifícil, super cansativo. [...] a minha formação em gênero e sexualidade não foi uma formação epistemológica puramente, mas foi profundamente uma formação de luta identitária dentro do próprio curso durante a formação curricular, e essas lutas identitárias são violentas, nunca precisei de sair do grupo, sair da sala para discutir gênero, por que a discussão sobre gênero não acontece lendo um livro ou apresentando um trabalho, a discussão acontece quando eu vou apresentar um trabalho e todo mundo começa a rir de mim, e me coloca como “aí, a bichinha que vai apresentar um trabalho sobre moda”, que foi meu primeiro trabalho em que eu falava da importância da roupa e tal, e articulando a androgenia, porque era o que eu podia falar naquela época, o que eu conseguia falar, sobre não binaridade e androgenia, e quando eu fui apresentar isso todo mundo riu da minha cara, e isso é gênero, isso é batalha de gênero, né?! E não só gênero, muito mais que isso... racismo e tudo mais. Então essa descredibilização, de sempre me colocar como uma pessoa engraçada, caricata, e quando chega na hora de conversar e perguntar ninguém fala nada, ao mesmo tempo que quando vamos para a psicanálise e vamos falar sobre Édipo, que é sexualidade, todo mundo fala de um jeito arcaico, preconceituoso, e aí eu acho que são muitas hipocrisias que acontecem.

2.2d - O que fica de fora, o que se segue

Sara – Então, depois da graduação fiz um mestrado de psicologia clínica, e aí eu acho que meu orientador “me criou muito bem”. Tenho desenvolvido, no mestrado e fora também, uma crítica ao orgulho de gênero e ao orgulho de raça, eu acho que passei esses últimos anos defendendo muito a categoria gênero e raça, e foi muito importante para mim, mas chega um momento em que isso não significa que estou rompendo com a demanda social.

Estou dizendo é que por ter uma origem africana, é uma origem de Angola, eu tenho outras referências para vida mesmo, e referenciais de cultura em que não existia gênero, a coisa acontecia de uma outra forma. Hoje eu consigo encontrar livros que dizem isso, livros que falam de toda essa cultura, de que ali existia outras coisas, existiam papéis e tal..., mas eram mais funções que papéis. Então, eu tenho um compromisso enorme contra a transfobia, contra o racismo, até porque sou uma pessoa retinta, então, vivo as coisas de uma outra dimensão. No entanto, minha crítica tem sido essa, como a gente consegue negociar, construir políticas públicas, porque a gente vive em um mundo que é ordenado por gênero, então temos que resolver esse problema que é o gênero, mas também precisamos ultrapassar o gênero. Não estou classificando isso como queer, não binaridade, nada disso, estou dizendo que tem momentos que olho no espelho e não vejo raça, não vejo gênero, me vejo, apenas, e acho que isso é liberdade, de conseguir se enxergar além de políticas identitárias, deixar de ser refém disso [...] então, o estudo de gênero continua após a graduação. [Risos.] Os estudos de gênero continuam e vão continuar para vida toda, eu vivo esse mundo..., mas eu também estou em outros estudos agora, a minha pesquisa é “Tornar-se...” “Tornar-se imensurável.” Novamente não tem nada a ver com o queer. [Risos.] Tornar-se imensurável, que resume tudo isso que eu estou tentando afirmar né...

Carolina – Eu acho que a pior tradução para o queer é a gente se identificar como queer. Tento falar isso aqui para os meus filhos, que uma vez chegaram da escola perguntando o que era que a professora havia falado “eu sou queer”. Foi legal, porque fez os meninos pensarem e perguntarem o que é queer. Mas, tive que explicar para eles. Eu falei “olha, a coisa menos queer é a pessoa dizer que é queer.”

Sara – Sim, acredito nisso também. Mas não faz muito sentido a gente se identificar como queer, nós aqui no Brasil principalmente. Mas de todo jeito, em qualquer lugar do mundo, é difícil entender, como colocam o queer como identidade né... É, e eu acho que com a gente também... meu mestre mesmo fala “tem problemas que são nossos, não são deles”, quem trouxe para cá fomos nós.

Carolina – É... esse é um bom problema. Pensar “o que é nosso”, né?

Sara – É, se não a gente espera que o Bolsonaro resolva o queer... [Risos]

Carolina - Sim, a gente fica jogando, igual ao debate do feminismo, é angustiante ver o quanto a gente joga esse debate para espaços que não têm sustentação, que não tem como a gente se sustentar nesses espaços, e a gente fica jogando isso lá, nesses espaços.

Sara – Exatamente. Essa questão de ocupar todos os espaços, é uma balela para mim já, eu não quero estar em todos os espaços, se não, não vou estar em mim mesma né... se eu estou em todo mundo, onde eu vou estar? Onde eu quero estar? Acho que isso cabe para uma percepção de grupo, pessoas negras e travestis vão ocupar todos os espaços..., mas e eu? Qual espaço que EU quero ocupar? Não quero ocupar política, só porque eu sou trans, não quero o parlamento por exemplo, mas outras amigas querem, entende? Então acho que é um pouco disso que aprendi na graduação e aprendo na vida.

Carolina – Mas, então, para terminar, tem alguma coisa que você queira falar, que ficou de fora? O que ficou de fora desse percurso de formação na psicologia?

Sara – No sentido de o que eu tive que abandonar?

Carolina – Pode ser...

Sara – Essa pergunta é muito clínica... [Risos.] O que ficou de fora? Sabe, o que eu acho que ficou de fora, foram os traumas. O que chega em um momento em que a gente cansa de ser traumatizada, sabia? [Risos.] E é claro que esse é um trabalho enorme de clínica. O meu corpo cansou. Então, quando você pergunta, “o que ficou de fora?” o que tem ficado de fora cada vez mais são essas lembranças que se transformam em rancor, isso tem ficado de fora da minha vida. E assim, eu falei muitas coisas dolorosas com você hoje que claro, a gente revive e se sente mal também, mas eu não tenho mais aquele peso de carregar, sabe? Eu acho que isso tem ficado de fora, e entender também que, quando me aproximo dos 26, vejo que não estava ali para mudar o mundo, eu não estava ali para mudar, apenas, mas para dar continuidade, e acho que eu dei continuidade ao seu trabalho, ao trabalho de Alex, ao de tantas outras pessoas que vieram antes de mim, apresentando novas demandas, construindo novos desafios, novos prazeres, a gente fez festas incríveis a partir de tudo isso que a gente desenvolveu, eu fiz projetos fora da UFES, hoje eu consigo passar em qualquer projeto,

porque eu sei dar carteirada, saber tudo que tem que fazer academicamente... Então eu me sinto feliz também, por todos os sacrifícios que fiz na minha graduação. [Risos.]

Mas é um grande ganho. Chegando aos 26 anos, e se sentindo feliz com o que você carrega, eu acho que realmente você abandonou o que tinha que abandonar.

Gal – O que ficou de fora na graduação e pós-graduação? Bom... tudo. [Risos]. Nada disso que disse, eu fiz lá, foi tudo por fora. Inclusive, quando eu fiz a pós em esquizoanálise e lá na fundação [Baremlitt], em Minas, foi quando eu tive contato a teoria queer, e até que eu fiz meu trabalho de conclusão de curso, depois da pós, em 2013, foi sobre preconceito e discriminação em relação a pessoas homossexuais. O que ficou de fora, foi considerar que existem, como que gênero é algo produzido politicamente, sócio-histórico politicamente e se declara político, dou ênfase a essa dimensão política, acho que pensar como que o modo de vida, o desejo, que escapem da heterossexualidade, são ignorados, e quanto essa dimensão do sofrimento psíquico, essa dimensão da vida, ela é colocada conforme se não existisse e a gente acaba violentando sujeitos ao ignorar uma grande parte da vida, isso é Freud né?!

Monique – tudo ficou de fora, eu acho que de certo modo é bom que muita coisa tenha ficado de fora, e isso deu espaço para que as coisas criadas fossem de outra maneira. Mas eu acho que ainda fica muito de fora na graduação, assim todas essas questões ficam sendo lidas e tidas como recortes, e não como fundantes da psicologia, acho que isso torna muito mais difícil, muito mais embaçado apontar e perceber os entremeios e os enrolos que a gente está metido assim.

Jésio – Para mim, a minha formação em psicologia, os primeiros semestres, mexeram muito comigo. Embora, durante toda a graduação, eu não tenha tido uma disciplina que trabalhasse diversidade sexual e de gênero, de uma forma que entrasse, de fato, no currículo. Esse tema, as discussões do campo, do que é esse campo, do que tem a ver com lutas sociais, conhecimentos também produzidos a partir dele, não tinha, nunca teve. Uma das poucas coisas que eu tive próximas disso foram as oficinas de sexualidade e que eu nem participei da extensão, propriamente, não fui extensionista. Eu fui um usuário da extensão. No currículo, não tinha praticamente nada. Ainda assim, aquela formação dos primeiros

períodos, ela ia me provocando a pensar coisas que eu não dava conta de pensar na minha vida.

Martin – Quando cheguei ao Rio, vim parar na UFF [Universidade Federal Fluminense] que é um departamento semelhante à UFES, em termos de formação, de teorias, mas já estava ganhando mais relevância a militância, foi aí que eu vi com mais força, tanto a negritude, quanto o gênero e a sexualidade. Aí os debates começaram a ser mais diretos, o que é engraçado, assim, achei meio curioso, como se para mim fosse alguma coisa que já era debatida, talvez, porque naturalmente já estava nesse processo, mas não era de maneira clara, e pode ter passado batido, na verdade, com certeza passou batido para 90% da minha turma. Eu misturo muitas coisas da raça e sexualidade, porque esses foram os temas que mais deslocaram a psicologia. Eu fui percebendo que tem que falar sim! Se não falar, não visibilizo, não existe. Então, foi ficando impossível de não ver. E uma coisa engraçada, como eu dei aula [em uma faculdade particular no interior], dei aula por sete anos, eu era responsável por um estágio em clínica esquizoanalítica. Os estágios que têm lá são clínica existencial, clínica psicanalítica, teve um tempo de comportamental. Na minha turma só caiu dissidentes, a galera preta, lésbica e gay, tudo na minha turma. Era como se fosse a única clínica onde conseguissem ver possibilidade de existir, sabe?

Carolina – Aí, quer dizer... a questão era ser esquizoanalítica, o referencial, ou outra?

Martin – Eu imagino que tinha relação com a minha figura também, aí a gente vai para as camadas mais da minha vida mesmo... eu estava em uma cidade do interior, faculdade católica, e eu sabia onde eu estava me metendo, lá era tudo muito branco e organizado, eu vinha do Rio de Janeiro, vinha dar aula de esquizoanálise, eu já era uma figura meio estranha, não necessariamente eu falava que eu era o professor viado, mas todo mundo sabia. E lá, essa coisa do tudo muito quietinho, era meio que a ordem do dia, mas em sala de aula já falei, veio uma questão e eu falei, não me considero um cara militante, mas não tinha como não falar, todas as aulas que a gente ia falar, seja de escola, seja de velhice, eu falava “gente, o pessoal pega AIDS no asilo, DST dentro do asilo” e a gente não vai falar sobre isso?! Então, assim, eu meio que fomentei isso, mas também ser uma área onde as pessoas se identificavam, estavam sendo representadas de alguma maneira. Sabe?! Sendo bem sincero, a universidade é igual em todos os lugares, o que eu acho assustador. [Risos.] Acho

que o que piora na formação, quando entrei no mestrado e doutorado... achei o que faltou! Acho que faltou uma proximidade maior. A gente tinha uma proximidade muito grande, mas eu, você e os meninos temos uma relação de reuniões, centro acadêmico, extracurricular, vamos colocar assim. A gente conhecia os professores além da sala de aula, seja parceiro, inimigo, seja por outras atividades, mas na sala de aula tinha um lugar meio deslocado, desinteressado. Talvez a gente forçasse isso, fazendo ENEP, querendo fazer mesa redonda, fórum de discussão maior, mas os professores não iam muito, tinha uma distância. Chegando no mestrado e doutorado aí que eu fui percebendo, que as coisas pioram, porque eu era de fora, então, eles não me conheciam na formação, aí que eu não conhecia os professores mesmo, então aí que ficava um degrau muito maior. O que faltou na minha formação foi aumentar espaços mais coletivos de debate, em formato de fórum, mas eu gostava muito das mesas redondas, a experiência que a gente teve no teatrinho¹³, a gente teve muitos momentos legais. A gente experimentou muito esse lugar de discussão coletiva, mas faltou para mim, na minha ideia, a gente nunca teve um debate LGBTQIA+, nunca sobre raça, alguns de loucura tivemos, que era onde a gente conseguia atuar mais, uma onda [anti]manicomial, que tinha mais consistência, mas eram esses espaços, talvez até em sala de aula que fossem de debate. Os professores não faziam isso, ou minha memória fica nessa, tanto que minha memória é mais fora de sala de aula que dentro, e se as aulas fossem magníficas eu me lembraria das aulas. [Risos.]

Carolina – [Risos.] Eu também tenho poucas memórias de sala de aula, são todas muito fortes, as que eu tenho. Não fico me lembrando de uma aulinha ou outra não, mas as lembranças que tenho são fortes, porque era isso, esses momentos em sala de aula eram extraordinários, não eram comuns.

¹³ Essa lembrança do “teatrinho” refere-se ao espaço cultural que existia no prédio do CEMUNI VI, destinado aos departamentos de psicologia, que foi ocupado para que pudessem ser realizadas reformas no prédio, relacionadas à avaliação do curso para aprovação de um segundo programa de pós graduação, o que viria a ser o PPGPSI. Chamava-se de teatrinho este espaço que era o Teatro Metrópolis, de gestão do Centro de Artes, em comparação com o “teatrão”, o Teatro Universitário. A ocupação estudantil fez a autogestão desse espaço com atividades culturais e aulas, grupos de estudos, reuniões estudantis, assembleias. A expectativa desse movimento de ocupação era que as atividades teatrais e musicais passassem a ser realizadas no Teatro Universitário, mas que a área onde funcionava o teatrinho fosse mantida, para ser utilizada como um pequeno auditório para as atividades do curso de psicologia, mas também para atividades culturais autogestionadas, o que não ocorreu, sendo integralmente transformado, após uma segunda ocupação para reivindicação de moradia estudantil, em espaço de aulas para graduação e pós-graduação.

Martin – Eu descobri que sou professor caxias, não no sentido ruim da coisa, eu escrevo no quadro, eu explico e eles copiam, não tem nada frouxo. Mas era porque no contexto que eu estava, eu estava dando informação para menina que nunca ia ter essa informação, então, para mim [a aula] era a experiência de estar ali para discutir com eles o conceito mesmo, a ferramenta científica, e também como isso vai para rua, como isso vai para a prática, era um ato de empoderar a galera, a gente da favela do interior, e eu estava ensinando ele a ler Foucault, então eu dava uma aula mais tradicional até, do que alguns professores, mas eu engajava a galera muito mais, eu me engajava muito mais.

Carolina – Fico pensando que isso é [formação de] licenciatura. Isso que a gente não tem formação para docência na psicologia, o que fala de um outro tipo de compromisso ético com a psicologia, que é o da licenciatura, que temos deixado de lado nas graduações.

Martin – As aulas de uma professora, lembro de várias dela, porque ela estava ali, estava empolgada, afim de discutir com a gente conhecimento, construir conceito, pensamento, e tinha outra que era assustadora a aula dela, a gente era meio nerd, então queria estudar, queria saber, mas ela tinha uma coisa meio desinteressada dos professores, então, estou colocando a culpa neles. [Risos.] Uma coisa que eu sempre falei, e estou indo mais para minha época dando aulas porque conecta, é uma experiência do outro lado da cadeira, eu brincava muito com os alunos, dizia “gente, eu sou um homem branco, cisgênero, com crachá no pescoço, aproveita!” Porque eu consegui alcançar um local de poder, claro que eu tinha, para fazer discussões sujas também. Sabe? De pegar em uma matéria que é psicologia escolar a gente poder falar de Bolsonaro, para mim não tinha como eu não falar, mas há quem faça a organização dos transtornos da personalidade e fica com a psicologia. Então, eu sempre tentei aproveitar esse trunfo de ser professor, local de poder mesmo, para fazer passar alguma coisa. Eu acho muito estranho uma psicologia que seja muito limpa, mas é real mesmo, assustadora. Sempre falei que nossa categoria é uma categoria bem babaca. Nós somos uma bolha, dentro da bolha, mas assim, um monte de gente babaca que quer dominar o outro, quer falar o que quer, é horrendo. Sabe de quem eu lembrei? Lembrei do Guattari, fico pensando “gente, como estão velhas essas discussões...” Eu falo que Guattari abre as portas, sabe? Eu não quero falar com todo mundo não. A pretensão é ética, de a gente reconhecer as bolhas e conseguir visibilizar, debater e contemplar o pessoal todo minimamente, e não de convencer ninguém. Eu me lembro que um dos primeiros textos que

eu li, que tinha deliberadamente alguma coisa mais LGBTQIA+ era um do *Revolução Molecular: Cheguei até a encontrar travestis felizes*, que é um textinho que fala das ... [Mirabelles e Dzi Croquettes¹⁴], elas nem eram travestis, algumas acho que sim, mas eram drags, eram nada né... não tinham necessidade ainda de algum nome, e elevaram o texto da potência alegre, do escárnio que eram elas existirem. A primeira coisa que eu li que estava deliberadamente falando alguma coisa da população bi, trans, sei lá. E ela era afirmativa, sem ser o pessoal que está morrendo, a galera que está internada, sendo invisibilizada, foi o primeiro texto potente que já li sobre essa galera na minha formação, em 2010, eu acho... bem depois.

Carolina – Vocês, que ingressaram próximo a 2010, têm bastante memória em redes sociais da sua graduação, de leituras, de eventos?

Alon – Ah, eu acho que tem, você diz tipo fotos?

Carolina – Você entrou em 2014, quando já se usava muito o Facebook. Já tinha muito esse uso das redes sociais, tinha grupo de WhatsApp, grupo de Facebook, uma página.

Alon – Eu tenho, já tive que resetar alguma coisa no meu WhatsApp, aí perdi todas as conversas, só que os grupos ficaram salvos. Parei para ver os nomes de todos os grupos que eu já participei, então tem grupos muitos engraçados, teve uma vez que deu uma treta, uma confusão na minha turma, a gente criou o grupo “revolução dos bichos”, e tinha grupo para cola, para colar nas matérias de estatística. Então, tem vários grupos que eu vejo os nomes e eu me lembro. Também tenho guardado, acabou ficando comigo, o nosso caderno da ocupação, quando teve em 2016 a ocupação, eu cheguei a fazer um trabalho de fotografar muitas das pichações que tinham no CEMUNI, eu acho que fotografei todos os CEMUNIs, nos ICs que eu não cheguei a ir. E tenho esse caderno que a gente fazia a ata de reunião da ocupação, às vezes a gente anotava lista de compras, tem algumas coisas anotadas ali.

Martin – Tenho uma memória meio parcial, mas me lembro disso, os professores mais representativos para gente, eram os professores que estavam fora da sala de aula. Eu imagino que... olha, pode ser que seja bom para a formação, quando eu falo da nossa

¹⁴ <http://clinicand.com/cheguei-ate-a-encontrar-travestis-felizes/>

formação, do frouxo, da liberdade, a gente tinha um engajamento afetivo. Quando vim para o mestrado, aqui se discutia muito conceito, para mim, eles eram inteligentes. Nossa, o pessoal sabe mesmo, era o Deleuze inteiro. A gente lia uma frase e ia para o ataque, mas acho que é isso que nos transformava em profissionais muito engajados, a gente se move [em não saber]. Aí nesse tempo em que se mover é perigoso, eu acho uma coragem do cacete você fazer isso [essa pesquisa].

Carolina – Mas olha, nem sei se é coragem, porque eu já tinha feito. Fui e pensei “agora não tem como mais voltar atrás, vamos embora!” Uma das coisas que me incomodava, que estava falando agora no final com você, a gente tem uma psicologia que fala muito dos outros. Então, quando a gente vai para a educação, a gente fica falando da educação básica, dos professores que estão na sala de aula, crianças, adolescentes, mas falar da educação, do ensino superior, e falar da educação na docência em psicologia, é mais difícil colocar isso aí em debate. Então, para mim, começar essa discussão com o estágio em docência, foi por aí. Colocar essas questões, olhar para o currículo, e ter uma discussão da psicologia mais respeitosa com os referenciais em educação. Porque acaba sendo feito muito do ponto de vista da própria psicologia, o estudo da formação, geralmente, a partir das abordagens. Sendo assim, “ah, eu sou da psicanálise então vou estudar a psicologia a partir da própria psicanálise.” Se eu leio Deleuze, Guatarri e Foucault, vou olhar a formação em psicologia a partir deste referencial aqui. Mas, na educação você tem referencial para estudar currículo, para estudar formação, e aí usa-se pouco desses referenciais, e como na minha dissertação o meu orientador era da educação, ele me puxou para isso, foi graças a ele que entendi essa distinção.

Martin – A gente discutiu currículo no CA, você lembra, que a gente inventou isso?

Carolina – Sim, era por causa das diretrizes curriculares, porque a gente tinha o currículo de 1900 e bolinha, o primeiro currículo, eu acho, ou quase... e aí, dessas discussões que a gente fez, pouco tempo depois, abarcou as novas diretrizes.

Martin – Mas isso foi uma batalha dos infernos, porque nenhum professor estava interessado nisso.

Carolina – O que é mais incrível é que, quando começamos a puxar esses fios de memórias, nós percebemos que o pessoal estava produzindo, há muito tempo, antes dessa época que nós discutimos currículo no CA, pensando só nas áreas de atuação, já tinha muita gente produzindo estudos que ganharam mais força nos últimos anos, mas não são estudos recentes, os estudos de gênero, estudos raciais, mesmo na psicologia não são recentes. Tem psicanalistas feministas desde o século passado, não é nada tão novo. Teve um dia que um professor nosso comentou, sabendo da minha dissertação de mestrado, “nossa, vocês estão estudando Judith Butler só agora?” [Risos.] Porque ela está ligada aos estudos linguísticos, a ideia de performance vem da linguística, e ele estudava isso, mas não se entendia que aquilo fazia parte da psicologia, de fato. Então, a gente volta para essa pergunta: “o que ficou de fora, para você, dessa formação?”

Martin – [Risos.] Mais ligado ao movimento LGBTQIA+?

Carolina – Não precisa ser... é porque a gente está fazendo essa costura, dessa questão de gênero e sexualidade, dos ativismos relacionados a essas pautas, com essas demandas em psicologia, mas assim, a gente tem nessa costura partes que ficam mais próximas e partes que ficam mais distantes. O seu relato traz muito esse movimento de revisitar a memória, a gente vive agora essa coisa do falseamento da história, e não é isso. Falsear a história é você deliberadamente ir lá e trocar as coisas de lugar, enfim..., mas a gente revisita a memória, a gente muda a forma que a gente se lembra, a gente olha para os quadros, para os mesmos quadros, para as mesmas cenas e muda, com o tempo e com as coisas que a gente vive, essas cenas com a memória. E aí com isso, com essa coisa de revisitar a memória e fazer essa costura, o que você acha que ficou de fora mesmo da formação, que talvez você tenha encontrado depois até?

Martin – Eu me lembro que teve uma aula de um professor, em que ele falava sobre práticas sexuais, “vocês têm que deixar a namorada de vocês lambar o cu de vocês”, mas não eram debates sobre sexualidade e heteronormatividade, era uma coisa assim... “vamos aí”, sabe?! Eu entendia dessa maneira, a gente lia Foucault, tentava pensar outras coisas, mas não necessariamente isso ficava claro para turma, então acho que a formação e durante o curso, não me lembro de nenhum momento isso ser debatido, e fiquei pensando nisso a partir das suas questões.

Carolina – Esse bifurcamento de um curso, que passa a ter essas questões de gênero e sexualidade colocadas, mesmo que pelo desvio, é como você contou da sua entrada na pós-graduação e na docência, aconteceu muito por uma entrada de pessoas e não só de movimentos organizados, no território acadêmico, não só no território da universidade, mas em um território acadêmico, produzindo. Produzindo artigo, referência, produzindo grupo de estudo... ao mesmo tempo, mudou a forma como as pessoas colocavam o problema. Então, no nosso tempo de graduação tinha aquele enquadramento, e não é nem padrão no sentido de ser a regra, mas de ser o modo como a gente olha as coisas, é dessa forma que a gente olha para as coisas. Isso mudou. Nos últimos anos, mudou bastante! Ao mesmo tempo tenho conversado, com os que fizeram a graduação nesse período, mais recente, e parece que mudou, mas não mudou tanto assim. Porque ainda é uma coisa meio externa. É uma coisa que está entrando na psicologia, na formação, mas entrando ainda trazendo coisas de fora, ainda é um movimento assim, e eu esperava encontrar nessas pessoas mais novas relatos de que as coisas mudaram, e não foi muito por aí. Ainda são exceções. Não só os corpos em si, mas vivenciar o curso conseguindo sair desta formatação no modo de colocar as questões. Porque a gente tinha pessoas negras no curso, eram poucas, mas tinha... e eram pessoas que acabavam se embranquecendo, porque a questão racial nunca era colocada, assim como pessoas LGB, pessoas T não tinha não, travesti não tinha não. Mas, mulheres lésbicas, homens gays, pessoas bissexuais, estavam ali, a gente tinha convívio. Só que era uma coisa muito segmentada, não só da sala de aula, mas da universidade, do meio acadêmico. Eu pensei muito na dissertação no feminismo, como que para gente era muito localizado. Assim como a questão racial, não é que não existia o movimento negro, mas o movimento negro estava “lá fora”, movimento feminista estava “lá fora”, a universidade ia até lá ou o movimento ia até a universidade. E aí a gente não se percebia nisso, a nossa produção de conhecimento, de saber, de fazer, não se percebia no gênero, na sexualidade. E acho que esse não se perceber é que foi mudando, os problemas estão aí, como estavam antes, mas as pessoas olham mais para esse problema, percebem o problema, não podem mais negar o problema.

Jésio – Nessa época em que eu estou no mestrado, 2008-2009, é uma época de transição. Uma época em que o Luiz vai convocar o Alex a fazer o GEPS, a criar o GEPS. Eu me lembro que uma das coisas que me desanimou muito em relação ao Plural, desanimou a todos nós, foi que, na época, a gente concorreu a um edital da secretaria de direitos humanos ou do ministério, não me lembro, para implantar núcleos de direitos humanos nas

universidades. Sei que tem esses núcleos até hoje nas universidades que ganharam o edital. Era uma verba, na época era quase uns cem mil reais que, se a gente transpõe para hoje, era muito. A gente ganhou o edital, só que, para implementar o núcleo, a UFES tinha que dar uma contrapartida, tinha que ceder espaço para implantar o núcleo. E a nossa principal dificuldade era que a gente não tinha um professor. O Plural era um projeto de extensão que a gente botava um professor posticho. Assim, a gente pedia aos professores para botar o nome, mas eles não faziam nada, era só para botar o nome. Assim, o fato de não ter um professor que bancasse, não andava, muita coisa só anda na UFES em função do professor, até hoje é assim. Hoje, que eu estou como professor, vejo isso, a gente tem uma entrada muito maior para fazer as coisas do que os alunos. Eu acho isso muito ruim. Por exemplo, por que aluno não pode coordenar um projeto de extensão? Tem muitos casos em que acho mais pertinente. De fato, tem um problema aí, porque os alunos irão se formar uma hora e, assim, aquele núcleo, com espaço, com equipamento, com trabalho acontecendo, quem vai dar continuidade? O Plural tinha dificuldade nesse modo de funcionar, de ser uma organização que durasse, porque virou um grupo de amigos. Então, o Alex foi uma solução para isso. A gente percebe isso, principalmente o Luiz Cláudio, e convoca a bicha, fala com ela: “Olha, a gente tem uma demanda aqui de muitos anos que ninguém abraça direito”. Eu me lembro de o Luiz ir à banca, na defesa de Alex e já intimá-lo. Eu me lembro de Luiz empolgado, falando: “Alguém defendeu uma tese de diversidade sexual, a gente tem que pegar essa pessoa, amarrar ela e fazer ela criar um lugar”. Porque era isso que a gente tinha aprendido. Ou o professor abraça ou acaba, porque o Plural estava acabando. Então, a gente voltava para a estaca zero. Aí, o Alex abraçou. Ele assumiu e não conseguiu largar mais. Ele diz: “Eu poderia ter feito outras coisas, poderia ter trabalhado com outras coisas”. Surge, porém, uma convocação para ele, que ele abraçou e ficou nela até hoje, porque tem uma demanda dos alunos. Uma coisa que eu não falei, que eu vou percebendo mais para o final do curso, da graduação, entre 2007 e 2008, é que aquele quadro que a gente via em 2003 e 2004, ele muda. Eu não sei se você lembra disso, a gente começa a ver mais alunos assumidos, falando da sua sexualidade, se beijando no CEMUNI [VI, prédio da psicologia na UFES], coisa que eu nunca via... Nunca via... Isso começa a acontecer e eu começo até a achar estranho. Falava: “gente, eu nunca vi isso! Esses meninos estão se beijando!” E, assim, era uma coisa que era uma surpresa para mim, porque não tinha. E, veja, é uma época que vai ter Conferência Nacional LGBT. Eu penso que essas coisas estão andando muito próximas. Uma coisa não é estranha completamente à outra. É uma época em que começa a implementação de algumas políticas, muito frágeis ainda, hoje a gente vê, o quanto foram

frágeis e são frágeis as políticas, como foram implementadas. Um “plano” não é uma coisa que tem uma institucionalização tão sólida. Pode facilmente ser revertido, modificado... Não cumprido, exatamente. Ou bota lá para inglês ver, ou faz o que aconteceu hoje em dia. O Conselho LGBT foi extinto. Esse governo federal acabou com o Conselho. Ia ter Conferência esse ano [em 2020]. Eu participei da Conferência Estadual, a discussão era que a gente estava fazendo essa Conferência para Nacional, mas não se sabe se vai ter, porque foi dissolvido o Conselho, não tem perspectiva. Houve uma mobilização para ter, mas não teve até agora e acho que não vai ter mesmo. Enfim, essas mudanças que a gente vê nesse nível político, eu sinto que elas vão sendo acompanhadas por essa mudança também na experiência dos alunos da graduação em psicologia na UFES. E isso só vai crescendo desde então, isso vai se tornando algo cada vez mais comum, as pessoas se assumindo. E que é algo que anda concomitante também com a questão das cotas e das pessoas [no curso]. A gente era um curso que era predominantemente branco. Eram pouquíssimas pessoas negras. Pretas, então, no nosso curso, você contava nos dedos. Estava acontecendo nesse momento, eu vi essa virada acontecendo em 2007 e 2008, mas nesse final de curso a gente não está muito na UFES, a gente está preocupado em se formar, é um momento em que a gente já está assim “eu quero trabalhar”, não é? Eu me lembro de a gente se encontrar algumas vezes na UFES e eu me lembro que você estava diferente, não era a “Carol do CA”. Você era já outra Carol, uma Carol psicóloga, uma Carol pronta para ir trabalhar... E era um movimento em que eu também estava. Era um momento de abertura, eu não sabia o que iria fazer. Iria trabalhar, talvez, pela primeira vez com carteira assinada. Eu nunca tinha tido emprego. Trabalhava ajudando meu pai, no bar. Mas não era um vínculo de um emprego. Então, era essa a expectativa. Só que aí acontece de eu passar no mestrado. Logo depois do mestrado, já engatei o doutorado, já engatei o pós-doutorado, e eu vou ficando na UFES. Embora eu sinta que as coisas vão ficando cada vez mais difíceis. Por exemplo, não ter mais as festas [no campus], mudou muito a UFES. Mudou muito! Porque isso era o fora na universidade. Esse fora mudou radicalmente. Aconteceram outras coisas, as ocupações, os coletivos. Depois que acabou o Plural, surgiram outros coletivos, surgiu o Causação, outras movimentações muito interessantes. Eu cheguei a participar em 2008, [quando] fui para o ENUDS Belém, que também foi maravilhoso. Depois, eu já não fui mais para ENUDS, eu fui me desvinculando, porque no mestrado não cabia, no mestrado não tinha ninguém que trabalhava [com diversidade sexual e de gênero]. Eu me lembro que o Henrique, que se tornou professor na UFES também, ele era do Plural, era um amigo nosso do Plural, ele foi o primeiro que fez uma dissertação de gênero e diversidade sexual no PPGPSI. Ele fez

orientado por uma professora que não trabalhava com isso, ele fez de teimosia, assim, de falar “eu banco porque eu estudo isso há muito tempo, então, eu sei que você não dá conta, mas eu banco”. Foi um pouco também a minha questão quando eu fiz um projeto para o doutorado. Terminei o mestrado e voltei a participar do Plural, que virou GEPS. O GEPS surgiu, se eu não me engano, em 2009 ou 2010, quando eu estava concluindo o mestrado. Entrei no mestrado em 2009 e concluí em 2011, então, o GEPS começou em 2010. Eu estava muito envolvido com mestrado, não consegui participar, mas em 2011 eu comecei e, aí, aquilo voltou. Gênero, sexualidade, discutir, pensar isso. Eu pensei: “bom, eu quero fazer doutorado porque eu gostei muito de dar aula, eu gostei da experiência do mestrado, foi muito boa”, como eu tive bolsa. Que é outra coisa que muda. Hoje os alunos não têm, não conseguem todos ter bolsa. Na minha época, todo mundo, praticamente, que queria e podia, tinha bolsa. Então, eu pude ter bolsa, pude ficar na dedicação exclusiva. Gostei muito do mestrado, mas bateu de novo aquela questão de não trabalhar gênero e sexualidade. Nessa época, encontrei um livro do Guy Hocquenghem, chamado *A Contestação Homossexual*. Eu já tinha criado uma relação de leitura, com diversidade sexual e gênero, por conta dos estudos do Plural. E, aí, houve o encontro com o Hocquenghem, que foi muito próximo do Deleuze, foi professor também no departamento de Deleuze. Um professor auxiliar, assistente. Um professor menor, mas era professor também. Deleuze tinha feito um prefácio para um livro dele. Eu li o prefácio, falando de homossexualidade, e eu pensei: “que é isso, nunca vi!” Adorava Deleuze, gosto até hoje. Nunca tinha visto o Deleuze falando de sexualidade e diversidade sexual, de homossexualidade. No máximo, era alguma coisa com a psicanálise, denunciando a psicanálise, uma certa maneira de olhar. Li e fiquei completamente apaixonado. Pensei que era daquilo que eu queria fazer a tese, a partir daquela discussão, que se casava muito com as questões que eu tinha em relação ao Plural e ao ENUDS. Eu me vi muito próximo daquilo, porque eu fui me afastando também de algumas coisas que eu achava um tanto perigosas, assim, principalmente ligadas a uma perspectiva mais identitária fechada, também de vinculação a certos modos de fazer política. Tinha muita politicagem no ENUDS também. Eu me lembro de ir ao ENUDS da Bahia... acho que este foi o último que fui. Eu me lembro de um grupo, ligado a partido político, tentando tomar conta do ENUDS. E aí, como era um pessoal que tinha uma convivência de muitos anos, tinha também muita amizade no ENUDS. O ENUDS era muito feito de amizades, era um lugar que a gente entendia, esse grupo mais sólido do ENUDS, que a gente chamava de as cacuras do ENUDS. Nesse ENUDS da Bahia eu já tinha virado cacura, porque eu já tinha participado de uns dois ou três, então, eu já conhecia o ENUDS. Já tinha

amizades, que tinha visto nos outros encontros. A gente entendia que o ENUDS era um lugar de encontro dos grupos, era basicamente isso, a gente ia se encontrar para compartilhar experiências, maneiras de funcionar, o que a gente estava pensando, cada um nos seus espaços de universidade, e de se articular, também, mas não no sentido de fechar o ENUDS numa instância, não de institucionalizar o ENUDS. Muitos de nós achávamos isso importante, mas entendíamos que isso tinha em outros lugares, podia ter em outros lugares, e que o ENUDS era interessante como espaço de encontro. E que era isso, não é? Encontro nacional universitário de diversidade sexual e de gênero, né? O ENUDS funcionava muito assim, muitos grupos de diversidade sexual universitários surgiram a partir do ENUDS. Eu me lembro que no ENUDS Campinas, que eu fui, foi maravilhoso. Acho que no segundo ou terceiro dia, as pessoas começaram a andar nuas na Unicamp. Não era uma, duas – eram várias pessoas. As pessoas andando nuas no *campus*, indo para o restaurante almoçar, nuas. Teve uma hora, no restaurante, quando eu estava almoçando, eu não fiquei nu, não cheguei a esse ponto, não deu tempo de eu processar aquilo, entrar no movimento, mas eu me lembro de uma mesa toda com as pessoas almoçando nuas e aí saiu da cozinha um cozinheiro, com uma concha enorme, levantando a concha e começando a pregar para o pessoal da mesa! Uma cena, assim, chocante! Cho-can-te! Nessas horas que a gente se dá conta de que não está num espaço isolado.

Carolina – Não está fora do mundo, não é? As dissidências, a resistência, não se fazem sem alguma confrontação e sem lidar com o que geram de perturbação nos enquadramentos de normalidade alheios.

Jésio – Não é porque se criou ali um fora, que esse fora seja absoluto, não é? Tem ali aquele cozinheiro, que ficou extremamente incomodado, ao ponto de sair da cozinha, ir lá e começar a pregar, a querer exorcizar o povo, porque ele entendia que tinha um demônio agindo. Enfim, isso foi muito impactante para mim, foi uma experiência. Eu não me lembro se o último foi Campinas ou Bahia. Eu acho que foi Campinas, que já era 2012. Era a época em que eu estava entrando no doutorado, então, eu fui para o ENUDS já não era com o Plural. Eu me lembro que um pessoal da UFES conseguiu um ônibus e aí eu me inscrevi, eu participava do GEPS. Foi pelo GEPS também que a gente mobilizou essa ida, mas não só pelo GEPS. Eram pessoas diversas da UFES que tinham interesse em ir e, aí, desse encontro, surgiu o Causação, por exemplo. O Plural era um grupo militante e de estudos. O GEPS é um grupo muito mais de estudos, não é um grupo militante. Envolve, obviamente,

ações [com a militância], mas parte muito mais do lugar da universidade. O Plural não era assim, o Plural era meio a meio, era da universidade, mas era também um grupo muito militante. Nessa época não tinha mais, tinha um vazio. Eu me lembro, inclusive, de algumas pessoas irem para o GEPS buscando algo como se fosse o Plural e não encontrando, então, iam se afastando do GEPS, porque não encontravam aquela militância, encontravam um grupo de estudos. Muitas dessas pessoas formaram o Causação, que era um grupo de militância, porque não tinham interesse em estudar, em teoria. Eu não cheguei a participar do Causação, mas estava muito próximo do grupo e de várias pessoas. Eu me lembro que eles se encontravam para conversar, trocar experiência, para organizar eventos na UFES, porque ainda tinha [algum movimento] de fazer eventos à noite [no *campus*], algumas festas. Já não eram festas que viravam a noite, mas era alguma movimentação, que hoje, infelizmente, não tem nada acontecendo...

2.2e – Feitas de trauma e fé

A universidade expulsou meu corpo continuamente durante quase oito anos. Foram oito anos de esforço ininterrupto para me manter naquele espaço no tempo, na duração, na velocidade, que meu corpo podia acompanhar, vivendo. Vivendo a maternidade, de dois filhos, que em certo momento tive que deixar aos cuidados de outras pessoas, forçadamente, porque não teria como sustentá-los e, ao mesmo tempo, cumprir com todas as matérias e com os dois semestres de estágio obrigatório que precisava para me formar. Para encerrar a graduação. Não sei dizer do trauma de corpos negros, corpos trans, corpos de mulheres negras trans, mas reconheço o trauma, de ter um corpo expulso do espaço de poder, que é o espaço de saber acadêmico, como um domínio. Não fui a única mãe na graduação, nem fui a primeira, porém. Este é um trauma que pode ser apontado por quem é mulher ou homem trans na universidade nesses anos mais recentes. Ser o único e o primeiro corpo a circular por um espaço de saber-poder, com pertencimento, ou com a falta de pertencimento, melhor dizer, esse é um trauma que só posso fazer escuta. Para esse corpo, primeiro e único, pede-se que tenha cuidado, chama-se uma atenção, que é a marca do risco, do perigo.

Sara – Quando eu cheguei para atender uma pessoa, na minha primeira orientação, o meu orientador pediu para que eu tivesse cuidado com o meu corpo negro e “bicha” na clínica. Fiquei pensando... por que ele não falou isso para as meninas brancas que estavam no grupo?! “Tomem cuidado com o corpo branco e feminino na clínica”. Por que meu corpo

foi novamente demarcado como local de perigo, que não pertence a uma suposta neutralidade? Que a psicologia tenta defender, e que eu acredito também não haja neutralidade. E por que novamente o meu corpo, justamente na clínica, foi dito assim? [...] E esse foi o fim da minha graduação, mais um alerta com relação a tudo que eu sou.

Carolina – Você fala da sua formação, a pergunta inicial ela traz como foi essa relação, do ativismo e a formação, mas a sua fala mostra como é difícil se ocupar da formação com essas vivências todas acontecendo.

Sara – O que para mim é difícil, foi ser a única pessoa trans da graduação, para o final que entrou uma menina, mas só ela também... e aí foi bem complicado para mim, porque as pessoas acompanhavam a minha transição, foi pública, e é sempre pública. Eu fiz parte do centro acadêmico, que também foi extremamente importante para mim, fui para os encontros dos estudantes de psicologia. Eu fui “transicionando”, aí minhas amigas negras cisgênero também foram se fortalecendo cada vez mais, e ocorreu várias situações de misoginia e de racismo dentro de muitas relações de mulheres que eu vi de perto isso, lá na minha turma mesmo, então um monte de menina branca, que agora tudo viraram psicanalista e na minha época era feminismo e tal, então, várias brigando com a minha amiga negra, brigas epistemológicas, mas que a gente sabe que não é epistemológica puramente, é uma briga racial também, no momento em que essa minha amiga feminista negra, e que hoje nem se coloca mais como feminista, mas que naquele momento foi importante, denunciava o racismo dentro dos movimentos feministas, e como a gente foi se organizando, e muitas outras mulheres do curso de psicologia se transformando e se aliando a políticas do feminismo radical, que é um feminismo super transfóbico e optando novamente pela transfobia, pelo racismo.

Temos muita dificuldade de lidar com uma saída da autoridade neutra da psicologia, normalizadora, para um modo de produção que se posicione, mas francamente no enfrentamento ao racismo, ao machismo, à transfobia. Certamente, a homofobia, a lesbofobia e a bifobia ainda são graves, mas não temos nos relatos mais recentes uma deslegitimação dos posicionamentos reivindicatórios. As violências, os preconceitos, as segregações, acontecem, porém, há uma recusa mais recorrente em se reconhecer a prática racista, transfóbica ou machista, talvez porque sejam mais cotidianas, já que envolvem a

expressão de gênero e os sinais de distinção racial que são subalternizados pela hegemonia patriarcal, cisnormativa e da branquitude. A sexualidade aparece nos relatos em contextos de discriminação pontuais, após uma época de abertura, que se situa a partir da década de 2010, quando os relatos apontam para uma convivência mais comum de expressões e de relações não hetero. O que permanece, mesmo nos anos recentes, são as críticas aos referenciais da psicologia que reproduzem uma naturalização da heteronormatividade, ou a patologização do que não seja heterossexualidade compulsória. Porém, em relação ao machismo, ao racismo e a transfobia, a memória ainda dispara relatos de trauma com o espaço-tempo da graduação. Chamamos aqui de trauma, como palavra evocada nas entrevistas, mas também para marcar que há muito sofrimento, há vivências de muita dor, que são corporificadas. A resistência, para esses corpos, ainda não é um movimento de expansão da vida, mas de sobrevivência ao trauma, e então, por essa sobrevivência, os movimentos de expansão se fazem, mas só depois, quando a formação já se faz fora das margens de uma graduação.

Sara – A crítica que eu faço é que, por mais que você passe 20 anos estudando gênero e sexualidade, esses estudos não te isentam de ser transfóbico ou misógino com outra pessoa. Para a gente que está falando de psicologia, é dentro da própria clínica... eu acho que isso aconteceria e provavelmente acontece em outros lugares, por haver essa questão da transferência, contratransferência, vínculo e tudo mais, que muitos intelectuais e profissionais utilizam para deslegitimar a nossa feitura clínica. [...] Sabe o que eu sinto, Carol? Parece que é um medo, uma covardia, acho que essa é a palavra, covardia. Eu acho que a gente tem que falar “olha, realmente eu não sei, nunca estudei, nunca quis estudar.” Mas tanto alunos quanto professores preferem se manter numa pose de acadêmicos, detentores de tudo, e isso é a violência, e é tanto para ele, para a própria pessoa, quanto também para quem convive naquele grupo [de estudos, de orientação, de sala de aula], então minha formação foi tudo isso.

Carolina – Sobre as suas escolhas de leituras e referenciais, a minha impressão com sua fala, me faz pensar que há uma tensão o tempo todo entre: para gente ter o reconhecimento, de fazer parte de uma categoria, que é psicólogo/psicóloga, você tem uma continuidade, mas fica uma tensão de rompimento, porque se você não se mantiver nessa linha, de

continuidade, você está o tempo todo rompendo, tornando-se outra coisa, que não é aquela categoria, aí rompe e volta, rompe e volta, rompe e volta, o tempo todo...

Sara – É porque, Carol... a psicologia questiona a espiritualidade e religiosidade, mas nós, para nos tornarmos psicólogas temos que ter fé na psicologia, e a fé é mais perigosa do que uma mentira. A mentira a gente se desfaz, mas a fé... se você tira a fé, a sua vida não faz mais sentido, e é isso que psicólogos têm medo. Sabe por quê? Imagina junto comigo... você entra em uma comunidade indígena que nunca teve contato com nosso mundo, do que a sua psicologia vai servir? Do que seu grupo de estudos de 20 anos sobre sexualidade vai servir para essa população, que não tem nenhum gênero como base estrutural dentro daquela sociedade? Então... eu acho que essa que é a questão, quando a gente se depara com a impossibilidade que a psicologia tem de atuação, no sentido de que se entende que a psicologia não é uma história natural, todo mundo nasceu em Édipo, não, pelo amor de Deus. Quando a gente percebe que estamos construindo uma história, e essa história tem data, tem tempo, tem século, tem interesse político, econômico, filosófico, acontecendo nessa sociedade colonial que a gente vive, muitas das nossas profissionais ficam assim “Ah não... melhor não.” “Você está falando errado”. “Isso não existe”. “Isso não está academicamente correto”. Então, eu acho que é isso, a gente tem que ter muita fé na psicologia, defende muito a psicologia, defende mais que a vida, entende?! O que foi também muito importante, foi quando o CA organizava os eventos estudantis, dentro do curso, que tinha as falas públicas, eu fiz e você também. Ali que eu conseguia falar para estudantes de graduação. Já organizei, trouxe meninas de fora para falar, e trabalhei muito para aquele curso, mas sempre assim né... mais entre alunos que professores... às vezes vejo os professores tão infelizes, sabe?! Com as pesquisas... entram dentro da sala, falando, falando, falando e não faz sentido às vezes, sabe? Não faz sentido para própria vida, e eu agora que tenho esse olhar ainda mais clínico, claro, não se trata de culpabilizar, mas de responsabilizar, e novamente, para mim, são profissionais tristes. A forma que ensina, que transmite, uma forma super católica, parece que estão lendo uma Bíblia, sabe? Vamos estudar, estudar... e é isso. As pessoas que tiravam as melhores notas, eram as que não questionavam nada. Estudava, dava a resposta correta, passava no semestre e pronto. Entende?

Carolina – Isso em todos os referenciais, em todas as matérias?

Sara – Todas. Matérias mesmo, não optativas, obrigatórias. E eu não consigo nem me lembrar de uma matéria que era possível. Tinha uma matéria, ética, que todo mundo falava “nossa, essa matéria aqui, você pode fazer tudo”. Quando eu entrei na disciplina, estava estudando Félix Guattari, Gilles Deleuze, transcendência. Eu propus levar a questão da transição de gênero para aula, para a gente conversar, a professora disse que não tinha nada a ver... E aí, a aula que todo mundo falava que era revolucionária, que cria afetos, cria corpo. Qual tipo de corpo? Para quem? A outra aula que era a aula de corporal. A gente lia muito Keleman, até hoje leio. Keleman tem uma coisa de estudar o corpo, corporificação das emoções, anatomia emocional, aí eu fui propor de pensar um pouco o traumatizado pela violência racial, pela violência de gênero. A professora também não foi. Entende? [Risos.] Espero que tenham melhorado, mas não se demonstraram abertas não.

Carolina – Na minha graduação esses debates raciais, feminismo, de gênero, sexualidade, nada disso aparecia, mas a gente tinha muito umas questões do que era prático e do que era teórico, essa questão sempre voltava. Tinha uma polêmica, porque a maioria dos professores universitários não exercem profissão como psicólogos, exercem a função de professores, e não é proibido dar aula, para fazer a formação de alguém que vai ser profissional e você não exercer, mas a gente tem as matérias, estágios, alguns espaços que sempre fez falta ter uma vinculação com o trabalho, de como é o trabalho. Não sei se isso ainda é um limite, mas acho que o afastamento do mundo do trabalho pode estar lentificando esse processo, porque sendo bem franca, eu esperava que conversando com alguém da graduação mais recente, talvez aparecesse alguma coisa, não que de uma hora para outra a gente vá chegar num paraíso ideal, mas um esforço, eu tinha uma expectativa de que aparecesse algum esforço maior, mesmo que frustrado, de mudar essa posição da psicologia. Mas você falando, eu penso que a gente tem muito apego, e nesses últimos anos isso se reforçou mais que mudou, temos muito apego a essa autoridade da psicologia, e sem sair dessa posição a gente não muda nada.

Sara – Sim... e Carol, acho que as discussões que a sua geração fez, discussões acadêmicas da graduação, em teoria e prática, criou caminho, terreno para minha graduação desenvolver as críticas que a gente desenvolveu, porque se a gente atualiza esse discurso teoria e prática, a gente fala de racismo, misoginia e transfobia, entende?!.. como que dentro da sala de aula

a gente consegue perceber o que acontece fora entendendo que o fora está dentro também. Teve uma aula de psicologia social que a gente tinha que estudar grupos, e eu propus estudarmos o grupo de mulheres que trabalhavam na limpeza da UFES, e esse foi um momento importante, essa professora se dedicava até, só que ela saiu do curso. Então eu acho que foi um momento de muita efervescência mesmo, em 2015 foi um momento diferente na história da academia, porque muitos discursos ficaram inflamados, mas no final da graduação agora, até mesmo uma professora que perseguia a gente foi mudando, mas ela também saiu da graduação. Mas acho que tem muito apego ainda.

Carolina – [Risos.] E não é fácil não... às vezes a gente leva mais tempo para abandonar o trauma, para desapegar também. Tem coisas que eu ainda estou tentando e trabalhando para abandonar. Não sei se foi sua magia aí, sua intuição, mas o seu debate da defesa da psicologia nas últimas semanas estava acontecendo muito na minha vida, e aí justamente com essa contraposição de defesa da psicologia e defesa da vida. Só que, nessa polarização, os debates que a gente foi fazendo chegou a um ponto em que a gente precisava sair dessa polarização de alguma forma e a saída foi continuar no mesmo lugar, percebo agora com a sua fala, que é defender a psicologia, mas com um pequeno desvio que é a gente quer defender a psicologia que defende a vida, essa é a defesa da psicologia que a gente quer fazer. Ainda é defender a psicologia, mas quando a gente evidencia um incômodo porque a posição que contrapõe defender a vida a defender a psicologia, também acaba colocando como se as duas coisas se excluíssem mesmo. E o ponto que você traz é que a psicologia tem uma história sim, de exclusão ou de defesa da psicologia que exclui a vida, a vida que a gente vive. E aí você usar essa palavra da fé, essa é uma palavra que eu nunca tinha usado para falar disso, mas eu acho que ela é bem propícia, porque a forma como a gente vê o mundo, tem muito mais a ver com fé do que com ciência, muito mais a ver. Mas a gente quer ser ciência, a gente quer ter esse lugar, essa autoridade de ciência.

Em uma sala de aula, a qualquer tempo nesses vinte anos de memória desta pesquisa, o gênero feminino é maioria na psicologia, desde a graduação. A maioria é branca e pouco se distingue quanto aos modos de se vestir ou de falar. Nada se sabe, por essas expressões, mais do que essa divisão binária: são homens ou mulheres, são pessoas brancas ou negras. Mesmo a esse respeito, nada se diz. São alunos e alunas, do curso de psicologia, o único do estado em 2000. Certamente seria tema de redação, no vestibular de 1999, os 500 anos do

que ainda se celebrava como “Descobrimto do Brasil”. Duas décadas depois, por esses anos de exercício da crítica e de confrontos para dispensarmos essa celebração colonialista, ampliamos também na psicologia essa compreensão de que não houve descoberta, mas invasão e genocídio em territórios já ocupados e civilizados. Poucos ou talvez nenhum desses alunos teriam alguma proximidade com essa crítica antes de ingressarem na universidade. Poucos ou talvez nenhum sairia da graduação com mais proximidade dessa crítica. E nós nos referíamos ao coletivo que integrávamos dessa forma, sempre no masculino, sem flexão, o neutro da forma culta, devidamente assimilado e perpetuado, eventualmente com alguma intervenção particularizada. Não me recordo de qualquer de nós, alunas da psicologia, nos identificarmos assim tão nitidamente como feministas. Ainda que algumas de nós fôssemos. Tampouco nos identificávamos como lésbicas, gays ou bissexuais. Tudo se passava como se não houvesse diferença. O universal acadêmico, mesmo nos espaços onde não se omitia a política da formação, ainda era a regra: no masculino, branco, colonial ou eurocêntrico.

Era um currículo já antigo, e não reparávamos. Aquele das disciplinas em grade, que me refiro, era ainda o primeiro currículo implementado na universidade, desde 1978, embora reconhecido pelo MEC em 1986. Era um currículo nascido em regime de ditadura militar e segmentado por fundamentos como processos cognitivos, desenvolvimento, personalidade, aprendizagem; ou por áreas como escolar, indústria, psicodiagnóstico, social, comportamental, experimental, orientação profissional, psicopatologia, aconselhamento, teorias e técnicas psicoterápicas. Uma única disciplina de ética e algumas básicas mais, além de estágio supervisionado no final do curso e encerrava-se o ciclo de graduação.

Nos cotidianos, até bem perto dos anos 2010, não se evidenciavam marcadores de diferença, mas apenas o que se entendia como norma, hegemonicamente: a heterossexualidade compulsória, o sujeito universal sem interpelação de gênero, portanto, masculino, como já enunciava Beauvoir. As identificações de gênero e as expressões de sexualidade no *campus* aparecem nos relatos, ainda muito recentemente, como espaços e tempos de choques e rupturas, que se fazem sentir e se traduzem pelo corpo e pelas relações entre corpos. Entre nossas companhias de narrativas, essas linhas disruptivas se destacam antes da graduação e ganham outras bifurcações no tempo da graduação ou se iniciam com a graduação e tomam outras formas nesse percurso, as quais podem ser mais ou menos reconhecíveis.

Coordenei a oficina que Jésio participou, como extensionista e por estágio supervisionado, nos meus quatro últimos períodos de graduação, entre 2006 e 2007, o que

foi evocado nas recordações de Jésio que chegam para a conversação. Nessa dobra feita entre os grupos da igreja, passando pela recepção de calouros de psicologia, com a camisa da igreja, chegando às oficinas de prevenção de IST's do projeto de extensão, temos muitas conexões, este companheiro e eu. O interesse que eu tinha, a princípio, era de participar de algum projeto para o estágio supervisionado com grupos, assim como me interessava a atuação na saúde coletiva. Colegas extensionistas da psicologia também me pareciam não ter um interesse específico por gênero ou sexualidade. Participavam alguns extensionistas de cursos do Centro Biomédico, atualmente, Centro de Ciências da Saúde, interessados no trabalho com prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. No entanto, o trabalho de orientação da nossa professora era todo voltado para questões de gênero e sexualidade, como diferenças a serem acolhidas, apontando como a perspectiva apenas biomédica prejudicava a produção de saúde ao desprezar essas diferenças.

Esse projeto de extensão com as oficinas, que tratavam de sexualidade e gênero, mesmo que por essa demanda da prevenção de ISTs, aparece em todos os relatos, nessas duas décadas em que situamos a história. Assim como também aparecem em todos os relatos a auto-organização estudantil, nos primeiros anos de 2000 com o Coletivo Plurais, e nos últimos anos antes de 2020 sendo mencionado, direta ou indiretamente, o Coletivo Filhas de Gaia, sendo este mobilizado por estudantes de psicologia, ainda que tenha se ampliado para outras participações, por terem funcionado mais como um coletivo de acolhida e encaminhamento de denúncias, enquanto o Plurais foi, desde o início, uma articulação para estudos e organização de eventos ou projetos, entre estudantes de cursos diferentes, como das Ciências Sociais, Comunicação Social, Letras. Mesmo com a proximidade de estudantes de psicologia, como Jésio, o Plural teve pouca intercessão com o curso de psicologia, o que aconteceu mais tarde com a constituição do GEPS, que aparece também em todos os relatos de quem vivenciou a graduação ou a pós-graduação a partir da sua existência no *campus*.

Apesar desses pontos de referência semelhantes, os percursos de entrada são diversos. Sendo digno de nota que os relatos dos homens cis gays, todos brancos, seja de uma vivência com o *campus*, apesar das críticas aos conteúdos das aulas e aos referenciais de estudo, de maior abertura, de reconhecimento mais possível para a vivência da sua sexualidade, a partir da graduação em psicologia. Para as mulheres cis e trans, para vivência não-binária de gênero e para pessoas negras a condição de invisibilidade aparece nos relatos associada a situações de violência ou a um retraimento das suas/nossas expressões de gênero e sexualidade.

Partimos dessas memórias comuns, entre Jésio e eu, porque somos contemporâneos de ingresso e já nos sabíamos não heterossexuais, em um tempo de guetos e armários que começam a se abrir com nossos trânsitos. Porém, há outro destaque que vem desse relato, que é a aproximação entre essas vivências, da igreja e das oficinas de extensão, o que é singular da sua vivência, mas não somente. Tanto as oficinas da Saúde Coletiva quanto os grupos da Teologia da Libertação têm em comum as ferramentas e percursos históricos da educação popular e da saúde popular no Brasil. As oficinas, ligadas à história dos ativismos pela vida das pessoas com HIV, podem ter menos afinidade com as igrejas cristãs no seu berço estadunidense. Para nosso contexto brasileiro, não há qualquer movimento social ou tecnologia social de resistência às violências de estado e à promoção de direitos e liberdades, que não passem pela educação e saúde popular vinculadas às Pastorais da Teologia da Libertação, na segunda metade do século XX. Ainda que pareça distante, essa interface entre trabalho comunitário de base, de algumas congregações católicas, com o percurso histórico da educação popular e dos ativismos de direitos humanos no Brasil atravessa a história da formação em psicologia, porque estão vinculados à atuação da psicologia nas políticas públicas, nesses anos mais recentes. Além disso, a experiência do Centro Acadêmico Livre de Psicologia (CALPSI) aparece como um espaço em que se consegue reconhecer implicações semelhantes à vivência com comunidade religiosa. Este era um espaço que eu habitava, o do CA, no momento da recepção de calouros de Jésio, e por isso ele me aponta que estive presente na sua formação.

Não estive sozinha, porém. Junto comigo estava Luiz Cláudio, que vai entrar na vivência do Jésio mais tarde, pelo seu ponto de vista, mas em nossa entrevista sabíamos, Jésio e eu, que ele já entrava em cena também desde este começo. Luiz e eu éramos do DCE e por isso estávamos caminhando juntos, quando encontramos o grupo de calouros de psicologia, com veteranos que estavam fazendo a recepção. Não ficamos muito tempo, nem me recordo se interagimos muito ou mesmo se tivemos alguma interação com Jésio, mas a camisa do “Pão da Vida”, e o jeito de menino da paróquia, certamente chamaram nossa atenção. O primeiro comentário de Luiz Cláudio, quando nos afastamos do grupo, não foi outro senão o de um reconhecimento. Ele me perguntou quem era aquele “Pão da Vida”, com um interesse sexual, que para mim também não era novo, que era fora da heteronormalidade. Ainda assim, pensei que Luiz estivesse enganado, mas ele não duvidou nem por um segundo. Nós rimos e seguimos rindo até hoje, sendo Jésio lembrado como “Pão da Vida” como Luiz é lembrado como uma bicha sensitiva, já que Jésio permaneceu passando como heterossexual ainda por algum tempo.

Para Martin, a legitimação de sua sexualidade e esse reconhecimento chegou ainda mais tarde. Durante toda graduação continuou namorando com mulheres. Apesar de termos alguma aceitação, mesmo à época, de que ele não fosse um hétero padrão, mas tudo soava sempre como piada e não se entendia o que havia de opressivo no chiste, para que ao menos a dúvida pudesse ser expressa entre nós. Nós ríamos, nos divertíamos, e era isso. Gal está no meio, entre uma geração e outra. Também está no meio porque, diferente de Martin e eu, ela já se identificava, desde o ingresso na UFES, com uma orientação não hetero, reconhecendo-se como bissexual, o que para mim foi um processo, assim como para Martin foi reconhecer-se gay. Jésio reconheceu-se como gay no tempo da graduação, e assim permanece se identificando, enquanto Gal, tempos depois, passou a se reconhecer como lésbica. Para nós, todas pessoas brancas, foi um processo com decisões e escolhas particulares que passavam por expressar publicamente ou manter-se no segredo e na intimidade as vivências de gênero e sexualidade. Para quem ingressou depois de 2010, as interpelações de gênero e sexualidade, assim como os marcadores de raça e classe passaram a ser mais colocados a partir da cena pública.

Nessa mesma sala de aula, que estávamos entrando e saindo antes de 2007, com os mesmos professores, se colocam as questões étnico-raciais, de gênero e sexualidades, uma década depois da nossa formatura, ou ingresso, no caso de Gal. Estariam nessa sala de aula Monique, Sara e Alon. Colocar as questões pode ser um espanto e uma coragem para quem está na docência nessa época. No entanto, não foi possível para elas e para ele ficarem bem-comportadas em um armário, para usar a expressão de Martin. Tampouco foi a universidade, ou o que se soube por meio dela no curso de psicologia, que possibilitou a coragem para colocar as questões que não podiam mais permanecer no armário.

Em 2016, não eram mais as mesmas disciplinas, nem a mesma grade, nem as mesmas diretrizes curriculares. Essa nova matriz, embora tenha se ampliado para disciplinas que poderiam abranger novos campos nas políticas públicas, ainda opera por um desenho mais definido por áreas de atuação, ainda que generalista, direcionando-se por ênfases que não são especialidades, mas que se fundamentam por especialismos: psicologia na educação, na saúde, na clínica. Desse modo, a oferta de uma disciplina, a partir de tensionamentos dessas questões colocadas por estudantes no currículo praticado dos cotidianos, com o programa voltado para temas de gênero e sexualidade não garantiriam nada mais que um especialismo entre outros, sem o posicionamento ético-político que se indagava à formação.

Alguns professores e professoras ainda eram os mesmos de 2003. Então, vamos nos encontrar com o mesmo professor que usava discursos de liberdade sexual, que se pretendiam igualitários, na sala de aula de 2016, novamente, como em 2003, reproduzindo-os como salvo conduto para não se evidenciar as desigualdades incidentes nos corpos em formação para a prática da psicologia. Estudantes matricularam-se em disciplina optativa oferecida após muitos confrontos que não aconteceram somente em aulas, mas também em assembleias de estudantes e reuniões de departamento, ainda que soubessem de antemão que uma disciplina não seria resposta ao problema posto a partir da evidência da desigualdade na presença desses corpos que não podem se camuflar na neutralidade suposta do sujeito do saber nas ciências.

O que se passa nessa sala de aula, com este professor que foi denunciado e confrontado por sua conduta na relação com estudantes e nos usos da sala de aula, apesar de ter suas particularidades, não se descola de uma condição institucional de violências que aparecem em nossas conversações. A violência do machismo estrutural, que está junto com a transfobia, além das questões raciais, aparece, portanto, mesmo nos relatos mais recentes da graduação, ainda muito pouco ou muito dificilmente reconhecida nos cotidianos e nos referenciais da formação em psicologia. Condição que não se localiza em condutas particulares, aulas, ementas e referenciais específicos, mas que se situam em tempos e espaços de formas diferentes.

Assim, apresentamos nossas personas de conversação, e transcriamos a nossa roda de conversa, compostas a partir de entrevistas que trazem relatos de cotidianos da formação nesses tempos e espaços diversos, mas com essas personas buscamos cartografar espaços-tempos de formação como percurso histórico, isto é, de uma memória coletiva, mesmo que a partir de nossos fragmentos singulares de lembranças costuradas, acompanhando essas linhas de transversalidade do gênero e da sexualidade, em dissidências, que nos levaram a afirmar a vida, vivida por esses corpos em aliança na resistência por reconhecimento, contra a sua/nossa minorização e objetificação, nesse campo de saber-poder.

Essa objetificação, que nos situa como corpos minoritários, sustenta o paradigma da patologização como tarefa da psicologia, sendo as nossas vidas, os corpos que vivem gêneros e sexualidades em dissidência, alvos da normalização e da patologização. Encontrar alianças de resistência foi cada vez mais possível nesses últimos anos, na história da formação em psicologia, porque foi cada vez mais dizível a condição dissidente, pela expansão do reconhecimento, isto é, pela presença e visibilidade dos corpos que ingressaram na universidade, não só pelas cotas raciais, mas também pelas políticas de

acesso ao ensino superior e investimentos na pós-graduação. Além disso, o acesso às redes sociais, como fonte de formação, para questões raciais, de gênero e sexualidade, possibilitara um ingresso na universidade com outras formas de encontro e de reconhecimento, que fizeram alterar também as formas de ocupação presencial do *campus*.

3. Das margens que já fomos

3.1- Dispositivos de travessia

Compreendemos, desse modo, os ativismos feministas e das sexualidades dissidentes como minoritários a partir de categorias identitárias que foram posicionadas nos discursos hegemônicos como objetos e não como sujeitos de conhecimento, mas para acompanhar como esses ativismos engendram outros modos de subjetivação e de conhecimento, propondo-nos a considerar a multiplicidade de interseções que compõem não uma unidade identitária, mas políticas de coalizão, em suas convergências e divergências, como nos propõe Butler (2015, p. 38-42), considerando os problemas de gênero como questões fundamentalmente epistemológicas, como nos afirma a autora:

Embora se veja frequentemente em Beauvoir uma defensora do direito de as mulheres se tornarem de fato sujeitos existenciais e, portanto, de serem incluídas nos termos de uma universalidade abstrata, sua posição também implica uma crítica fundamental à própria descorporificação do sujeito epistemológico masculino abstrato. Esse sujeito é abstrato na medida em que repudia sua corporificação socialmente marcada e em que, além disso, projeta essa corporificação renegada e desacreditada na esfera feminina, renomeando efetivamente o corpo como feminino. Essa associação do corpo com o feminino funciona por relações mágicas de reciprocidade, mediante as quais o sexo feminino se torna restrito a seu corpo, e o corpo masculino, plenamente renegado, torna-se, paradoxalmente, o instrumento incorpóreo de uma liberdade ostensivamente radical. [...] Beauvoir propõe que o corpo feminino deve ser a situação e o instrumento da liberdade da mulher, e não uma essência definidora e limitadora. A teoria da corporificação que impregna a análise de Beauvoir é claramente limitada pela reprodução acrítica da distinção cartesiana entre liberdade e corpo. [...] fica claro que Beauvoir mantém o dualismo mente/corpo, mesmo quando propõe uma síntese desses termos. A preservação dessa distinção pode ser lida como sintomática do próprio falocentrismo que Beauvoir subestima. Na tradição filosófica que se inicia em Platão e continua em Descartes, Husserl e Sartre, a distinção ontológica entre corpo e alma (consciência, mente) sustenta, invariavelmente, relações de subordinação e hierarquia políticas e psíquicas. A mente não só subjuga o corpo, mas nutre ocasionalmente a fantasia de fugir completamente à corporificação. As associações culturais entre mente e masculinidade, por um lado, e corpo e feminilidade, por outro, são bem documentadas nos campos da filosofia e do feminismo. Resulta que qualquer reprodução acrítica da distinção corpo/mente deve ser repensada em termos da hierarquia de gênero que essa distinção tem convencionalmente produzido, mantido e racionalizado (BEAUVOIR, 2015, p.34-36) (BUTLER, 2015).

Nesse sentido, os dispositivos de gênero e sexualidade foram considerados nas conversações com praticantes da formação em psicologia, sendo os ativismos minoritários compreendidos por suas coalisões e não somente por distinções identitárias, compreendendo-se que estas coalisões minoritárias e suas intercessões com as práticas e discursos em psicologia, produzem interferências nos limites hegemônicos dos processos formativos deste campo e das subjetividades que são apreendidas como objetos deste campo. Tais limites situam ativismos e ativistas de gênero e sexualidade como minoritários em relação a concepções hegemônicas de sujeito, comportamento, relações e desenvolvimento humano e tantos outros modos de se contornar o território da autoridade científica, acadêmica, profissional da psicologia – uma autoridade que atribui aos corpos e a cada vida categorias identitárias que também operam nos ativismos como marcas que tensionam as coalizões, que portanto nos interessam, as coalizões mais do que as identidades minoritárias, como pontos de dissidência à normalização e patologização de suas expressões. Desse modo, voltamo-nos aos movimentos, nesses processos formativos em psicologia, que colocam em crítica a produção de conhecimento pelo acesso a verdades essenciais sobre o sujeito, e a produção de sujeitos pelo acesso, via especialismos psi, a uma verdade íntima, a uma intimidade individualizada legitimada como verdadeira pelo reconhecimento normalizado e normalizador.

Por estes deslocamentos, interessou-nos dos ativismos o potencial de transversalidade na produção de conhecimento, desnaturalizando as posições de neutralidade e universalidade do sujeito epistêmico, ao acompanharmos o que emerge na interseção dos saberes acadêmicos entre aqueles que *não podem aparecer como “sujeitos”* nos regimes de verdade do *discurso hegemônico* (BUTLER, 2018, p. 45). Trata-se, portanto, de um interesse que se volta não à prevalência de um empirismo vivido em sua dimensão privada, mas às forças reivindicatórias que incidem na regulação dos corpos e no seu aparecimento na esfera pública, *uma batalha corpórea por condição de reconhecimento, uma insistência pública em existir e ter importância* (BUTLER, 2018, p. 44). Dispomo-nos a buscar os movimentos que transversalizam o conhecimento por essa persistência no equívoco da inteligibilidade da condição humana, sendo “ilegíveis” os saberes minoritários que se produzem por ativismos não identitários.

Embora o gênero não possa funcionar como paradigma para todas as formas de existência que lutam contra a construção normativa do humano, ele pode nos oferecer um ponto de partida para pensar sobre poder, atuação e resistência. Se aceitarmos que existem normas sexuais e de gênero que condicionam quem vai ser reconhecível e “legível” e quem não vai, podemos começar a ver como os

“ilegíveis” podem se constituir como um grupo, desenvolvendo formas de se tornar legíveis uns para os outros, como eles são expostos a diferentes formas de viver a violência de gênero e como essa exposição comum pode se tornar a base para a resistência (BUTLER, 2018, p. 45).

A pesquisa se contorna, neste campo da formação em psicologia, partindo dos questionamentos que concernem ao regime de verdade na constituição deste campo de saber, legitimado ao fazer funcionar o binômio normal-patológico (CANGUILHEM, 2009), pela naturalização de uma estrutura psíquica, ou de uma condição humana, ou ainda de um comportamento social, a depender das referências a que se adere – concepções de um sujeito que é objeto de conhecimento e que se conforma a partir de parâmetros que não problematizam a heteronormatividade, dessa forma compreendida e afirmada como se fosse naturalmente advinda de uma heterossexualidade compulsória.

Os discursos que acima de tudo nos oprimem, lésbicas, mulheres, e homens homossexuais, são aqueles que tomam como certo que a base da sociedade, de qualquer sociedade, é a heterossexualidade. **Estes discursos falam sobre nós e alegam dizer a verdade num campo apolítico, como se qualquer coisa que significa algo pudesse escapar ao político neste momento da história, e como se, no tocante a nós, pudessem existir signos politicamente insignificantes.** Estes discursos da heterossexualidade oprimem-nos no sentido em que nos impedem de falar a menos que falemos nos termos deles (WITTIG, 1980, grifo da autora, *online*).

Acompanhando esses processos de dissidências ao paradigma da normalidade nos saberes psi, buscamos ao mesmo tempo as dissidências produzidas pelo deslocamento do paradigma formativo disciplinar, na autoridade de um sujeito epistêmico que se constituiu como universal, no bojo das ciências humanas, pelas distinções que excluem, na marca da diferença, como falsidade ou como objeto, todo e qualquer discurso que não se situe sob o controle do mesmo paradigma da normalização que produz essa marca da diferença. Nesse sentido, entre normalizações e dissidências, nosso campo de pesquisa teve por eixo a leitura dos dispositivos foucaultianos como propõe Agamben (2005), ou seja, um termo que se referencia sempre a uma *oikonomia*: “a um conjunto de praxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens” (AGAMBEN, 2005, p. 12). Agamben amplia, porém, o entendimento de dispositivo, como qualquer coisa que possa capturar, modelar ou controlar as ações e discursos dos seres viventes. Para este autor, os sujeitos estariam na relação entre os seres viventes e os incontáveis dispositivos, que proliferam e se disseminam de forma ilimitada na “fase

presente do capitalismo”, o que tem por efeito uma proliferação do mesmo modo ilimitada de processos de subjetivação.

Chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo-a-corpo entre os viventes e os dispositivos. [...] A ilimitada proliferação dos dispositivos, que define a fase presente do capitalismo, faz confronto com uma igualmente ilimitada proliferação de processos de subjetivação. [...] Não seria provavelmente errado definir a fase extrema da consolidação capitalista que estamos vivendo como uma gigantesca acumulação e proliferação dos dispositivos. Certamente, desde que apareceu o *homo sapiens* havia dispositivos, mas dir-se-ia que hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo. De que modo, então, podemos fazer frente a esta situação, qual a estratégia que podemos seguir no nosso corpo-a-corpo cotidiano com os dispositivos? Não se trata simplesmente de destruí-los, nem, como sugerem alguns ingênuos, de usá-los de modo justo (AGAMBEN, 2005, p.13).

Agamben situa, por conseguinte, este acoplamento das subjetivações aos dispositivos a uma tradução da episteme moderna dessa teologia de um governo providencial da Criação (ação dos homens no mundo) por esta *oikonomia* da redenção e da salvação: “um conjunto de praxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens (AGAMBEN, 2005, p.12)”. Desse modo, Agamben considera esse processo histórico de tradução como uma fratura, uma cisão fundante das subjetividades modernas, pela separação do ser (Uno) e da ação (trinitária) que distanciam ontologia e práxis, o que se opera pela *oikonomia* dos dispositivos (AGAMBEN, 2005, p.13), na governamentalidade dos viventes.

Desse modo, sustentamos prosseguir, seguirmos avante, acompanhando das práticas formativas os processos dissidentes a uma episteme hegemônica, a partir de dispositivos de gênero e sexualidade, em tempos de emergências outras no campo da formação e da atuação profissional. Seguimos, ainda nos importando, mesmo em meio a essas outras emergências, incidirmos por essas dissidências como eixo de torção da disciplinaridade nos espaços-tempos de formação. Importa-nos seguir afirmando essa torção pela transversalidade, que esses dispositivos de gênero e sexualidade evidenciam, buscando seus efeitos antidisciplinares, por onde podemos encontrar e evidenciar a força dos cotidianos nos vetores das práticas formativas. Compreendidos aqui, esses efeitos antidisciplinares, em proximidade com o que Agamben propôs como profanação dos dispositivos: “que se trata de nada menos que liberar o que foi capturado e separado pelos dispositivos para restituí-lo a um possível uso comum (AGAMBEN, 2005, p.14).

Segundo o direito romano, sagradas ou religiosas eram as coisas que pertenciam de algum modo aos deuses. Como tais, eram subtraídas ao livre uso e ao comércio dos homens, não podiam ser vendidas, nem penhoradas, cedidas ao usufruto ou encarregadas de servidão. Sacrilégio era todo ato que violasse ou transgredisse esta especial indisponibilidade que as reservava exclusivamente aos deuses celestes (e eram então chamadas propriamente de "sagradas") ou inferiores (neste caso, chamavam-se simplesmente "religiosas"). Esse consagrar (sacrare) era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar significava ao contrário restituir ao livre uso dos homens. [...] Mas aquilo que foi ritualmente separado pode ser restituído pelo rito à esfera profana. A profanação é o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício havia separado e dividido (AGAMBEN, 2005, p.14).

Acompanhando essa leitura de Agamben (2005), pensamos as práticas formativas em sua dispositividade, compreendendo que os processos de subjetivação emergentes nesses jogos de saber-poder da constituição de um sujeito moderno, sobre o qual se ocupam as ciências humanas em sua disciplinaridade, são elementos de uma “herança teológica” que se evidencia pela tradução do termo latino *dispositivo* pela *oikonomia* que conduziu a religiosidade cristã à passagem a uma teologia moderna, não mais monarquista e absolutista, pela fé trinitária, segundo a qual se faz possível conciliar a natureza desse Deus Uno, como ser ou essência, da sua ação sobre o mundo dos homens. A providência divina, que se faz trinitária, refere-se ao domínio da práxis, o da governamentalidade – como administração da casa (*oikos*) por procedimentos de regulação dos corpos (*nomia*).

Consideramos os ativismos de gênero e sexualidades a partir dessa concepção de dispositivo em Agamben, assim como das discussões de Foucault na leitura de Deleuze (1990), tratando-se do que comportam suas linhas de forças e seus enredamentos, os quais se atualizam e se configuram nessas formas dos dispositivos. Assim como tratamos dos efeitos que produzem, os dispositivos e suas linhas de forças, nas relações de saber-poder enunciadas em discursos, cristalizadas nas instituições. Como porosidades aos contornos definidos por essas linhas enredadas nas formas instituídas dos discursos de saber-poder, estão as linhas de subjetivação, que nos interessaram considerar quanto aos processos formativos em psicologia, como campo que se constitui e que se opera pela produção de subjetividades. Sendo assim, é preciso investi-lo e ocupá-lo como rede de forças pela resistência às hegemonias que capturam as linhas em dispositivos, pela normalização dos corpos, das vivências, da experiência do gênero e da sexualidade.

[...] é porque as enunciações são curvas que distribuem variáveis, e, assim, uma ciência, num dado momento, ou um gênero literário, ou um estado de direito, ou um movimento social, são definidos precisamente pelos regimes de enunciados a que dão origem. Não são nem sujeitos nem objetos, mas regimes que é necessário definir pelo visível e pelo enunciável, com suas derivações, as suas transformações,

as suas mutações. E em cada dispositivo as linhas atravessam limiares em função dos quais são estéticas, científicas, políticas etc. (DELEUZE, 1990, p. 155).

Ao considerarmos as concepções normalizadoras de gênero e sexualidade como dispositivos disciplinares da episteme hegemônica nos saberes psi, compreende-se que incidem, nos modos de subjetivação, mecanismos capitalísticos de uma superprodução de dispositivos. Nesse sentido, seguindo com o pensamento de Agamben (2005), uma resistência contradisciplinar opera em meio a uma proliferação de capturas que modelam e modulam continuamente as subjetividades em acoplamentos incessantes e cada vez mais capilarizados e disseminados com essa acumulação de dispositivos. Mantivemos a proposição de Certeau (2014) de uma antidisciplina, para referenciar essa contradispositividade no campo dos cotidianos, como saberes menores, que nem sempre estarão em linhas de oposição para a resistência, mas que muitas vezes se constituem como restos, como sucatas das formas disciplinares, como afirma Certeau.

Portanto, os tensionamentos reivindicatórios de práticas formativas em gênero e sexualidade, notadamente no que tange às suas dimensões identitárias, ainda que emerjam de processos disruptivos das transversalidades nas relações de aprendizagem, não acontecem alheios aos desenhos curriculares, às salas de aulas, aos contornos disciplinares, mas produzem outras costuras, outras redes de costuras, que os modelos formativos instituídos (ainda) não codificaram ou atribuíram o sentido das margens – de onde buscamos as dobras dissidentes que evidenciam a falha dessa inteligibilidade, a ineficácia dessas distinções, pois não há forma que não tenha antes seus limites estabelecidos pela definição das margens.

Conclui-se que os paradigmas de neutralidade e de normalidade na produção de conhecimento e na formação em psicologia são tensionados com modos de ocupação dos espaços-tempos da universidade que se expandem com a presença dos corpos dissidentes do gênero, da sexualidade e da racialidade hegemônicas, ampliada nesse período não somente pelas políticas de cotas e de acesso à graduação pública federal, mas também pela ampliação das transversalidades e dispositivos formativos no cotidiano do currículo praticado e vivido. Corpos em aliança, como nos referenciamos com Butler, para afirmar, nos processos formativos, políticas de reconhecimento e movimentos discursivos que estão em permanente luta contra a condição precária dos percursos marginais à normalidade curricular e subjetiva, assim como em expansão dos modos de subjetivação que articulam-se em linhas transversas de práticas de resistência pelo direito de aparecer nos espaços-tempos e nos discursos da formação, não mais como objetos e desvios de curso, mas como corporificação vivida que produz sua formação e formas de solidariedade que contestam as

fronteiras da precariedade como campos de privação de reconhecimento e de produção de conhecimento.

Assim como ocorre nas profanações, o que Agamben propõe neste cenário não é a destruição dos dispositivos como forma de resistência última ao seu controle. Da mesma forma, ao afirmarmos os movimentos contradisciplinares como efeito das práticas de transversalização dos ativismos nos processos formativos, também não estamos propondo a negação ou um melhor uso das disciplinas ou dos desenhos curriculares. Não se pode retornar ao tempo de um uso antigo – como um espaço-tempo primordial a se resgatar, quando não haveria quaisquer distinções de saber-poder. O que se pode fazer é apenas um novo uso, o que “se trata de nada menos que liberar o que foi capturado e separado pelos dispositivos para restituí-lo a um possível uso comum” (AGAMBEN, 2005, p.14).

Ao buscarmos cartografar resistências profanadoras dos dispositivos, a proposta dessa pesquisa vai considerar, como Rodrigues e Alvim (2016), que essa atenção cartográfica se volta aos efeitos, ao que se produz como *contradispositivo* (Alvim, 2012). Compreende-se, com os autores, que poder e resistências constituem-se por relações inescapáveis, nas quais as lutas, ou o que estamos contornando como ativismos, para este campo de pesquisa, compõem-se por recusas ao dispositivo, por forças que operam ao “criar contra ele” (RODRIGUES; ALVIM, 2016, p.106), como sua deturpação, pervertendo seu funcionamento. Não se trata de uma oposição negativa, mas de uma virtualidade de destituição constante, que participa do dispositivo de modo inerente à sua constituição como estratégia de poder. Nesse sentido:

Não nos parece apropriado conceber um dispositivo sem levar em consideração a afirmatividade destrutiva e criativa de suas linhas de resistência. As resistências são imanentes ao funcionamento do poder, agem, por vezes, como réplicas políticas, sempre múltiplas, acentradas, o que nos leva a pensar também que, sem elas, os próprios dispositivos tornar-se-iam estáticos e, no limite, vazios. Se o dispositivo compreende uma rede conectada por relações de poder, as resistências podem funcionar como contradispositivos na medida em que não cansam de inverter, recusar, reorganizar, perverter e recriar contra o funcionamento de suas relações de dominação. Ou então, um contradispositivo procede não apenas desregulando as engrenagens ou o *hardware*, mas cria máquinas e inventa plataformas (Rodrigues; Alvim, 2016, p.106).

Desse modo, chegamos à proposição de um campo que se volta aos movimentos antidisciplinares, que carregam em si fluxos contradisciplinares ou indisciplinares, mas que sobretudo desestabilizam os contornos disciplinares nos processos formativos, assim como deslocam as distinções disciplinares do paradigma da normalidade nos processos de subjetivação. Por este percurso, aposta-se na produção dos saberes que se faz em suas

fronteiras, por essa rede de uma antidisciplina e não por pressupostas abordagens. Assim, indagou-se quanto às políticas educacionais para a formação em psicologia, mas em suas fissuras e articulações, transversalizadas por processos formativos que se constituem nas interferências dos ativismos em questões de gênero e sexualidades, compondo um campo de saberes em multiplicidade. Por conseguinte, ao invés de procedimentos de transmissão de conhecimentos, a transversalidade é a forma e o sentido dos trânsitos e dos fluxos de saberes que se intencionou acompanhar.

Ao buscarmos compreender os efeitos antidisciplinares como práticas formativas de descolonização das epistemes hegemônicas, dialogamos com uma proposta no campo da antropologia que indaga quanto à inserção de indígenas nessa produção acadêmica que nasce de tecnologias etnográficas de pesquisa que objetivaram essas subjetividades por processos assimilacionistas e de aculturação. Nesse sentido, tomamos as interrogações de Souza (2017) quanto aos modos como ações afirmativas, por um aparato de direito ao acesso à formação que se constitui pela via jurídica e macropolítica da inclusão, ainda produzem, nas formas disciplinares, o ocultamento da violência epistemicida pela subsunção da diferença na governamentalidade curricular disciplinar. A autora propõe, assim como o fazemos, que a estratégia contradisciplinar comparece quando sujeitados pelas disciplinas se colocam como seus praticantes confrontando “por dentro” os referenciais que produzem suas objetivações e subalternizações. A proposta contradisciplinar da autora vem dos debates na antropologia que emergem dos “problemas com a insistente insujeição de seu suposto ‘objeto’”, sendo compreendida como um vetor de subversão da hierarquia entre os discursos, portanto, constituindo “um eixo de diversificação transversal àqueles definidos pela lógica disciplinar” (SOUZA, 2017, p.104).

Conquanto os desafios do acesso e da permanência sejam vitais e urgentes – não há ação afirmativa sem que sejam devidamente enfrentados – o foco aqui será, como já disse, outro: não o risco de fracasso das ações afirmativas, mas sim o de seu sucesso, se por isto entendermos sua potência subversiva, aquela de um vetor contradisciplinar capaz quem sabe de contrariar as forças mortíferas que trabalham para reduzir a antropologia a uma atividade voltada para a produção de um conhecimento disciplinado e convertível em moedas e medalhas (SOUZA, 2017, p.106).

Do mesmo modo, a proposição antidisciplinar, que nos dispomos a cartografar nos processos formativos em psicologia, buscou acompanhar as insujeições e subversões nos ativismos de gênero e sexualidades quanto à objetivação neste campo de saber-poder das vivências e dos viventes pelos dispositivos de normalização que constituíram a sua

disciplinariedade. Buscando transversalidades contradispositivas destes regimes de verdade normalizadores e disciplinares dos saberes psi, intencionou-se a transcrição em narrativas compostas entre-conversações, como atualização de memórias dos cotidianos formativos, em história oral. Acompanhando uma perspectiva crítica às práticas disciplinares na produção de conhecimento, de acordo com Foucault e Certeau, consideramos alianças, rupturas e intercessores referenciais entre ativismos e vivências dos gêneros e sexualidades nos processos formativos na graduação em Psicologia.

Conclui-se que os paradigmas de neutralidade e de normalidade na produção de conhecimento e na formação em psicologia são tensionados com modos de ocupação dos espaços-tempos da universidade que se expandem com a presença dos corpos dissidentes do gênero, da sexualidade e da racialidade hegemônicas, ampliada nesse período não somente pelas políticas de cotas e de acesso à graduação pública federal, mas também pela ampliação das transversalidades e dispositivos formativos no cotidiano do currículo praticado e vivido. Corpos em aliança, como nos referenciamos com Butler, para afirmar, nos processos formativos, políticas de reconhecimento e movimentos discursivos que estão em permanente luta contra a condição precária dos percursos marginais à normalidade curricular e subjetiva, assim como em expansão dos modos de subjetivação que articulam-se em linhas transversas de práticas de resistência pelo direito de aparecer nos espaços-tempos e nos discursos da formação, não mais como objetos e desvios de curso, mas como corporificação vivida que produz sua formação e formas de solidariedade que contestam as fronteiras da precariedade como campos de privação de reconhecimento e de produção de conhecimento.

Finalizamos, mas somente em texto, porque o tempo segue durando, uma narrativa de atravessamentos e da travessia por uma passarela que já foi demolida; do trânsito encobrendo um aterro que não é mais o mesmo, embora continue no mesmo lugar; da persistência do manguezal, enquanto essas entropias humanas de concreto sobre concreto permitem, como resistimos aos regulamentos civilizatórios produzidos pelas normalidades dos dispositivos de gênero e sexualidade – acompanhamos modos de formação e subjetivação que estiveram enraizados entre nós, mas como rizomas do mangue, nas formas e forças de ocupação do espaço da universidade. Compreendido esse espaço como território que se produz pela duração da experiência e não como o lugar do *campus* somente, mas que também se agencia nessa presença, nessa circulação de corpos presentes. A partir dessas travessias em transcrição, fecharemos esse percurso em tese transicionando ao gênero narrativo, mesmo que evado por enquadramentos de uma tese, em vias de uma primeira

pessoa que se busca pluralizar, para em seguida se fazer voz que é do corpo-território, por onde essa história se contorna no tempo, até com o tempo se desmanchar.

3.2 - “Um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar”¹⁵

Chegando com atraso. Ocorre de início, esse modo de ação e essa marca de tempo que assume sujeitos diversos, no singular ou plural, para ingressar em texto um território e durações dessa pesquisa, dessa prática de se fazer pensar, sentir, acontecer. Um atraso é o acontecimento. Nesse instante e há tempos, em que estamos compondo na formação em psicologia campo de referenciais e práticas que se ocupam das sexualidades e dos gêneros. Problemas de gênero¹⁶, já nos disseram que seriam, e ainda estávamos nos indagando quanto à marca determinista do sexo. A ampliação desse campo advém de disposições interdisciplinares, mas produz efeitos e modos transdisciplinares, sendo uma dessas vias as proposições críticas do gênero como reflexo cultural de um binarismo naturalizado da diferenciação sexual.

Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? [...] Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula (BUTLER, 2015, p. 27).

Desses problemas de gênero, que participam de uma história da sexualidade, depreendemos, no atraso, que a psicologia ao mesmo tempo em que se conformava como disciplina, foi atribuindo ao binarismo de gênero um caráter fundacional para os sujeitos, ou antes, atribuindo ao humano um binarismo fundacional entre natureza e cultura, situando-se esses binarismos nas bases da autoridade científica desse saber. Tais questões não chegam com atraso à psicologia porque estivessem ausentes, mas porque foram respondidas, até recentemente, como considerações fora do campo, o que tem sido deslocado, como estamos afirmando, pela via da transdisciplinaridade.

Fosse nossa intenção realizar o levantamento de núcleos e grupos de estudos, pesquisas e extensão, seria notável o crescimento, em quantidade e qualidade, desse campo do gênero e sexualidades a partir de vinculações institucionais diversas com as áreas

¹⁵ Chico Science & Nação Zumbi - Um Passeio No Mundo Livre

¹⁶ *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*; Judith Butler, 2015.

acadêmicas, mas chegaríamos ainda a uma fração bem limitada de vínculo direto com departamentos e institutos de psicologia.

No entanto, ainda que de forma dispersa, estudantes de graduação e pós-graduação em psicologia têm contribuído para ampliação desse campo por nossas pesquisas, propostas de extensão e estudos, organizações autogestionadas e alianças com a docência. Mais recentemente, ingressaram na docência em psicologia pesquisadores do campo do gênero e das sexualidades, mediante percursos acadêmicos mais próximos desses debates, somando-se a essas linhas dispersas alguns movimentos de institucionalização. O que nos importa desses movimentos, porém, os mais ou menos dispersos, os instituídos, os instituintes, as várias formas de suas incidências e organizações, são as práticas cotidianas, as táticas e maneiras de fazer que comparecem nos processos formativos, mesmo quando não estejam delimitadas por ementas, linhas de pesquisa ou produção textual acadêmica.

Chegam as maneiras de fazer, com atraso, das dissidências de gêneros e sexualidades historicamente enquadrados pela psicologia como alvos de intervenção. Não porque estivessem ausentes sujeitos e práticas, mas porque situavam-se como objetos de saber, essas dissidências que interessavam aos currículos prescritos da psicologia como desvios da normalidade. Assim nos percebíamos, e nos reconhecíamos, pelo desvio. Enquanto também se delimitavam como desviantes as experiências vividas do gênero e da sexualidade, mesmo entre aquelas pessoas mais aderidas ao que se afirmava nas ementas dos cursos como normalidade, já que o vivido das pessoas é experienciado com o gênero e a sexualidade que a elas se atribui e se reconhece ou se recusa reconhecimento. O vivido das pessoas, praticantes dos currículos e da psicologia, ainda tem atrasos nos seus desenhos prescritos, mal chegou.

Tudo se passa como se houvesse não somente uma psicologia universalizada para todo e qualquer sujeito, mas também uma autoria universal para toda e qualquer psicologia, que não teria distinções de gênero, raça, etnia, classe social, territórios. São territorialidades que chegam com atraso à psicologia, carregadas por marcadores coletivos, mas que têm como suporte o corpo vivido das pessoas. No corpo se sente o atraso. Quem viveu, sabe. Não importa que se tenha dezessete ou dezoito anos, vinte ou vinte e cinco, ou mais de trinta, de quarenta, de cinquenta anos de idade. São muitos os atrasos que a um corpo se inscrevem. Diante desses atrasos, que chegam à psicologia disciplinar, designada com letra maiúscula, nos referimos à psicologia ou às psicologias com letra minúscula, marcando assim que nos referimos a um saber, nem sempre disciplinar ou disciplinado.

Assim apresento como começo de percurso por essas territorialidades indisciplinadas ou antidisciplinadas (CERTEAU, 2014) da psicologia, as linhas do meu ingresso nesse campo de formação, pelo atraso. Cheguei com atraso no segundo dia do vestibular. Fui aprovada no ano seguinte, em 1999, entre os primeiros lugares. A vida escolar não foi tranquila, mas tinha boas notas e podia somente estudar. No primeiro semestre do curso, em 2000/1, tivemos uma greve, e no meio da greve, tive uma gestação. A primeira, de duas que aconteceram no tempo do curso, concluído também com atraso, em 2007. Ainda houve uma terceira gestação logo após a formatura, no ano de 2008, chegando com mais atraso no trabalho com a profissão, somente em 2010, quando meu terceiro filho já não estava mais em amamentação exclusiva. Uma mulher jovem, branca e cisgênero, com filhos e sem família ou marido que a sustente, bissexual, é um corpo que tem atrasos para o sujeito-psicólogo universal. Entre outros, corpos e atrasos diversos.

Além das condições de vida, passei por condições de morte que também atrasaram o meu percurso curricular. Naquele primeiro ano do curso de psicologia, já grávida do meu primeiro filho, perdi minha mãe. E, entre todos os professores e professoras com os quais tive contato nos dois primeiros semestres, somente uma atentou-se para essa condição e registrou em meu currículo, ao invés de reprovação, a possibilidade de amparo legal (AL) para que eu não perdesse o coeficiente, que precisava estar acima de uma certa média para acessar iniciação científica, monitorias e outras formas de produção acadêmica. Fui entender o que significava aquela sigla, AL, no meu histórico parcial, muito tempo depois. Desse modo, passei todo o curso com esse coeficiente rebaixado pelas reprovações nos dois primeiros semestres da graduação. O que não me impediu de atuar em projetos de extensão e nas atividades do movimento estudantil, que foram os espaços formativos, fora das salas de aula, por onde transitei e pelos quais forjou-se muito do que viria a ser e do que sou na atuação em psicologia.

Venho dialogar com outros atrasos que chegaram ao meu lado, antes ou depois de mim, nesse curso que de tanto se ocupar do que é a vida das pessoas, tanto se omite do que é vivido pelas pessoas. O que chega com atraso, talvez seja o curso. A vida, e o que se vive com nossos corpos, está no tempo sempre presente, o que se atrasa disso é interpretação representacional, é representação, que pode ter seu lugar, mas não pode subsumir, na sua parcialidade, o que apenas provisoriamente nomeia.

As práticas e praticantes dos currículos que estamos posicionando nesse descompasso de um atraso, que é dívida histórica de uma categoria disciplinar com territorialidades de subjetivação, carregam marcas que se enunciam não somente por

distinções de identidades, de orientações, de pertencimentos. Não são marcas, as que nos interessam, de repressão ou de dominação, de fronteiras ideológicas que identificariam polos em oposição. São marcas que evidenciam exclusões, muitas vezes por violências, mas que são efeitos de relações de forças, essas marcas que contornam passagem de limiares ético-estético-políticos (DELEUZE, 2019, p. 28-29). São os limiares que produzem margens às subjetividades. O que se exclui às margens não está fora deste campo, tampouco o que se reprime, pois esses processos se agenciam no dispositivo no qual operam (DELEUZE, 2019, p. 35-36).

Não há atrasos entre praticantes e práticas e a disciplina ou categoria que a psicologia, como modo hegemônico de se contornar as subjetividades, possa representar, visto que não há inclusão. O dispositivo que faz funcionar esses cortes, essas margens, é o de um poder disciplinar que produz distinções não pela demarcação de dentro-fora, mas pela normalização que permite, que torna possível um modo de funcionar, no qual cabem privilégios, tolerâncias, compensações, assim como proibições, segregações e dominações, em um mesmo campo, que é o desse agenciamento disciplinar.

Considerando que se tenha nos currículos uma função normativa, como dizem no direito, “com força de lei”, afirmamos, então, que “a lei”, assim como as grades curriculares, “é sempre uma composição de ilegalismos, que ela diferencia ao formalizar” (DELEUZE, 2019, p. 36). Desse modo, o que se configura como norma – a lei ou um desenho curricular – não é uma forma absoluta da qual se exclui tudo que se oponha a ela. Trata-se de uma gestão do que se formaliza como norma e do que se diferencia com essa distinção. As mudanças na forma podem advir quando se deslocam essas distinções. Essa concepção pode parecer conciliatória, pacificadora, mas o que se apresenta aí é que a norma, a lei, não se fazem em estado de paz. O poder é um exercício de estratégias que são tensionadas, que estão em conflito aberto, continuamente.

Nesses tensionamentos, quando a forma objetifica sujeitos e práticas, e estes sujeitos-praticantes, nos seus usos e táticas, não reproduzem os enunciados que remetem à sua própria distinção como falha, como desvio da forma, temos aí condições para que se assumam outras formas e outros enunciados. Ainda que isso se dê o tempo todo, não é a qualquer tempo que se fazem visíveis e dizíveis, que sejam positivados em novos diagramas (DELEUZE, 2019, p.40-41), que se atualizem em outras formas. Isso ocorre quando agenciamentos concretos, os dispositivos (DELEUZE, 2019, p. 43), são reconfigurados por relações de forças que se somam em integração. Aonde se chega com essas integrações são linhas de diferenciação que se desdobram em matérias visíveis e funções enunciáveis.

Portanto, a formação, como produção de formas, tem sempre essa abertura, essa divergência imanente, que opera como um encontro. As formas são duais, mas não são binárias, polarizadas, porque exprimem multiplicidades de forças, as quais só podem se atualizar como relação de forças.

Os dispositivos são agenciamentos bifformes, máquinas concretas que se exprimem como técnicas, como exercício de poder. No entanto, os agenciamentos se fazem por uma relação da distribuição de forças, em um diagrama informe, que é a máquina abstrata. O que buscamos acompanhar são novas formas atualizadas, dispositivos reconfigurados pelo jogo de forças que não cessa. Buscamos pontos de disjunção dos dispositivos, onde as relações de forças agem transversalmente, de modo que possamos nesse diagrama encontrar tecnologias de saber-poder que possam fazer funcionar, na psicologia, por uma antidisciplina, contradispositivos de gênero e sexualidade.

Podemos considerar que nas tecnologias de saber-poder disciplinares, a sexualidade e o gênero estão configurados por agenciamentos fortemente vinculados aos dispositivos da medicina científica, junto aos quais a psicologia encontra a proliferação de seus discursos pelo paradigma da normalidade contra o patológico. Esses agenciamentos se disseminam por todos os campos sociais, em maior ou menor grau. Indagamos se nesses dispositivos ocorre hoje um esvaziamento ou decréscimo do seu grau de efetuação. Que outros campos sociais ou dispositivos podem tomar posições nessa distribuição de forças? Seriam gênero e sexualidade potencialmente disruptivos, por esses outros agenciamentos ao diagrama disciplinar? Indagamos e sustentamos essas questões como problemas a serem colocados, cotidianamente, para os currículos vividos nessa formação.

3.3 – “Não serei o poeta de um mundo caduco”¹⁷

Não reparem a bagunça, nós poderíamos dizer, a cada vez que nos saltava mais um link de conexões online, desde março de 2020. Já andávamos antes, a humanidade toda, com sérios problemas de limite, como se diz na educação dos mais jovens, em relação aos usos das redes sociais e a tudo que se prolifera no ecossistema digital. As dobras entre o íntimo, o privado e o público foram evidenciadas, questionadas, maquiadas, contorcidas, esticadas, à exaustão. Reparem, sim, a bagunça, melhor teria sido dizermos. Onde foi possível, assim fizemos, recusando a banalização do que foi se chamando de “novo

¹⁷ Poema “De mãos dadas” – Carlos Drummond de Andrade.

normal”. Foi preciso construir espaços e tempos para escuta, para trocas, ainda que pelas mesmas telas que nos assaltavam o cotidiano e das quais no máximo podíamos mitigar os efeitos, que não eram só do malefício do excesso da luz azul.

Pensar junto, fazer junto é difícil quando não há encontro entre os corpos. Pesquisar com, estar presente nos cotidianos... como fazer? Por trás das telas, buscamos indagar-nos, o tempo todo: o que é um encontro? Desse modo, indagando e dialogando, pudemos compreender e afirmar o encontro em muitas de nossas conexões, quando investíamos afetos e tecnologias nessa disposição em rede. Nada substituí a presença na acolhida que abraça, na escuta ampla, no olhar que é troca. Também não se substituí a presença no conflito, no padecimento, na tristeza, que precisam da mediação dos corpos para que não se aprofundem como implosão ou fuga. Fizemos o possível para que essa falta fosse reconhecida e cuidada, em nossos coletivos de pesquisa e estudos, nas práticas do trabalho, na produção de conhecimento e nos ativismos, como busca de um horizonte comum por uma vida que fosse mais possível para a pluralidade no mundo, em meio a uma ameaça de morte global e generalizada, como as ansiedades e outros demônios que encaramos a cada dia.

Capilarizar um sistema que é feito de matérias vivas, ainda mais quando se fazem híbridas com o inorgânico, é um trabalho que envolve dispendir muita energia, mas também alimenta tecidos que devolvem ao sistema a sua expansão. Isso não é apenas uma imagem lírica, no contexto da pandemia, de um risco biológico que fez desacelerar, ainda que por pouco tempo, a produtividade em escala mundial.¹⁸

Todas as pessoas e ações das pessoas no mundo sofreram um recuo, ainda que muito breve. Muitas vezes nos pegamos a lamentar a contração, o declínio de potência. Depreciamos muito mais a retração do que a expansão porque associamos expandir a dominar, a agir, a ganhar terreno. Para a psicologia brasileira, a expansão pode ser apreendida pelo aumento de profissionais e pelo crescimento exponencial de cursos de graduação. Ao mesmo tempo, há quem tenha lamentado a expansão de métodos e técnicas da psicologia, pela ampliação da concepção de saúde, enquanto celebramos que essa concepção ampliada nos tenha possibilitado novos campos, áreas, saberes e fazeres para a profissão. Nos primeiros meses da pandemia, todos esses movimentos expansivos, e os juízos de valor a respeito ficaram em suspensão ou sob questionamento.

¹⁸ <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/berardi-do-apagao-libidinal-aos-novos-desejos/>

O senso comum demandava atuação da psicologia em um sentido mais estrito, como resposta a patologias que se atribuíam naturais à condição de isolamento social. Os diagnósticos eram a ordem do dia, em qualquer campo de atuação em que estivéssemos. Esse era um movimento de contração, tanto quanto de expansão, por recuar a uma concepção mais limitada e retrógrada da saúde. Junto a esse movimento reativo de demanda, também acompanhamos o movimento de uma presumida expansão de oferta de serviços. Seja pela aceleração dos modos online, tanto na atuação privada quanto pública, seja pela proliferação de ações voluntárias. Finalmente, apenas para abarcar esse primeiro momento pandêmico, foi colocado em questão o caráter essencial do trabalho em psicologia, que foi reafirmado como validação do papel social da profissão como categoria da saúde, embora também estivéssemos desse modo visando defender o acesso à vacinação e a outras condições de biossegurança para a continuidade do trabalho de psicólogas e psicólogos, em especial dos serviços públicos, mas não somente, visto que a saúde das pessoas também se promove em consultórios particulares, nos quais a maioria da profissão atua com a classe trabalhadora do país, estando muito distantes, clínicos e contratantes, das elites mais privilegiadas.

Quando traçamos esse breve percurso, que para o tempo de uma tese, de uma pesquisa que tem seu limite de duração em quatro anos, não é tão breve assim, percebemos que, para a psicologia, a expansão não se interrompeu. Apenas mudou seus rumos, ou até mesmo, acelerou processos, mesmo que pela via de retrocessos e contrações. No entanto, essa guinada ocorreu em um contexto de evitação de convívios, de contatos, no qual nos indagamos como manter ou refazer laços, como sustentar um fazer-se comum, em meio a isto que era, a princípio, o isolamento ou distanciamento social, mas que rapidamente se tornou o “novo normal”, o princípio de um propósito de apagamento, de anulação ou dispersão do luto de um mundo que estava em seu fim.

Reafirmar posições anteriores era o pior a se fazer. Mas foi o que mais se fez, inclusive nesse campo de saber-poder, da psicologia. Ainda que também precisássemos cuidar para que não houvesse uma dissipação de forças demasiada por essa entropia incontornável, assim como precisávamos cuidar para que o presente não fosse uma implosão de tudo que conhecíamos antes, que o presente ainda pudesse sustentar-se como ponte, mesmo que o futuro fosse tão incerto, ou certamente fosse um fim do mundo a se adiar¹⁹. A perplexidade diante da retomada da ciência como redentora da humanidade na

¹⁹ KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras, 2019.

centralidade dos nossos discursos e estratégias para lidar com esse tempo de lutos e de lutas, nos colocou em alguns momentos entre a paralisia e espreita, tomando forças desse percurso de pesquisa, na expectativa de logo mais, quem sabe, “ver emergir um monstro da lagoa”²⁰. Sustentar algum foco nas tarefas que não fossem sobreviver à desagregação e sustentar alguma sobrevivência em meio à desagregação ou vice-versa foram esforços que também tomaram muito dessa pesquisa, de suas leituras, escritas e encontros.

No presente que pudemos viver, parecia que caminhávamos, muitas vezes, sobre uma ponte em ruínas, ou soterradas pelos escombros. A conexão entre projetos que venham a ser e os percursos progressos que podemos relatar não foi apenas interrompida. Essa conexão se perdeu, para se refazer de outro modo. Vivemos com os afetos e pensamentos ligados ao passado, mais afastados ou rompidos das linhas que traçávamos para o futuro, naqueles primeiros tempos pandêmicos, até 2021, que tomaram a maior parte do período dessa pesquisa, e que tomaram completamente todo o campo a ser pesquisado. Porque o próximo passo tem sido, todos os dias, a véspera do fim do mundo. O que esperamos poder adiar, como nossos ancestrais têm feito, o que nos transmite Krenak (2020), colocando em questão que mundo é esse que tememos perder, que evitamos o fim, que insistimos em conservar. Pode ser o mundo de um certo enquadre de reconhecimentos.

O desconforto que a ciência moderna, as tecnologias, as movimentações que resultaram naquilo que chamamos de “revoluções de massa”, tudo isso não ficou localizado numa região, mas cindiu o planeta a ponto de, no século XX, termos situações como a Guerra Fria, em que você tinha, de um lado do muro, uma parte da humanidade, e a outra, do lado de lá, na maior tensão, pronta para puxar o gatilho para cima dos outros. Não tem fim do mundo mais iminente do que quando você tem um mundo do lado de lá do muro e um mundo do lado de cá, ambos tentando adivinhar o que o outro está fazendo. Isso é um abismo, isso é uma queda. Então a pergunta a fazer seria: “Por que tanto medo assim de uma queda se a gente não fez nada nas outras eras senão cair?” (KRENAK, 2020, p.60-62).

Na conjuntura em que situamos este campo de pesquisa, muito devemos às tecnologias científicas para a preservação das vidas que a pandemia coloca em risco. Porém, há riscos e há ameaças à vida que a precedem e que contribuíram para os problemas presentes. A conexão perdida entre histórias de humanidades não hegemônicas e projetos para o futuro que transformem esse quadro de guerras, de extermínios e devastação da Terra, já é milenar. A ciência e seus instrumentos de controle da vida precisam ser pensados como ferramentas, entre outras, mas não como o território a ser defendido. Quanto aos

²⁰ Cálice, de Chico Buarque de Hollanda, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9y2xB90A0CY>

estudos dos quais nos ocupamos nesta pesquisa, a disputa nos campos acadêmicos pelo reconhecimento dessas camadas de histórias e narrativas não científicas nos saberes e projetos humanos também não é novidade desse tempo. Os territórios que defendemos são aqueles que permitem traduções e usos para as tecnologias científicas tensionados por essa ancestralidade que foi objeto de exploração e de domínio, por suas resistências, e como se atualizam nos problemas presentes e na invenção de um outro futuro.

Já caímos em diferentes escalas e em diferentes lugares do mundo. Mas temos muito medo do que vai acontecer quando a gente cair. Sentimos insegurança, uma paranoia da queda porque as outras possibilidades que se abrem exigem implodir essa casa que herdamos, que confortavelmente carregamos em grande estilo, mas passamos o tempo inteiro morrendo de medo. Então, talvez o que a gente tenha de fazer é descobrir um paraquedas. Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos. Já que aquilo de que realmente gostamos é gozar, viver no prazer aqui na Terra. Então, que a gente pare de despistar essa nossa vocação e, em vez de ficar inventando outras parábolas, que a gente se renda a essa principal e não se deixe iludir com o aparato da técnica. Na verdade, a ciência inteira vive subjugada por essa coisa que é a técnica (KRENAK, 2020, p.62-63).

3.4 – “inventar e fabricar... paraquedas coloridos...”²¹

Contra o “novo normal”, dispendemos muito de nossas forças e dessa duração de um campo de pesquisa na educação pós-pandêmica. Dizemos pós, como algo que perdura além de um marco temporal, e não como algo já encerrado. Foi preciso em nossos posicionamentos, nesse campo da educação, afirmarmos que é de um velho normal a suposição de que educação só se faz nas fileiras de uma sala de aula. O velho normal que designa a professores que ensinam depositando conteúdos, já que aprender, para essa velha novidade, é receber esses depósitos numa caixa vazia. Contra o “novo normal”, refutamos que os espaços-tempos da educação poderiam adiar para depois as vivências de diálogo, de contato, de convívio, de amizades, de conflitos, de mediação. O velho normal, com roupas cibernéticas, retirou tudo isso dos contextos educacionais, nas escolas da educação básica ou nas universidades, para atender aos protocolos que, na verdade, só funcionaram no papel. Ou nem assim. Para o velho normal, que se disse novo, a escola não precisa de pessoas. Só precisa cumprir o horário e fazer o depósito dos conteúdos nas caixas vazias e mudas. Há um metro e meio de distância ou em casa mesmo, pelas telas. Para o velho normal, crianças na rua soltando pipa, correndo, brincando ao ar livre, com meia dúzia de vizinhos, o lazer das pessoas mais velhas, seus convívios de cultura, sempre foram situação de risco. Agora

²¹ KRENAK, 2020, p.62-63.

só teria um vírus a mais. A psicologia se fez presente cuidando de quem acreditava e de quem duvidava desse velho-novo normal na educação. Como também se fez presente reforçando essa falácia de normalidades velhas ou novas.

Fizemo-nos presentes na defesa por investimento público no cuidado com a saúde mental no Brasil. A falta de investimentos não só do Estado, mas de um esforço, de uma disposição social, não é de hoje. A pandemia evidenciou bem como precisamos de mais recursos e serviços pelo SUS para esse cuidado em saúde mental. Que é um cuidado multiprofissional, não é só da medicina e de suas especialidades. E que deve sim estar presente nos outros setores das políticas públicas, especialmente no SUAS e nos serviços de defesa de direitos humanos e sociais. Mas a centralidade é do SUS, que pela sua estrutura legal e de organização do trabalho, tem compromissos com a integralidade e a universalidade da atenção em saúde. Por isso defendemos o SUS e os direitos sociais. Autocuidado, afirmamos como importante. Cuidar da saúde coletiva, defendemos como fundamental. Ao mesmo tempo em que tivemos e ainda temos de lidar com a disputa e banalização dos sentidos da saúde e da saúde mental, nesses tempos pandêmicos, antes disso e no que virá, o que me faz sempre lembrar do poeta, que de outros “tempos sombrios” nos convoca – *Não dissei nunca "isto é natural"*²². A frase desse poeta que me fez escolher a formação e que tem me mantido na profissão de psicóloga, talvez também tenha sido âncora para fazer essa passagem pelo naufrágio civilizatório, cantando junto: “vou pra rua e bebo a tempestade”²³.

Sendo assim, voltamo-nos para o presente, ainda que pelo horizonte do futuro. O futuro, começamos dizendo, é matéria de que tratamos em formação, mesmo compreendendo que as fronteiras de um desenho curricular não determinem um lugar a se partir e a se chegar. O futuro, que não é um ponto de chegada, que é um projeto, um vir a ser. Temos esse ponto de partida, de um contexto presente, atualizando memórias em linhas iminentes, atravessado por uma profusão de fins, mas também o ponto de partida do ingresso em percursos formativos, que vamos chamar de cartografias singulares, enredando-se para a narrativa que é campo desta pesquisa. A análise de contexto, assim como o campo de pesquisa afirmado, tanto quanto os percursos formativos que compõem este campo, são pontos de partida porque nos situamos em uma duração. O sentido da duração se distingue da concepção de neutralidade para pesquisa e para formação, pela qual haveria um marco zero para um mapa que se fará dali por diante, de modo que, neste ponto, o sujeito abandone

²² Aos que virão depois de nós; Bertolt Brecht (1898-1956).

²³ Bom Conselho; Chico Buarque.

sua personalidade progressiva e passe a trilhar uma história impessoal – a história passada, presente e futura deste campo de saber-fazer. Assim se dá a intencionalidade de uma formação disciplinar, de acordo com a qual haveria uma ordem do discurso a se adentrar: “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, p. 37, 2003).

A definição de grades de disciplinas, o que fica como obrigatório ou optativo, o que se delimita para atividades de ensino e o que se centrifuga para fora das salas de aula, todo esse enquadramento que tem como propósito alcançar competências e habilidades para um exercício profissional ou para uma distinção de categoria e área acadêmica, científica, são práticas curriculares que demandam análises constantemente, para que a compreensão desses processos não se cristalice como “já dada”, como uma matriz neutra que se faz por correspondência natural de uma ciência aos seus fenômenos e objetos. No entanto, o interesse dessa pesquisa voltou-se para o campo dos currículos como práticas cotidianas, intencionando acompanhar processos formativos em psicologia deslocando-se como cartografias singulares que produziram e produzem reposicionamento de objetos dessa ciência e profissão como autores da produção de subjetividades, atravessados por ativismos das dissidências sexuais e de gênero. Autorias que se engendram no discurso como narratividade e não como valorização de verdade, compreendendo-se que os modos de subjetivação compõem uma estética da existência, um cuidado de si (FOUCAULT, 2018) que fazem funcionar processos formativos, como ficção que é enunciação coletiva:

O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real. [...] Seria absurdo negar, é claro, a existência do indivíduo que escreve e inventa. Mas penso que – ao menos desde uma certa época – o indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor: aquilo que ele escreve e o que não escreve, aquilo que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, e o que deixa, vai cair como conversas cotidianas. Todo este jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica. Pois embora possa modificar a imagem tradicional de um autor, será a partir de uma nova posição do autor que recortará, em tudo o que poderia ter dito, em tudo o que diz todos os dias, a todo momento, o perfil ainda trêmulo de sua obra (FOUCAULT, p. 28-29, 2003).

Nesse sentido, a autoria para Foucault está associada ao “jogo de uma *identidade* que tem a forma da *individualidade* e do *eu*” (FOUCAULT, 2003, p.29), no entanto, como criação de uma vida que é obra, que se insere no real em linguagem ficcional, o que consideramos como narrativas, a partir de uma inevitável condição histórica, diacrônica, que faz dessa singularidade composição coletiva de enunciação. Dessa forma, propomos que

este campo de pesquisa se ocupasse dessas autorias de gêneros e sexualidades em dissidência quanto à dicotomia entre universalidade-padrão e desvios de sujeitos-indivíduos que são objetivados pelos procedimentos disciplinares e normalizadores em psicologia.

A formação que buscamos acompanhar, desse modo, aponta para o futuro como projeto que tem horizonte ético, estético e político de transformação do paradigma da normalidade e da patologização de subjetividades por estigmas e violências de gênero ou discriminação sexual. Ao mesmo tempo, buscamos evidenciar linhas de uma história que não é impessoal e neutra, mas que é multiplicidade – como pessoas diversas foram compondo uma velocidade, um ritmo de rede, movimento antidisciplinar (CERTEAU, 1998, p.42) que está em curso, de disputar não só currículos mas a produção deste campo, pela expropriação do que lhes(nos) foi tomado: relatar a si mesmo, como uma operação crítica, que coloca em questão regimes de verdade que governam a subjetivação em um quadro normalizado de reconhecimento:

No relato foucaultiano da constituição de si, questão central em sua obra na década de 1980, os termos que possibilitam o reconhecimento de si são dados por um regime de verdade. Esses termos estão fora do sujeito até certo ponto, mas também são apresentados como as normas disponíveis pelas quais o reconhecimento de si acontece, de modo que o que posso “ser”, de maneira bem literal, é limitado de antemão por um regime de verdade que decide quais formas de ser serão reconhecíveis e não reconhecíveis. [...] o regime de verdade fornece um quadro para a cena de reconhecimento, delineando quem será classificado como sujeito de reconhecimento e oferecendo normas para o ato de reconhecimento. [...] Isso não significa que dado regime de verdade estabeleça um quadro invariável para o reconhecimento; significa apenas que é em relação a esse quadro que o reconhecimento acontece, ou que as normas que governam o reconhecimento são contestadas e transformadas (BUTLER, p. 34-35, 2015).

Seguimos, desse modo, no exercício de construir conhecimento pela formulação, posicionada historicamente, de problemas para o presente, os quais perturbam o campo, assim como a ação, o processo de pesquisar, no dinamismo das forças que os constituem. Essa disposição ou interesse de pesquisa, mediante a atenção cartográfica que tem como suporte, depara-se, aturde-se e procura lugar em uma conjuntura e condição de pesquisa nas quais se arrisca o próprio campo como alvo de denúncia, de escândalo, de desinvestimento, de silenciamentos. Se até então buscávamos, nos movimentos e ativismos minoritários as suas articulações, seus desvios e devires entre as instituições e dispositivos educacionais, pensando-se e colocando-se em questão hegemonias e linhas de fuga nas políticas acadêmicas das humanidades, para o momento torna-se indispensável que se evidencie, além dos deslocamentos transversais, o que temos vivenciado para a defesa de conservarmos essas instituições e dispositivos, uma defesa contra retrocessos.

Como pensar, para o momento, o dispositivo educacional, nos seus vetores de formação humana ou da produção de subjetividades, especialmente no ensino superior, que tem por terminalidade o exercício profissional, isto é, a inserção em uma categoria no mundo do trabalho, que tem se confrontado com tanta precarização e retrocessos de direitos? Como pensar este campo da educação universitária, nas suas interseções com os movimentos minoritários, enquanto acompanhamos suas linhas de abolição e engessamentos, em uma conjuntura de governantes e legisladores eleitos a partir das pautas retrógradas de um moralismo oportunista que ataca esses movimentos? Como produzir pesquisa sem com isso trazer à tona os processos de visibilidade e de enunciação que possam instrumentalizar sua própria repressão?

O que fizemos, nesses tempos, foi nos mantermos ocupando os espaços coletivos, a esfera pública, e assim, seguimos resistindo, ainda que no recuo, mas também acompanhando, por bem ou mal, as expansões possíveis que foram se dando. Nesse sentido, a afirmação dos cotidianos em pesquisa pela memória evidencia o recuo necessário para o distanciamento pandêmico não corroborar com a transposição acrítica dos currículos para as tecnologias remotas e para o modelo de ensino à distância que se associam, no presente, à precarização do ensino. Ao mesmo tempo, as memórias em narrativa cumprem uma função de transmissão para o futuro dos sentidos que agenciamos antes desses tempos pandêmicos, mas já imersos na sensibilidade desse modo contemporâneo, que não será posto em análise neste trabalho, mas que aqui comparece, nos limites que esse processo de trabalho encarou.

Apesar de concluirmos, provisoriamente, esta narrativa com o sentimento de um tempo perdido, quando havia festas no *campus*, quando nossos coletivos estudantis ainda existiam, quando os nossos encontros nacionais estudantis eram organizados por grupos de *e-mail* e *Orkut*, encarando-se horas de viagens de ônibus para nos encontrarmos, quando nossas redes cotidianas eram todas presenciais e dependíamos de linhas de telefone fixo, pernas e saliva para nos comunicarmos, também acompanhamos outras formas de ocupação e outros problemas dos espaços estudantis que foram mobilizados na década seguinte, quanto aos quais já não ocupamos essa posição de estudantes, mas participamos como memória de movimentos que já foram aterrados como o mangue ou derrubados como a passarela, mas que não deixam de ter existência, junto aos que vieram e aos que virão depois de nós. “Presente, passado e futuro? Tolice. Não existem. A vida vai se construindo e

destruindo. O que vai ficando para trás com o passado é a morte. O que está vivo vai adiante²⁴”.

“Dona do mangue é Nanã...”

Adiante, sigamos, agora com o que está vivente antes de nós e ainda vive, a voz ancestral, impessoal, embora encarnada e humana, do território atravessado por essa história, que é o manguezal de Vitória, sob o campus Goiabeiras da Universidade onde situamos esse tempo narrativo. Fecho esses ciclos de memória e de escritura louvando a Nanã, que é a vida sob os pés desse tempo, como está na canção²⁵ do artífice da música, meu amigo, que é também professor, Gessé Paixão:

Há muito tempo atrás
Quando o tempo ainda era criança
Havia Nanã e havia Ogum

É Nanã... a feiticeira
É Nanã... a velha antiga
A sábia antiga

As paneleiras de Goiabeiras
Cantam e dançam em louvor a Nanã
Mãe dos idosos
Dos desalentos
Lentos seus passos
Vó do Mangue é Nanã...
Senhora

É Nanã... a rezadeira, benzedeira
É Nanã... a sábia antiga

As paneleiras de Goiabeiras
Dançam e cantam em louvor a Nanã
A voz dos idosos, enlameados
Dona do húmus e da lama é Nanã
Meu rumo

É Nanã... a velha antiga, sábia antiga
É Nanã... a feiticeira
A velha antiga
Grande parteira
Dona do Mangue é Nanã...

²⁴ Darcy Ribeiro, disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/darcy-ribeiro/>

²⁵ A canção e a narrativa de Nanã e Ogum por Gessé Paixão na página do Instagram @ogo.duo <https://www.instagram.com/tv/CPrXG4LjM-q/?igshid=MDJmNzVkJmY=>

Todos os dias as águas sobem e descem por entre os poros híbridos da superfície viva que ainda me resta. Os ares que circulam nessa profundidade, sempre foram escassos, porque essa é a minha forma de respirar, fazendo crescer raízes para cima, em busca de mais ar. Rizomas, pontos de fuga, prescindindo do adestramento da razão pura. O sufocamento não vem da lama, mas da sua falta, soterrada por naturezas estranhas a esse modo de pulsar que é lodaçal. Não é pouca a matéria viva abaixo dessa superfície, mesmo onde alojaram as espécies estranhas. As águas que sobem e descem, todos os dias, ainda mantêm essa organicidade conectada com o entorno, cada vez mais reduzido, mas ainda preservado, da vivacidade lamacenta que respira espalhando-se. Assim são as minhas margens, em sua maioria sufocadas, aterradas por concreto estéril, mas abaixo dele, ainda no cinza infecundo, a lama escura resiste, enquanto houver a margem para sustentar rizoma. O rizoma não é passível de centralizar.

Vitória é também meu nome. Já fui mais arenosa, quando a restinga me vestia mais. Nas bordas, sempre fui da lama, da transição, de terra, rio, sal e mar. Que assim permanecem, mesmo que para o fluxo diário de estrangeiros vivos e não-vivos, e para os cinzentos estáticos que me cobrem no meio, quase sempre esteja desapercibida. As águas que sobem e descem, todos os dias, de vez em quando transbordam, para fazer lembrar que as minhas raízes ainda podem se espalhar e voltar aonde hoje não mais. Nessas bordas, sou a Vitória de Goiabeiras, onde se abraça em manguezal um corpo estranho, que chamaram *Campus*, que abriga uma forma que não sabe respirar. Uma criatura feita por humanos e de partes humanas, mas grande demais para se humanizar.

A Universidade, essa criatura, depende do *Campus* para respirar e parecer humana. É o *Campus*, mesmo estrangeiro, respira em contato com as bordas, partes de Vitória, que não sou toda, que me espalho, e ali no abraço de Goiabeiras, sou manguezal. A Universidade se parece comigo quando vista de cima, à distância, já que desse modo, somos ilhas. Ela pode ser viva, e segue sendo, porém, lá de baixo, lá nas bordas superficiais ou profundas, e nos movimentos que acontecem, todos os dias, pelo seu corpo de *Campus*. Nesse cotidiano, a Universidade vive comigo, respira como os meus rizomas, sendo tocada pelo que não se faz interno e total, traindo seu nome. Sim, a Universidade vive quando ela se trai e deixa de ser totalidade, porque esse é seu nome, mas não é a sua forma de viver. Quando o *Campus* para, a Universidade produz, mas como máquina desumana, por onde nada vivo vai se criar.

Foi assim nesses tempos de Peste. Como sou antiga, me lembro desse modo humano de falar do contágio que não entendem e que por isso, tanto faz morrer, acelerando o ciclo das despedidas de uma geração. O *Campus* nasceu muitos e muitos anos depois da última

Peste antes desta, a que chamaram Gripe Espanhola, que nem era espanhola, de fato. A Universidade e sua sócia-irmã, a Ciência, também são antigas, mas afeitas às modas da linguagem humana, deram outro nome, mais atual, a esses tempos de incompreensão e de grande luto humano, agora conhecido como Pandemia. A Pandemia esvaziou o *Campus*, e assim se fez problema para a Universidade, que se apegou à Ciência, o que foi necessário para evitar os contágios, mas por soberba, ou medo ou não-saber, ou tudo isso e mais, a Universidade se fechou em sua forma totalizante a maior parte do tempo, por um lado clamando pela espera do retorno ao que se era antes e por outro lado alegando que não se retornaria ao que era antes e que não se deveria nada esperar. Não sendo humana, as contradições e ambiguidades pouco me espantam. Sendo viva e morrendo, a todo tempo, compreendo que a Universidade, totalizada, vai tender a qualquer lado que não lhe altere as formas, como estratégia de conservação.

Não é questão de vida, nem de morte. É de outra ordem, que é a minha porção demasiado humana a que consegue entender. A Universidade conserva suas formas, a todo custo, pois existe nesse certo modo de saber-poder, que se limita no tempo e no espaço. Por isso não se pode esperar por nada, pois é preciso sempre continuar. Por isso também deve se esperar, pois é preciso sempre retornar. Continuar, para concluir, retornar, para perpetuar. Os ciclos da Universidade são curtos e dependem de entradas e saídas bem delimitadas. Com as novas entradas, retorna-se para o mesmo princípio. Com as saídas, continua-se a retornar. Mas não é bem assim. A Universidade só faz de conta que funciona desse jeito. Portanto, continuar e retornar foram duas faces desse mesmo negacionismo, para usar das palavras da Ciência, que era o de separar a Universidade do que estava acontecendo na vida das pessoas que fazem ela respirar: a Pandemia, estava acontecendo. Ainda está.

De um jeito ou de outro, esperando ou não esperando, a Universidade passou longos meses sustentando a sua forma como se ela não pudesse funcionar com a Pandemia. Usou a Ciência para justificar isso: o vazio do *Campus*, para esperar ou para continuar, até que a Pandemia acabasse. E não acabou. No entanto, os ciclos seguiram, com entradas e saídas. A forma da Universidade se conservou. As passagens, por essa forma e por esses ciclos, não foram as mesmas e foram contaminadas pela Peste, pela Pandemia. Quem diz isso agora é o *Campus*, que voltou a ter movimentos. O que esses movimentos vêm contar é que foram mantidas pela Universidade conexões que não respiravam, que só transmitiam sons e imagens, sem ar. Contam que essas conexões de sons e imagens poderiam ter gerado trocas de outros modos, diferentes do que se faz nos percursos com o *Campus*, mas tentaram reproduzir esses percursos com esses sons e imagens. Faltava ar, não deu certo. A

Universidade se engana muito, como se tivesse que conservar sua forma para viver. Sendo que ela só vive porque não se conserva, porque respira nesses movimentos, de cada dia, pulsando como as águas do manguezal, que sobem e descem todos os dias, que mudam de cheiro e sabor, mais à terra, mais ao mar.

A Universidade também respira por rizomas, não tem raiz que vai para o fundo, mas dessas que precisam se espalhar para fora, para buscar ar. A Universidade também se infectou e transmitiu e morreu e sobreviveu com a nova Peste. Apenas não se tratou disso, deixando para a Ciência o contar dessa história. Agora não mais, porque os movimentos que ocupam o *Campus*, terão histórias outras para contar. Para esse começo de outras histórias desse tempo de Pandemia com a Universidade, melhor que uma voz humana possa falar. Foi o que mais fez falta para a Universidade não se fingir de máquina asséptica e imutável, o que não é, nem nunca foi, nem mesmo a Ciência. Somos todas criações humanas e não-humanas, vivas e inorgânicas, somos forma e dissipação.

O olho do elefante

Quem sou eu? São muitas as tradições e traições de pensamento que desprezam essa pergunta, que a rejeitam, ou que a situam em um campo problemático que não é o da investigação e da análise científicas. Pergunta decadente de filosofias superadas. Quem sou eu, a humana? Eu sou uma voz entre outras, neste texto. Também sou um corpo que escreve. Digitando com pouca habilidade, perdendo horas de sono, porque me concentro melhor à noite. Porque tenho uma vida agitada durante o dia, pelo trabalho para pagar as contas, pelo trabalho de cuidar de onde vivo e das pessoas com as quais convivo. Um dia tive filhos pequenos, e era difícil escrever, mas ainda é, com todos crescidos. Sou essa precariedade que não é só minha enquanto escrevo. E enquanto escrevo, sou todas as horas que tentei, mas não consegui escrever.

Nesse instante, estou sendo a disposição de registrar nesse texto a contaminação da escrita, das leituras feitas ao longo da escrita, do pensamento, do cotidiano, do corpo que escreve este texto, não só por um tempo pandêmico, abstrato, como se fosse uma entidade a ser indagada, à distância. Estamos contaminadas pela doença, pelo vírus que foi confirmado em exames de laboratório, para algumas de nós, mais de uma vez. A maioria não vai pegar, disseram eles, os cientistas que fazem essas contas. Não tem sido assim. A maioria não testou e nem vai testar. A maioria, quando tudo começou, nem mesmo contava com a possibilidade de teste, no mundo. A maioria não morreu, mas foram muitos os mortos.

Ainda não sabemos quantos, nem saberemos, porque muitas dessas mortes aconteceram quando só contavam, mesmo por estimativa, os que morriam por problemas a respirar, pela falta de ar. Hoje sabemos que não sabemos – as tantas formas de matar que esse vírus tem, as tantas formas de morrer que temos produzido risco, a humanidade. Sócrates deve estar orgulhoso de nós, no além da vida dos filósofos. Será que um dia se soube tanto que não se sabe, quanto agora? Enquanto isso, vamos produzindo e reproduzindo.

A voz que tenho para essa produção de escrita, que vem de uma pesquisa com problemas de uma vida antes da pandemia, é uma voz que buscou muito se esconder. De uma pessoa sequelada por contágios de Covid-19, que podem ter sido dois ou três ou mais, que teve sintomas leves e não teve perdas na família, o que reduz o medo, mas não o luto, seja por outras mortes próximas, seja porque é o luto de uma geração a se encarar. Essa voz não é só minha, e poderia dizer de condições piores para escrita, de pessoas que sentem dores e mal respiram, de pessoas que quase morreram, que abandonaram estudos e pesquisas, que perderam empregos, que faliram, que se separaram, que tiveram filhos, que o filho que tiveram quase morreu, que perderam pai ou mãe, que não sobreviveram ou decidiram não sobreviver.

Preciso dizer aqui do amigo Henrique, companheiro no GEPS, vanguarda no Plural. E vou registrar seu nome, porque ele fez parte desse tempo que vamos percorrer com essa escrita. E partiu, decidiu partir, em meio a todos esses lutos que estávamos vivendo, em 2021. Eu acredito que ele queria sim, viver. Mas decidiu não continuar sobrevivendo. Do que temos escrito, estudado, produzido nesse meio que delimitamos como acadêmico, esta é uma tese que poderia ter morrido ou ter decidido não sobreviver, como o Henrique, porque às vezes é pesado demais sustentar o que queremos afirmar como vida. Para o Henrique, não sei como foi, mas pode ter sido pesado demais suportar o não poder escolher como afirmar a vida. Tem vidas, como a do Henrique, que só podem ser nesse esforço contínuo de se afirmarem diante de recusas constantes. Sinto muito que ainda seja assim, e que a gente pouco consiga fazer, muitas vezes, para mudar essa condição, e expandir a afirmação de vidas como a do Henrique, um homem negro, gay, professor na educação básica, professor universitário no fim, que fez todo um percurso acadêmico trabalhando para pagar suas contas, cuidando da sua casa e das pessoas com quem convivia, até ser aprovado como docente na universidade. Terá sido a pandemia a gota d'água? Não sei e seguirei não sabendo, em respeito a este companheiro de tempo histórico, que partiu antes de mim, conforme as estatísticas. É mesmo muito pouco o que podemos fazer com isso, com a produção acadêmica. Mas faremos, seguirei fazendo.

Desse pouco em pouco, um dia, aprenderemos a escrever e a produzir na universidade com a vida das pessoas, com as nossas vidas, com o corpo que vive essa vida, mesmo diante de tanto contágio e luto, mas não a despeito disso, como temos feito. Um dia, as dores farão parte, como também as alegrias, dos nossos ciclos de escrita e pesquisa, não como adorno ou como estorvo, mas como a matéria da qual cuidamos, como o horizonte sempre do que nos leva a escrever e pesquisar.

Com essas dores e alegrias, com amor e com sequelas, com muitas dificuldades para sustentar o desejo da pesquisa nesse mundo pós-pandemia, que não vai acabar, certamente entregarei lacunas e linhas turvas que fazem parte do campo, do processo de compor este campo, do tempo da pesquisa, mas sobretudo do que estamos vivendo em corpo e pensamento – com o perdão de soar em dicotomia, mas temos vivido de fato uma cisão, porque o corpo não acompanha o pensamento, nem o pensamento acompanha o corpo nesses tempos. Precisamos, como compromisso com os que virão depois de nós, não omitirmos de nossas pesquisas e das escritas que emergem delas, essa disparidade: ao mesmo tempo o corpo tem de reaprender a estar no mundo, que será pandêmico para nossa geração, não haverá outro, enquanto o pensamento é convocado a responder a isso rápido demais, seja pela ciência, como estratégia para sobrevivência, seja por outros saberes, porque a ciência não nos ensinará como viver, além de sobreviver. Portanto, mal estamos dando atenção a esse corpo que tem aprendizados a dar conta, vivendo, mas queremos pensar nesse processo antes que o corpo possa responder, vivendo, para aprender, e aprendendo ao viver. A dicotomia está nos nossos modos de passar por isso, mas não é o que pretendo afirmar trazendo ao texto essa interrupção, esse desvio de forças que aconteceu para qualquer processo criativo e de estudo ou pesquisa que tenham se mantido, como busquei manter, na sensibilidade para reconhecer os desvios, como parte do caminho no caminhar.

Por esses desvios, atravessamos longos silêncios, que não eram desertos, mas povoados de uma profusão excessiva de pensamentos. Até que a memória veio a se organizar, pela sensibilidade do presente que pede licença à ancestralidade, ao saber que desconhecemos. Por isso voltamos a narrativa ao Mangue, que é também uma vida dissidente no campus, como são os corpos humanos que resistem ao concreto demais. Retorno assim, para esse desfecho, ao lugar onde, quando criança, aprendi a viajar no tempo. Em frente à casa de minha avó materna havia um areal, que nós chamávamos de Pântano. Não sei se fomos nós, ou os adultos, quem deram esse nome, que para mim e para meus primos era um nome e um lugar imenso. Como era imenso o tempo das tardes no areal. Naquele tempo, aprendi também

a ser menina, a entender que era diferente dos meus primos, pelas muitas tentativas da família de me fazer ficar em casa, com as bonecas. Eu preferia ir me sujar na areia branca-preta que hoje sei, é a areia de restinga, que ali tinha em abundância pela morte da restinga, que logo seria asfalto, ruas, casas e esquecimento. Também aprendi, como dizia, a viajar no tempo, antes de saber o que era restinga ou manguezal. Foi com o Olho do Elefante, um pedaço de muro em ruína, que mal lembrava a cabeça de um elefante, mas tinha um buraco, como se fosse olho, onde colocávamos nossos amuletos para a viagem. Sentávamos em cima da ruína, como se fosse uma nave. Pilotava quem tivesse a oferenda-combustível para o olho-buraco do tempo. E viajávamos para algum tempo e espaço onde o areal pudesse nos levar. Com essa heterotopia de crianças, que não se sabem ainda outra coisa a não ser que são vivas e que caminham pelo tempo, com as forças sensíveis do encontro e do pensamento, nesse território da memória me despeço desse espaço escrito, como quem retorna ao início, pelo meio. A sua licença, por pisar na lama das memórias, Nanã. Saluba, é a saudação que me ensinaram. Agradeço.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é um dispositivo?** In: *Outra Travessia*. Florianópolis. Editora da UFSC, p. 9-15, 2005.

ALVES, N. **Nilda Alves: praticantepensante de cotidianos**. Orgs. Alexandre Garcia, Inês Barbosa de Oliveira; textos selecionados de Nilda Alves. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ALVIM, D. M. **O que é um contradispositivo?** In: *Cardernos de Subjetividade*. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, p. 120-127, 2012.

BARROS, L. P. de.; KASTRUP, V. **Cartografar é acompanhar processos**. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da.; *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BARROS, M. E. B. de. **Por uma outra política das práticas pedagógicas**. In: Grupo de Trabalho Educação Popular / 26ª Reunião Anual da ANPED. Novo Governo. Novas Políticas? Poços de Caldas, 2003. Disponível em: <http://www.26reuniao.anped.org.br/trabalhos/06tmareb.pdf>

BAPTISTA, Luiz Antonio. **A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas**. In: *Cidade dos sábios*. São Paulo: Summus. 1999.

BARROSO, C. L. M.; MELLO, G. N. **O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro**. *Cadernos de Pesquisa/15*. Fundação Carlos Chagas, 1975, pp. 47-77.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo 1: Fatos e Mitos**. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970 (pp. 7-23).

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo 2: A Experiência Vivida**. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967 (pp. 7- 65).

BENJAMIN, W. **O narrador**. Em: *Magia e Técnica, Arte e Política*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, pp. 197-222.

BERARDI, F. **Berardi: do apagão libidinal aos novos desejos**. [Entrevista concedida a] Amador Fernández-Savater. *Outras Palavras, online*, Abril de 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/berardi-do-apagao-libidinal-aos-novos-desejos/>

BERNABÉ, M.F.; CASTELLO N. F. V.; ROSEIRO, M. C. **Sexualidades e gênero na psicologia: ativismos formativos e tensionamentos curriculares**. In: RODRIGUES, Alessandro; MONZELI, Gustavo; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (Orgs.). *A política no corpo: gênero e sexualidade em disputa*. Vitória: EDUFES, 2016.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

BUTLER, J. **Relatar a Si Mesmo: Crítica da Violência Ética.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015c.

BUTLER, J. **Sem medo de fazer gênero.** *Folha de São Paulo*, 20 set. 2015b. Entrevista concedida a Úrsula Passos. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/233613-sem-medo-de-fazer-genero.shtml>

CALDAS, A. L. **Oralidade, texto e história: para ler a história oral.** Editora Loyola: São Paulo, 1999.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico.** (6ª ed. rev.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CASSAL, L. C. B.; GONZALEZ, A. M. G.; BICALHO, P. P. G. (2012). **Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização.** *Psico (PUCRS)*, v.42, n. 4, p 465-473, 2011.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da ordem: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "milagre".** Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COLETIVO ACADÊMICO LIVRE PSI.UFES. **Carta aberta ao curso de psicologia, 18 de outubro de 2006.** Disponível em: <http://psicologiaufes.blogspot.com.br/>

COLLING, L. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer.** Salvador: EDUFBA, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução n° 001/99, de 22 de março de 1999.** Brasília, 22 mar. 1999.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. 2018. **DCN da Psicologia – Ano da formação em Psicologia 2018: Relatório final da revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.** Brasília, DF: CFP, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/ano-da-formacao-em-psicologia-2018/>

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação.** PARECER N.º: CNE/CES 67/2003. Brasília, 11 mar. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.** Resolução n° 8 de 07 de maio de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08_04.pdf

CRUZ, Fernanda. **Quase 60% das faculdades incluem sexualidade e gênero na formação de professores.** *Agência Brasil*, 26 nov. 2015.

Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-11/quase-60-das-faculdadesincluir-sexualidade-e-genero-na-formacao-de>

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2019.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Introdução: Rizoma**. Em: _____, *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, G. **Políticas**. In: DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, G. **O que é um dispositivo?** In: Michel Foucault, filósofo. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, p. 155-161, 1990. Disponível em: https://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo Acesso em: agosto, 2022.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DUARTE, M. J. de O.; OLIVEIRA, E. G. da S.; **A Política Nacional de Saúde Integral LGBT e seus desafios atuais**. In: DUARTE, M. J. de O.; ROCON, P. C. *Dez anos da Política Nacional de Saúde Integral LGBT: análises e perspectivas interseccionais e transdisciplinares para a formação e o trabalho em saúde*. Salvador: Devires, 2022.

DURKHEIM, Émile. *O Suicídio*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

EVANGELISTA, M. B. **A transcrição em história oral e a insuficiência da entrevista**. In: *Revista de História Oral Oralidades*. São Paulo. NEHO/ LEI – USP, 2010.

FACCHINI, Regina. **Histórico da luta LGBT no Brasil**. Em: Conselho Regional de Psicologia SP. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx

FERRAÇO, C. E.; CARVALHO, J. M. **Currículo, cotidiano e conversações**. In: *Revista e-curriculum*, São Paulo, v.8 n.2, 2012.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; NUNES, Kezia R. **Currículos, culturas e cotidianos escolares: afirmando a complexidade e a diferença nas redes de conhecimentos dos sujeitos praticantes**. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete M. (Orgs.). *Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades*. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Vitória, ES: Nupec / UFES, 2012.

FERRAÇO, C. E.; SOARES, M. da C. S.; ALVES, N. **Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação** [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva; ROSEIRO, Maria Carolina F. B.; SANTIAGO, Anderson Cacilhas. **Do lugar de que se fala: territorialidades discursivas sobre gênero e sexo nas redes**. In: RODRIGUES, Alexsandro; MONZELI, Gustavo; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (Orgs.). *A política no corpo: gênero e sexualidade em disputa*. Vitória: EDUFES, 2016.

FOUCAULT, M. *Preface*. In: Gilles Deleuze e Félix Guattari. **Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia**. New York: Viking Press, 1977, pp. XI-XIV. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento. Revisado e formatado por Alfredo Veiga-Neto.

FOUCAULT, M. **Os intelectuais e o poder** – conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 9ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FOUCAULT, M. **Ditos & escritos. Ética, Sexualidade, Política**. Vol. V. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2012.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999 (pp. 3-26 e pp. 285-315).

FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**; posfácio de Daniel Defert. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FREUD, Sigmund. **Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade, 1905**. In: _____ Edição Standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 119-217.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999 (23ª ed.).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GALLO, S. **Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar**. In: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (orgs.) *O Sentido da Escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 1992.

HECKERT, A. L. C.; PASSOS, E. **Pesquisa-intervenção como método, a formação como intervenção**. In: BARROS, M. E. B.; CARVALHO, S.; FERIGATO, S. (Orgs.). *Conexões: saúdecoletiva e políticas da subjetividade*. São Paulo: HUCITEC, 2009.

HOFF, Miriam Schifferli. **A proposta de diretrizes curriculares para os cursos de psicologia: uma perspectiva de avanços?** *Psicologia: Ciência e profissão*, v. 19, n. 13, p. 12-31, 1999.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de Liberdade**. São

Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

INFORMATIVO ACADÊMICO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL EM PSICOLOGIA DA UFES: JORNAL PSICOTÓPICOS. Ano 6, edição 1, mar./abr., 2011. Disponível em: <https://petpsicologiaufes.files.wordpress.com/2011/03/jornal-psicotc3b3picos.pdf>

JESUS, J. G. de. **10 anos da política nacional de saúde integral LGBT: e o fomento à formação e pesquisa?** In: DUARTE, M. J. de O.; ROCON, P. C. Dez anos da Política Nacional de Saúde Integral LGBT: análises e perspectivas interseccionais e transdisciplinares para a formação e o trabalho em saúde. Salvador: Devires, 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero.** Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 18, n. 43, p.449-502, dez. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso

KASTRUP, Virginia. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo.** In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana da.; Pistas do método da cartografia: Pesquisaintervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

KRENAK, A. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020a (1ª ed.).

KRENAK, A. **Idéias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020b (2ª ed.).

LAPASSADE, G. **Para uma pedagogia institucional.** In: *Grupos, organizações e instituições.* Rio de Janeiro: F. Alvez, 1977, pp. 200-223.

LATOUR, Bruno. **Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência.** *Objectos impuros: experiências em estudos sobre a ciência.* Orgs. João Arriscado Nunes e Ricardo Roque. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2008.

LATOUR, Bruno. **Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático).** Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

LIBLIK, Carmem Sílvia da F. K. **A contrassexualidade como superação das dicotomias de gênero e sexo.** In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(2): 653-656, maio-agosto/2016.

LIONÇO, T. **Criminalização do assédio ideológico nas escolas: ideologia de gênero como argumento central na disputa fundamentalista da política de educação.** In: RODRIGUES, A.; MONZELI, G. A.; FERREIRA, S. R. da S. (Orgs.) *A Política no Corpo: gênero e sexualidades em disputa.* Vitória: EDUFES, 2016.

LIONÇO, T. **Escuta diversa: uma aposta na educação popular em saúde coletiva na universidade.** In: DUARTE, M. J. de O.; ROCON, P. C. Dez anos da Política Nacional de Saúde Integral LGBT: análises e perspectivas interseccionais e transdisciplinares para a formação e o trabalho em saúde. Salvador: Devires, 2022.

LOURAU, R. **Pequeno Manual de Análise Institucional**. In: ALTOÉ, S. (Org.) **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação**. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MARIANO, J. C. **O que se passa nos processos formativos? O labor de um êthos na produção de si**. 2013. 198 f. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

MARTINS, Ana Paula A. **O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade**. In: *Revista Café com Sociologia*, v. 4, n. 1, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/443>

MARZOCHI, A. S. **Procedimentos metodológicos de pesquisa com jovens infratores: a importância da história oral**. In: *Resgate*, v. 21, 25/26; JAN./DEZ. 2013; p. 97-102, 2013.

MEIHY, J. C. S. B. **Canto de morte kaiowá: história oral de vida**. Editora Loyola: São Paulo, 1991.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. Editora Contexto: São Paulo, 2 ed., 2010.

MELO, Rogério Amador de; BARRETO, Danielle Jardim. **Formação em Psicologia e o lugar da diferença de gênero nos saberes instituídos**. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 10, n. 2, p. 51-56. In: *Sociologias*, Porto Alegre: ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. In: *Sociologias*, Porto Alegre: ano 11, nº 21, p. 150-182, 2009.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. **Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação**. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 41, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>

OLIVEIRA, M. R. G. de; KRUGER, A. **À Filha de Oyá Fran Demétrio!** In: DUARTE, M. J. de O.; ROCON, P. C. **Dez anos da Política Nacional de Saúde Integral LGBT: análises e perspectivas interseccionais e transdisciplinares para a formação e o trabalho em saúde**. Salvador: Devires, 2022.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p.17-31, 2009.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP / Editora 34, 2013 (3ªed.).

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, P. B. **O feminismo não é um humanismo**. Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/colunas/filosofiapop/2014/11/24/noticiasfilosofiapop,3352134/ofeminismo-nao-e-umhumanismo.shtml>>.

RODOVALHO, Amara Moira. **O cis pelo trans**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2017, vol.25, n.1

ROCON, P. C. **Saberes travestitans: erosões na cis-heteroformação de trabalhadores(as) da saúde**. In: DUARTE, M. J. de O.; ROCON, P. C. Dez anos da Política Nacional de Saúde Integral LGBT: análises e perspectivas interseccionais e transdisciplinares para a formação e o trabalho em saúde. Salvador: Devires, 2022.

RODRIGUES, A.; ALVIM, D. M. **Como cartografar resistências?** Apontamentos sobre contradispositivo e criação. In: Revista Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia, n.º 48, p. 103-119, 2016.

RODRIGUES, H. B. C. **Análise Institucional, genealogia, história oral: fabricando intercessores em pesquisa e intervenção**. Curitiba: Appris, 2019.

ROSEIRO, M. C. F. B. **Dissidências em curso: transicionando gêneros nos currículos e nas práticas discursivas em psicologia**. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

SILVA, Tomaz. Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SONTAG, S. **Contra a interpretação: e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020 (1ª ed.).

SOUZA, M. S. C. de. **Contradisciplina: indígenas na pós-graduação e os futuros da antropologia**. In: Revista de Antropologia (Online), v. 60, n. 1, p. 99-116. São Paulo: USP, 2017.

TEDESCO, S.; SADE, C.; CALIMAN, L. **A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer**. In: Fractal, Revista de Psicologia, v.25, n.2, p.299-323, maio/ago.2013.

WITTIG, M. **O pensamento hetero**. Texto lido na Modern Language Association Convention, New York, em 1978. Publicação de 1980. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero+pdf.pdf>

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia: Reestruturação Curricular do Curso de Graduação em Psicologia**, 2008 (correções em 2012- 2014). Disponível em:

<http://www.psicologia.ufes.br/sites/psicologia.ufes.br/files/field/anexo/ppcversaoooficialemec.pdf>

VALVERDE, R.R.H.F. **Sobre espaço público e heterotopia**. Geosul, Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 7-26, jul./dez. 2009.

ZAMBONI, Jésio. **Uma filosofia da diferença bicha**. In: RODRIGUES, Alexsandro; BARRETO, Maria Aparecida S. C. (Orgs.) Currículos, gêneros e sexualidades. Experiências misturadas e compartilhadas. Vitória, ES: EDUFES, 2012.